



Márcio Fernandes Pereira

O COMÉRCIO INTERNACIONAL E A ABORDAGEM DOS SISTEMAS-MUNDO:

UM ESTUDO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES *SUL-SUL* E *NORTE-SUL*
ENTRE UM CONJUNTO DE PAÍSES ATLÂNTICOS DE ÁFRICA,
AMÉRICA DO SUL E EUROPA (1970-2000)

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, com especialização
em Economia, Sociedade e Relações Internacionais, orientada pelo Doutor
António Martins da Silva e apresentada ao Departamento de História
Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

O COMÉRCIO INTERNACIONAL E A ABORDAGEM DOS SISTEMAS-MUNDO:

UM ESTUDO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES *SUL-SUL* E
NORTE-SUL ENTRE UM CONJUNTO DE PAÍSES
ATLÂNTICOS DE ÁFRICA, AMÉRICA DO SUL E
EUROPA (1970-2000)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	O COMÉRCIO INTERNACIONAL E A ABORDAGEM DOS SISTEMAS-MUNDO: UM ESTUDO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES SUL-SUL E NORTE-SUL ENTRE UM CONJUNTO DE PAÍSES ATLÂNTICOS DE ÁFRICA, AMÉRICA DO SUL E EUROPA (1970-2000)
Autor	Márcio Fernandes Pereira
Orientador	Doutor António Martins da Silva
Júri	Presidente: Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão Vogal: Doutor João Paulo Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História Contemporânea
Especialidade	Economia, Sociedade e Relações Internacionais
Data da defesa	2-12-2011
Classificação	18 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A
*Miguel Olímpio,
meu pai*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, pela presença constante, respeito sincero e apoio às minhas escolhas.

A minha mãe, Marilsa, pelo imenso sentimento e companheirismo.

A minha irmã, Marcela, por me garantir a tranquilidade necessária às viagens mais longas.

A minha madrinha, Maria das Graças, pelo afecto e importante espaço que sempre ocupou em minha vida.

Ao meu Professor-Orientador, António Martins da Silva, pela confiança e auxílio dedicados ao longo de minha breve passagem pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ao Director do Programa de Mestrado em História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais, Prof. Doutor Rui Cascão, pela compreensão e paciência demonstradas diante das minhas incertezas académicas.

Ao Prof. Doutor Rui Martins, pelo estímulo ao estudo e pela constante disposição em auxiliar-me em meus primeiros meses nesta que seria minha nova cidade.

A Larissa Abreu Machado, da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior do Itamaraty, pela assistência na busca e obtenção de informações relevantes para este trabalho, no âmbito da Coordenação Geral de Documentação Diplomática daquele Ministério.

Ao amigo Mário Estevam Malschitzky, pela visita aos arquivos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, tão importante para o contacto com fontes jornalísticas utilizadas neste estudo.

Ao Ministério de Relações Exteriores do Egipto, pelas valiosas orientações relativamente ao acesso e à natureza dos documentos produzidos no âmbito do Grupo dos Estados Não-Alinhados, bem como do G-77.

Ao Dhamakaya, que me ofereceu a segurança e a constância necessárias para a conclusão desta etapa da minha formação académica. Que todos os seres sejam beneficiados, aqui e agora, pelo corpo de Dharma.

“Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida.”

Henri Pirenne

RESUMO

O trabalho teve como objectivo verificar o carácter da distribuição dos ganhos comerciais entre um conjunto de países africanos (Angola, Nigéria e África do Sul), sul-americanos (Argentina e Brasil) e europeus (França, Reino Unido e Alemanha Ocidental), entre os anos de 1970 e 2000. Também se buscou classificar os volumes transaccionados em distintas categorias de produtos. Especificamente, o estudo preocupou-se com a capacidade das maiores economias em oferecer ganhos comerciais aos parceiros menores. De modo subsidiário, foi analisada a diversidade dos produtos comercializados entre as partes. O trabalho foi realizado sob o referencial da abordagem dos sistemas-mundo. Os resultados indicaram que as relações de trocas entre os países seleccionados da Europa e de África favoreceram a acumulação de *superavits* entre os países europeus. O Brasil, por sua vez, experimentou défice em seu comércio agregado com os países africanos estudados. A análise também indicou grande concentração das exportações angolanas e nigerianas no sector de alimentos e matérias-primas. Tal dinâmica não seria observada para a África do Sul, que teve um comércio mais equilibrado com seus parceiros extracontinentais. O estudo salientou o carácter periférico das economias angolana e nigeriana, especializadas na oferta de produtos primários a economias mais avançadas. Os países europeus mantiveram a posição de economias centrais em suas trocas com África, enquanto que Brasil e África do Sul demonstraram dinâmicas comerciais de carácter semiperiférico.

Palavras-chave: história. história económica. comércio internacional. sistemas-mundo.

ABSTRACT

The study aimed to verify the character of the distribution in trade gains between a number of African (Angola, Nigeria and South Africa), South American (Argentina and Brazil) and European countries (France, United Kingdom and West Germany), among 1970 and 2000. We also sought classify the commercial transactions in different categories of products. Specifically, the study was concerned with the capacity of the largest economies in offering commercial gains to the smaller partners. In addition, we analyzed the diversity of products traded between the countries. The work was conducted under the reference of world-systems approach. The results indicated that the trade between the African and European selected economies has favored the accumulation of the commercial surpluses in the countries of Europe. Brazil, in turn, experienced deficit in its aggregate trade with African countries under study. The analysis also indicated a high concentration of Angolan and Nigerian exports in the sector of food and raw materials. This dynamics would not be observed in the case of South Africa, which had a more balanced trade with extra-continental partners. The study pointed the peripheral nature of the Angolan and Nigerian economies, specialized in the supply of primary products to more advanced economies. European countries have maintained the position of central economies in their trade with Africa, while Brazil and South Africa have shown a semi-peripheral character in their commercial dynamics.

Keywords: history. economic history. international trade. world-systems.

Lista de gráficos

Gráfico 1: Participação percentual das regiões seleccionadas no PIB mundial – 1970-2000.....	100
Gráfico 2: Participação percentual das regiões continentais seleccionadas no fluxo mundial de Investimentos Estrangeiros Directos (IED) recebidos – 1970-2000.....	102
Gráfico 3: Balança comercial dos países europeus seleccionados – em milhões de US\$ a preços correntes – com relação aos três países africanos seleccionados – 1970-2000.....	104
Gráfico 4: Balança comercial do Brasil – em milhões de US\$ a preços correntes – com relação aos três países africanos seleccionados – 1970-2000.....	105

Lista de tabelas

Tabela 1: Valor total das exportações por países seleccionados, em milhões de US\$ a preços correntes, e suas respectivas participações no total mundial – 1950-1976.....	37
Tabela 2: Participação percentual africana na produção mundial de culturas destinadas a indústrias de transformação – 1970-1994.....	48
Tabela 3: Participação percentual africana na extracção mundial de minérios de elevada importância comercial – 1970-1994.....	49
Tabela 4: Participação percentual, por sectores de produção, na composição do PIB de diferentes economias latino-americanas – 1970.....	55
Tabela 5: Distribuição percentual da renda nacional, por faixas socioeconómicas acumuladas, por países seleccionados.....	55
Tabela 6: Incidência de <i>superavits</i> comerciais anuais dos Estados africanos relativamente a seus parceiros extracontinentais (e seus respectivos saldos monetários acumulados) – 1970-2000.....	106
Tabela 7: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das exportações agregadas de Angola e Nigéria em direcção aos países seleccionados – 1970-2000.....	108
Tabela 8: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das importações agregadas de Angola e Nigéria vindas dos países seleccionados – 1970-2000.....	110
Tabela 9: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das exportações da África do Sul em direcção aos países seleccionados – 1970-2000.....	111
Tabela 10: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das importações da África do Sul vindas dos países seleccionados – 1970-2000.....	112

Lista de siglas

- ACP – Associação dos Países de África, Caraíbas e Pacífico
- BEFIEX – Programa Especial de Exportação
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- CACEX – Carteira de Comércio Exterior
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CIF – *Cost, Insurance and Freight*
- CONCEX – Conselho Nacional de Comércio Exterior
- DES – Direitos Especiais de Saque
- EAMA – Estados Africanos e Malgache Associados
- EUA – Estados Unidos da América
- FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
- FINEX – Fundo de Financiamento à Exportação
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FOB – *Free on Board*
- GATT – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
- IED – Investimento Estrangeiro Directo
- IMTT – *International Merchandise Trade Statistics*
- IMTTS – *International Merchandise Trade Statistics Section*
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- NIC – *Newly Industrialized Countries*
- NOEI – Nova Ordem Económica Internacional
- OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OUA – Organização da Unidade Africana

PAC – Política Agrícola Comum

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PSI – Política de Substituição de Importações

PTU – Países e Territórios de Ultramar

RFA – República Federal da Alemanha

SITC – *Standard International Trade Classification*

STABEX – Sistema de Estabilização das Rendas de Exportação

SYSMIN – Sistema de Mineração

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UAAA – União Aduaneira da África Austral

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNSD – *United Nations Statistics Division*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. O MODERNO SISTEMA-MUNDO E O ATLÂNTICO SUL	14
1.1. O conceito de sistema-mundo e o estudo das relações comerciais internacionais na contemporaneidade.....	14
1.1.1. O conceito de sistema-mundo na obra de Immanuel Wallerstein.....	15
1.1.2. As condições gerais para a existência das economias-mundo e os ciclos sistêmicos de acumulação: as contribuições de Braudel e Arrighi.....	19
1.2. O Atlântico no mundo.....	25
1.2.1. As frentes africana e sul-americana do Atlântico Sul.....	28
2. CONJUNTURA E TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	34
2.1. A conjuntura económica mundial.....	34
2.1.1. As estruturas da ordem económica mundial do pós-Segunda Grande Guerra.....	34
2.1.2. O crescimento económico mundial ao longo do terceiro quartel do século XX.....	36
2.1.3. A desaceleração económica das regiões centrais e a nova época de crise.....	40
2.2. As transformações económicas fora dos grandes centros do sistema mundial moderno.....	46
2.2.1. África e o carácter periférico de uma economia continental.....	46
2.2.2. A América Latina: modernizações e limites de uma região semiperiférica.....	53
3. O COMÉRCIO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DAS CHAMADAS COOPERAÇÕES SUL-SUL E NORTE-SUL: AS RELAÇÕES ENTRE AS COSTAS AMERICANA E AFRICANA DO ATLÂNTICO SUL E A DINÂMICA CEE-ACP	63
3.1. O surgimento das idéias de cooperação <i>Sul-Sul</i> e <i>Norte-Sul</i>	63
3.2. A cooperação entre as costas americana e africana do Atlântico Sul: os casos de Argentina e Brasil.....	70
3.2.1. A Argentina e suas relações com África.....	70
3.2.2. O Brasil e suas relações com África.....	74
3.3. A Europa e suas relações com África no âmbito das <i>Convenções de Lomé</i>	81
4. ANÁLISE DAS TROCAS COMERCIAIS ENTRE AS REGIÕES SELECIONADAS DAS COSTAS ATLÂNTICAS DE ÁFRICA, AMÉRICA DO SUL E EUROPA	91
4.1. Apresentação geral.....	91
4.2. Aspectos metodológicos.....	92
4.2.1. O problema da investigação.....	92
4.2.2. Hipótese, objectivos e delimitações operacionais.....	94
4.2.3. As bases de dados da investigação.....	97
4.3. Resultados.....	100
4.3.1. Breve exposição introdutória: as regiões seleccionadas e suas relações com algumas variáveis referentes à economia mundial.....	100
4.3.2. Análise do comércio entre os países seleccionados.....	103

CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	132
ANEXOS	146

Introdução

O presente trabalho busca analisar a repartição dos ganhos comerciais entre um conjunto específico de países africanos, sul-americanos e europeus, entre os anos de 1970 e 2000. Neste sentido, o estudo está ligado à verificação da capacidade das maiores economias em oferecer aos parceiros menores uma fonte de ganhos graças ao acúmulo de saldos positivos em suas respectivas balanças comerciais. Subsidiariamente, buscar-se-á classificar os volumes transaccionados em distintas categorias de produtos, com vistas a analisar a diversidade dos bens comercializados entre os países. Quanto a este último aspecto, o estudo tem especial interesse em constatar o nível de especialização das exportações africanas destinadas a parceiros extra-continentais. Decidiu-se realizar a investigação proposta por meio de um estudo comparativo entre dois grandes fluxos de trocas projectados a partir do comércio de África com a América do Sul (eixo de comércio *Sul-Sul*) e a Europa (eixo de comércio *Norte-Sul*). Os países seleccionados em cada uma das três regiões foram: Angola, Nigéria e África do Sul (para África); Argentina e Brasil (para a América do Sul); e França, Reino Unido e República Federal da Alemanha (para a Europa).

A análise das relações comerciais entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento possui relevância investigativa. Neste tipo de estudo, a qualidade da interacção entre os países acaba por ocupar uma posição de destaque. O interesse pela intensificação dos contactos entre distintas economias justifica-se, uma vez que tal processo não tem se restringido à simples justaposição de estruturas materiais. Antes, tem concorrido para a construção de uma rede de relações promotora de uma interdependência crescente em escala supranacional, produzindo riqueza e influenciando o seu processo de repartição. Para analisar este fenómeno, o presente trabalho desenvolver-se-á sob o auxílio interpretativo da abordagem dos sistemas-mundo, cujos elementos conceituais serão expostos ao longo do primeiro capítulo.

O capítulo seguinte fará uma breve apresentação do conjunto das transformações económicas mundiais verificadas ao longo da segunda metade do século XX. Tal etapa é importante uma vez que o processo de construção da ordem económica mundial do pós-Guerra ajuda a explicar não somente o notável incremento das trocas internacionais do período, mas também o surgimento de acções cooperativas mais organizadas entre distintas regiões do capitalismo mundial. Em extensão, o terceiro capítulo empreenderá uma pesquisa documental (cuja natureza das fontes foi brevemente descrita no *Apêndice A* deste trabalho) voltada ao processo de negociações comerciais que envolveu países desenvolvidos e em

desenvolvimento no decorrer do período estudado. Dar-se-á atenção à história da dinâmica comercial entre as costas este e oeste do Atlântico Sul, destacando-se as aproximações empreendidas por Argentina e Brasil com relação ao continente africano. De igual maneira, a renovação dos contactos mercantis entre Europa e África, por meio de acordos como a *Convenção de Lomé*, será abordada enquanto exemplo das dinâmicas cooperativas *Norte-Sul*.

O último capítulo do estudo estará voltado à análise das trocas comerciais entre os dois eixos de países seleccionados, levando-se em conta a formação de défices/*superavits* comerciais entre as partes, bem como o grau de diversificação dos produtos transaccionados. No tópico 4.2.3. desta etapa, serão apresentadas as bases de dados quantitativos utilizadas para a análise (e que também detiveram papel importante na exposição contida no segundo capítulo da investigação). Tratar-se-á, igualmente, do momento em que a metodologia e a apresentação dos fluxos comerciais entre os países serão efectivamente explicitadas.

1. O moderno sistema-mundo e o Atlântico Sul

1.1. O conceito de sistema-mundo e o estudo das relações comerciais internacionais na contemporaneidade

O estudo dos processos de interação entre as economias regionais tornou-se matéria de preocupação destacada entre historiadores e demais investigadores voltados ao mundo contemporâneo. Ao longo da década de 1970, as críticas às tendências historiográficas até então dominantes – com especial destaque à segunda geração dos *Annales* – não impediram o avanço das preocupações relativas aos grandes processos sociais (AURELL, 2005). O fortalecimento da tradição narrativa, aliado ao já consolidado encontro entre a História e as demais ciências sociais, possibilitou a investigadores ligados à História Económica a manutenção de suas atenções em determinados processos globais, como exemplifica a produção historiográfica relacionada ao conceito de *sistemas-mundo*¹. No âmbito desta abordagem, formar-se-ia renovado interesse em compreender extensos processos de transformação material por meio da análise de distintas forças que, estudadas em suas relações, contribuiriam para uma compreensão mais ampla do desenvolvimento do capitalismo.

O conceito de *sistemas-mundo*² tem suas matrizes intelectuais nos trabalhos de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel. Tais autores, por sua vez, sofreram notável influência do materialismo histórico marxista. Enquanto marco teórico preocupado em explicar o desenvolvimento da história a partir das dinâmicas de organização produtiva das sociedades, o materialismo histórico terá uma ampla influência sobre a historiografia do

¹ A crítica das décadas de 1970 e 1980 às análises voltadas a estruturas mais amplas da sociedade também afectou parte da produção em História Económica, contribuindo para um relativo crescimento dos estudos voltados às realidades locais. Todavia, as preocupações quanto aos fenómenos de formação e transformação do capitalismo mantiveram-se presentes na produção de autores como Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Tal como outras áreas da investigação histórica, a História Económica passaria, a partir daquele período, por um processo de ampliação de seu panorama historiográfico, com contribuições provenientes de estudos locais, de investigações de carácter global influenciadas pela Sociologia Histórica e da aplicação de abordagens originárias da teoria económica e da estatística aplicada (IGGERS, 1998).

² É instrutivo, antes de se aprofundar em uma abordagem da noção de *sistemas-mundo*, estabelecer sua significação básica. O *sistema-mundo* é um conceito utilizado para designar um conjunto geográfico relativamente extenso, formado por espaços individuais – de carácter económico e não-económico – progressivamente agrupados graças à intensificação do processo de divisão mundial do trabalho. Seus processos de alargamento (que poderiam abarcar desde regiões contíguas até distintos espaços continentais mais ou menos extensos) contribuiriam para uma relação cada vez mais complexa e interdependente entre as suas partes, garantindo certo grau de autonomia material ao seu conjunto (WALLERSTEIN, 1987).

século XX. Todavia, sua forte rigidez analítica fez com que sua abordagem fosse seguidamente criticada e revisada ao longo do tempo. Iggers (1998) salienta as limitações da contribuição marxista à análise histórica dos fenómenos sociais:

Um grande defeito da própria historiografia de Marx [...] reside na circunstância de que aquele não foi capaz de ir mais além da união entre teoria e exposição. Isso se faz patente no *18 Brumaire* [“18 Brumário de Luís Bonaparte”]. Os conceitos de classe carecem de uma base empírica precisa; a conexão entre política e sociedade é presumida. O que permanece é uma história a partir de cima que se concentra nas acções e decisões de personalidades de destaque. [...] Este padrão básico da concepção marxista-leninista da história impediu, em grande medida, uma história social que fosse capaz de empreender a investigação com interpretações marxistas das interrelações sociais ou que se dedicasse a camadas amplas da população. (IGGERS, 1998: 74; *tradução nossa*).

A tomada de consciência dos limites do materialismo histórico também estaria presente nas abordagens relativas ao conceito de *sistemas-mundo*. Assim, o carácter teleológico da contribuição de Marx perderia espaço para uma abordagem mais voltada à identificação e à interpretação das distintas forças que, enquanto mesclas singulares, afectariam a transformação do capitalismo em seus distintos momentos históricos. Manter-se-ia a preocupação quanto ao problema da dominação e dos conflitos entre aqueles que a impõem e os que a ela se submetem. De outra forma, o tradicional enfoque marxista sobre a distribuição desigual do produto do trabalho entre classes sociais seria ampliado para uma preocupação quanto à dimensão espacial deste processo. A abordagem dos *sistemas-mundo* estenderia sua atenção à divisão desigual do produto entre as regiões que participariam da produção mundial. Assim, tal orientação historiográfica poderia oferecer importantes contribuições ao estudo das relações comerciais no contexto atlântico, caracterizado pela presença de países com distintos níveis de sofisticação económica.

1.1.1. O conceito de sistema-mundo na obra de Immanuel Wallerstein

O conceito de *sistema-mundo* é dependente e está directamente relacionado a um conjunto de definições que ganharam especial destaque após a publicação, em 1974, do primeiro volume da obra *O moderno sistema-mundo: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI* (*The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*), de autoria de Immanuel Wallerstein.

Buscando uma abordagem que permitisse uma análise ampla das transformações produtivas do capitalismo, Wallerstein (2000) apresentou a primeira destas definições: o *sistema social histórico*. O objectivo do autor era oferecer um conceito capaz de incluir as noções de *centro* e *periferia* como partes de um mesmo conjunto. Em sua análise, tais noções estariam em relação de interdependência, não havendo sentido em considerar elementos autónomos, de um lado, e elementos dependentes, de outro (ARIENTI & FILOMENO, 2007). Por *sistema social* se compreenderia um conjunto de estruturas formadas por redes integradas de processos económicos, políticos e culturais. Cada um destes conjuntos seria dotado de dinâmica própria e de capacidade de diferenciação em relação aos demais, a despeito de também estarem aptos a interagirem entre si tendo em vista uma relação complexa, de cunho sistémico. O carácter orgânico que permitiria tal interacção seria a divisão do trabalho que, no caso do capitalismo, ultrapassaria os limites locais dados pelas variáveis culturais e políticas (WALLERSTEIN, 2000). Por serem *históricos*, tais sistemas seriam passíveis de delimitação temporal, levando-se em conta a noção braudeliiana de ciclos de longa duração³.

Wallerstein (2001) dividiu os sistemas sociais em *mini-sistemas* e *sistemas mundo*. Os *mini-sistemas* caracterizariam economias de reduzida abrangência territorial, com uma divisão do trabalho simplificada e subordinada a uma única estrutura cultural e política. Do ponto de vista histórico, os *mini-sistemas* em algum momento existentes já teriam sido absorvidos, ao longo do tempo, pelo avanço dos *sistemas-mundo*. Esses, por sua vez, formariam um complexo de grande abrangência espacial, englobando uma ou mais unidades políticas e admitindo vários sistemas culturais. A extensão e o grau de complexidade de sua divisão interna do trabalho garantiriam sua reprodução material, em grande parte alimentada por um processo de expansão que tenderia a absorver áreas externas, anexando-as ao sistema existente.

A auto-reprodução material e a larga abrangência espacial fazem esse tipo de sistema social parecer, em si, um “mundo”, no sentido de que é maior do que a jurisdição territorial de um Estado nacional, daí o nome “sistema-mundo”. É um “mundo” no sentido de que tem sua reprodução material viabilizada dentro de seus próprios limites, mas, no início da sua expansão, como no caso do capitalismo, era apenas um fragmento do universo que ocupava uma parte do globo. A relevância da definição do sistema-mundo como unidade de análise está em sua referência para interpretar o capitalismo histórico como um sistema surgido na Europa, a partir do longo

³ Para Braudel, a noção de *longa duração* faria menção a intervalos temporais de fôlego, de amplitude secular. Em sua dinâmica estariam contidos os lentos movimentos de transformação das estruturas económicas e culturais, de ritmos menos precipitados em comparação aos acontecimentos episódicos e/ou conjunturais. De difícil percepção, a história de longa duração poderia abarcar séculos inteiros a registar processos simultâneos de deterioração e recomposição das estruturas sociais. Para maiores detalhes, Cf. Braudel (1976).

século XVI, que expandiu sua organização social do trabalho para as demais regiões geográficas e as integrou em sua economia. (ARIENTI & FILOMENO, 2007: 104).

Para Wallerstein (1987), os *sistemas-mundo* poderiam organizar-se por meio de duas variantes principais: *impérios-mundo* ou *economias-mundo*. Os *impérios-mundo* envolveriam dois ou mais conjuntos culturalmente distintos, mas que estariam subordinados a um sistema de governo único. Liderado por uma elite proveniente de um centro político, manter-se-ia sob fronteiras geográficas claramente delimitadas, dentro das quais controlaria a divisão do trabalho e se apossaria da produção material excedente por meio da tributação, gerenciada por uma ampla burocracia e salvaguardada por uma extensa força militar. Diferentemente, as *economias-mundo* seriam constituídas por meio de uma divisão do trabalho integrada através das forças de mercado e não por uma unidade política central. Nesta dinâmica sistêmica, duas ou mais regiões política e culturalmente distintas seriam economicamente interdependentes. Sua unidade econômica seria garantida graças às conexões produtivas geradas pela divisão mundial do trabalho, composta por um *sistema interestatal*⁴.

Historicamente, segundo Wallerstein (1987), os *sistemas-mundo* tendiam a ser dominados por uma estrutura política central, passando a constituir um *império-mundo*. Todavia, o *sistema-mundo* capitalista (também chamado pelo autor de *sistema mundial moderno*) teria apresentado uma tendência distinta.

[...] argumentamos que antes da era moderna as economias-mundo eram estruturas altamente instáveis, que tendiam a se converter em impérios ou a se desintegrar. A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia-mundo haja sobrevivido durante quinhentos anos e ainda assim não tenha chegado a se transformar em um império-mundo, peculiaridade que é o segredo de sua fortaleza. Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos. [...] o capitalismo como modo econômico se baseia no facto de que os factores económicos operam no seio de uma arena maior do que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isto dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural. Fez possível a constante expansão económica do

⁴ Wallerstein (2000) salienta que a integração de novas áreas ao capitalismo teria ocorrido por meio da expansão de capitais respaldados por Estados Nacionais. Ao mesmo tempo em que se dava a formação da economia-mundo capitalista, verificava-se o aumento da rivalidade interestatal. Não apenas estimulado pela pilhagem ou pela conquista territorial (como se esperaria da expansão de um império), estes Estados – compondo um *sistema interestatal* - buscavam apoiar os capitais de seus grupos mercantis, organizando sobre seus domínios uma divisão do trabalho cada vez mais ampla e assegurando condições de monopólio para, assim, gerar maior renda e arrecadação tributária. A economia-mundo capitalista e o sistema interestatal formariam o que Wallerstein chamaria de *sistema mundial moderno*.

sistema mundial, ainda que com uma distribuição muito desigual de seus frutos. (WALLERSTEIN, 1987: 490-491; *tradução nossa*).

Tal distribuição desigual também seria resultado, segundo Wallerstein (1987), da dimensão espacial da repartição social do trabalho. A distribuição do produto ocorreria de maneira desproporcional entre as regiões que participariam do sistema mundial. As assimetrias na distribuição de excedentes se refletiria na dinâmica da circulação de capitais, concentrados nas regiões centrais do sistema-mundo capitalista. Por consequência, os Estados Nacionais captariam não apenas o excedente gerado pelos seus trabalhadores, mas também uma parcela daquilo que foi produzido em outras regiões, identificadas como periféricas. Tal dinâmica manifestar-se-ia no âmbito das *cadeias mercantis* que compõem o comércio em longas distâncias, cujo eixo se estenderia desde as etapas de extração de matérias-primas – feita nas regiões periféricas – até as fases finais de transformação de alto valor agregado – normalmente concluídas nas regiões centrais do sistema. O controle de etapas do processo produtivo por grupos capitalistas possibilitaria a introdução de meios diversos (monopólios sectoriais, vantagens de carácter tecnológico ou organizacional, restrições políticas à concorrência, acordos preferenciais) para a absorção do valor gerado em outras fases⁵.

A divisão de uma economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que requerem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização permanecem reservadas para as áreas de maior destaque. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força de trabalho “pura”, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais possui uma forte tendência a sua automanutenção. As forças de mercado reforçam-na ao invés de enfraquecê-la. E a ausência de um mecanismo político central na economia-mundo torna muito difícil a introdução de forças capazes de deter a má distribuição dos benefícios (WALLERSTEIN, 1987: 493; *tradução nossa*).

⁵ A explicação de Wallerstein sobre a criação de excedentes derivados da produção internacional possui influência da “teoria” do *valor trabalho* marxista. De acordo com ela, o valor das mercadorias poderia ser definido através da quantidade de trabalho dedicado a sua produção. Parte deste trabalho poderia ser teoricamente dividido em dois: 1) o trabalho efectivamente necessário para a produção da mercadoria; e 2) o trabalho de carácter excedente, cuja realização produziria ganhos adicionais – a mais-valia – passíveis de apropriação pelos controladores do processo produtivo. A abordagem dos *sistemas-mundo* estende esta dinâmica para a órbita internacional, indicando-a como um dos mecanismos através dos quais o excedente poderia ser absorvido pelos centros da produção capitalista. Todavia, deve-se salientar que os postulados do *valor trabalho* foram criticados pela escola marginalista, dadas as dificuldades de identificação de uma medida de valor que fosse empiricamente mensurável. Tais críticas não invalidam, naturalmente, a contribuição dada pela abordagem dos *sistemas-mundo* ao entendimento do processo de formação do capitalismo (tendo em vista que a relação capital-trabalho seria apenas uma das formas utilizadas no âmbito do sistema mundial moderno para captar excedentes produzidos internacionalmente). Para uma análise mais detalhada da escola marginalista e dos princípios do *valor trabalho*, Cf. Hunt (2005).

Mais do que regiões geográficas, *centro* e *periferia* devem ser interpretados como conceitos de interacção sistémica. A divisão mundial do trabalho e a distribuição desproporcional do excedente da produção originariam actividades periféricas e centrais de acordo com a capacidade da aliança entre capital e Estado em absorver excedentes gerados nas *cadeias mercantis* com base em meios económicos e não-económicos. Assim, a divisão desproporcional do excedente mercantil mundial seria causada não apenas pela distribuição desigual de vantagens económicas entre as regiões, mas também pela relação de forças estabelecida através da concorrência – e mesmo do confronto – entre burguesias nacionais e entre seus Estados. (ARIENTI & FILOMENO, 2007). Esta dinâmica também poderia ser caracterizada pela presença de *semiperiferias*, regiões que acolheriam de forma simultânea tanto actividades centrais quanto periféricas (capazes de absorver valor de actividades periféricas, de um lado, e transferir valor para actividades centrais, de outro).

A análise de Wallerstein (1987) também salienta uma certa alternância nos papéis exercidos pelas diferentes regiões no âmbito do *sistema mundial moderno*:

Enquanto as vantagens dos Estados do centro não deixaram de aumentar ao longo da história do sistema mundial moderno, a capacidade de um Estado em particular para permanecer no sector central não estava livre de ameaças. [...] De facto, poderia ocorrer que neste tipo de sistema não fosse estruturalmente possível evitar, ao longo de um extenso período de tempo histórico, uma circulação das elites, no sentido de que o país particular predominante em um dado momento tenda a ser substituído mais cedo ou mais tarde por outro país. (WALLERSTEIN, 1987: 493-494; tradução nossa).

A percepção quanto à alternância hegemónica na esfera dos grandes centros de acumulação do *sistema mundial moderno* foi abordada, de modo particular, por Giovanni Arrighi (1999) ao longo de seus estudos sobre o século XX.

1.1.2. As condições gerais para a existência das economias-mundo e os ciclos sistémicos de acumulação: as contribuições de Braudel e Arrighi

As considerações de Braudel (1984) contidas no terceiro volume de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (*Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme*), publicado pela primeira vez em 1979, vão ao encontro – ainda que com algumas objecções – às teses de Wallerstein quanto à noção de *economias-mundo*. Sua contribuição diz respeito a uma série de delimitações conceituais relativamente àquela abordagem.

Em seu trabalho, Braudel (1984) apresenta um conjunto de três condições gerais para a identificação de economias-mundo: 1) a existência de um espaço delimitado, sujeito a lentas variações, que permita identificar alguma demarcação, não necessariamente exacta, da economia-mundo; 2) a presença de um pólo urbano, de vocação internacional, que funcione como um centro orientador das actividades económicas, ainda que secundado por um conjunto menor de cidades e núcleos de importância regional; 3) a formação de um complexo de espaços económicos hierarquizados, resultante do processo de divisão internacional do trabalho e que permita a identificação da região central da economia-mundo, bem como de suas regiões secundárias e de suas bordas periféricas, mais pobres.

Braudel (1984) dedicou-se ao estudo das economias-mundo especialmente enquanto fenómeno continuado, inserido na dinâmica dos ciclos longos. Concluiu que seu processo de formação era antigo, antecipando-se à própria constituição dos Estados Modernos. Também imaginou, para diferentes períodos do passado, um mundo formado por distintas zonas de interdependência económica e cultural, com a presença de múltiplas economias-mundo. A partir desta óptica, justifica-se a sua preocupação quanto à definição dos limites espaciais destes sistemas. Tal preocupação também está presente na obra de Wallerstein (1987). Porém, para este, a passagem do século XV ao XVI marcaria a formação de uma dinâmica especial no âmbito da futura economia-mundo capitalista. A essência do novo sistema – concentrada no processo contínuo de acumulação de capital – estimularia sua auto-expansão que, combinada aos avanços notáveis nos sistemas de comunicação e transportes, propiciaria o desenvolvimento de um complexo marcado por uma ampla divisão do trabalho e por processos de produção integrados. Convivendo com inúmeros poderes políticos interestatais e com uma enorme multiplicidade de culturas, o *sistema mundial moderno* estaria dotado de capacidades para se estender em escala global.

A percepção de Braudel (1984) quanto à existência de cidades centrais beneficiadas pelo espaço económico no qual estavam inseridas mantém uma clara relação com as observações de Wallerstein. Os fluxos mercantis não estariam vinculados a direcções geográficas aleatórias, mas seguiriam uma tendência centrípeta, orientado-se das periferias aos centros da economia-mundo. Tais cadeias de trocas contribuiriam não apenas para a definição de polarizações com base em critérios distributivos, mas também se manifestariam por meio da formação de pontos físicos de acumulação de capital (WALLERSTEIN, 1988). Nesta relação entre centros sistémicos, Braudel (1984) salientaria:

As cidades dominantes não as são *in aeternum*: substituem-se. Isto é verdade para o topo e para todos os níveis da hierarquia urbana. Estas transferências, aconteça onde acontecer (no topo ou no meio da escala), venha de onde vier (por razões puramente económicas ou não), são sempre significativas; rompem com as histórias tranquilas e abrem perspectivas tanto mais preciosas quanto raras. Que Amsterdão substitua Antuérpia, que Londres suceda a Amsterdão ou que, a partir de 1929, Nova Iorque prevaleça sobre Londres, trata-se a cada vez de uma enorme massa de história que oscila, revelando a fragilidade do equilíbrio anterior e as forças daquele que vai estabelecer-se. Todo o círculo da economia-mundo se vê afectado por ela e sua repercussão nunca é unicamente económica, como se pode suspeitar de antemão. (BRAUDEL, 1984, 15; *tradução nossa*).

A despeito de reconhecer a existência de diversos núcleos secundários – responsáveis por redistribuir em ambas as direcções fluxos de mercadorias, informações, capitais, créditos –, Braudel (1984) salienta que no centro de uma economia-mundo não poderia haver mais de um pólo central de cada vez. O êxito de um destes vários núcleos de comunicação mundial suporia, em um prazo mais ou menos longo, o retrocesso de outro.

A existência de centros com diferentes níveis de influência antecipa a noção de uma hierarquia regional no âmbito das economias-mundo. A concentração de recursos em benefício de lugares determinados, mas também em função das necessidades de acumulação de todo o sistema, contribuiria para a formação de espaços secundários e periféricos (BRAUDEL, 1984). Neste sentido, o autor francês delinea ao menos três conjuntos de áreas na esfera das economias-mundo. A primeira delas, como mencionado, seria o grande centro sistémico, ponto de convergência dos fluxos económicos e espaço privilegiado de acumulação. As regiões secundárias, por sua vez, também poderiam ser marcadas por um notável desenvolvimento económico e social, participando da coordenação das actividades mercantis e agregando núcleos subordinados à dinâmica geral de acumulação. O terceiro conjunto seria reconhecido como o espaço periférico do sistema, muitas vezes marcado por atrasos económicos ou problemas estruturais de desenvolvimento. Seriam formados por países pobres, dependentes de demandas externas e vinculados a núcleos mais desenvolvidos por meio de trocas tradicionais geralmente relacionadas ao fornecimento de matérias-primas.

De qualquer modo, ao analisar o capitalismo, Braudel (1984) reconhece a presença de regiões periféricas por toda a parte, inclusive nas zonas de influência directa dos centros dinâmicos da economia-mundo:

Contudo, as zonas atrasadas não estão distribuídas exclusivamente nas verdadeiras periferias. Na realidade, salpicam as próprias regiões centrais com múltiplas manchas regionais, com as dimensões modestas de um país ou de um cantão, de um vale montanhoso isolado ou de uma zona pouco

acessível porque está situada longe das rotas. Assim, *todas* as economias avançadas estão como que perfuradas por inumeráveis poços fora do *tempo do mundo* e onde o historiador em busca de um passado quase sempre inacessível tem a impressão de submergir-se como se praticasse pesca submarina. (BRAUDEL, 1984: 24; *tradução nossa*).

As preocupações quanto aos processos de formação e expansão do capitalismo histórico também estiveram presentes no trabalho de Giovanni Arrighi (1999). Este autor compreendeu a expansão do *sistema mundial moderno* como um contínuo processo de reorganização sistémica, o que teria possibilitado a identificação de diferentes etapas em seu desenvolvimento. Arrighi (1999) aliou a abordagem dos sistemas-mundo à perspectiva de longa duração braudeliana para salientar que cada uma daquelas etapas havia sido marcada pela hegemonia de um determinado bloco geográfico de actores governamentais e empresariais. Tal hegemonia teria sido exercida por meio de aprimoramentos das estruturas existentes através das quais seria possível organizar, regular e expandir a economia-mundo capitalista.

O conceito de hegemonia mundial adoptado aqui [...] faz referência de modo específico ao poder de um Estado para exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de Estados soberanos. Em princípio, este poder pode implicar tão somente a gestão ordinária deste sistema tal como se encontra constituído em um dado momento. Historicamente, porém, a autoridade sobre um sistema de Estados soberanos implicou sempre certo tipo de acção transformadora, que mudou o modo de funcionamento do mesmo de forma fundamental. Este poder transcende e difere da “dominação” pura e simples. Trata-se do poder associado com a dominação, ampliado pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. (ARRIGHI, 1999: 42-43; *tradução nossa*).

Para o autor, este regime de desenvolvimento tomaria a forma de *ciclos sistémicos de acumulação*: ciclos de ascensão e descenso de hegemonias políticas e de seus regimes de acumulação de poder e capital, intermediados por períodos de transições sistémicas⁶. Em diferentes fases do capitalismo histórico, um Estado teria liderado o sistema interestatal e seus grupos capitalistas teriam dirigido as principais cadeias de mercadorias, garantindo a liderança do processo sistémico de acumulação de capital e poder no âmbito do sistema-mundo. Tais agentes coordenariam estratégias em escala global, buscando a concentração de excedentes em novas actividades produtivas, contribuindo para a formação de novas periferias e centros económicos. Logo, cada ciclo sistémico representaria uma fase de liderança

⁶ Arrighi (1999) identificou quatro ciclos sistémicos de acumulação no âmbito do capitalismo histórico, de acordo com suas potências hegemónicas: 1) o *ciclo genovês*, entre meados do século XV e princípios do século XVII; 2) o *ciclo holandês*, entre meados dos séculos XVII e XVIII; 3) o *ciclo britânico*, entre meados do século XVIII e princípios do século XX; e 5) o *ciclo estadunidense*, entre meados do século XX até o momento actual.

promovida por agentes políticos e económicos específicos, responsáveis por desenvolver e definir a característica do sistema até certo ponto (ARIENTI & FILOMENO, 2007).

Arrighi (1999) dividiu os ciclos sistémicos de acumulação em duas fases: 1) uma fase inicial, de *expansão material*; e 2) uma fase final, de *expansão financeira*. Nas fases de expansão material, ganhariam destaque as grandes inversões de capital monetário destinadas à expansão produtiva (o que se reflectiria em elevados níveis de utilização de trabalho e de outros factores de produção necessários ao crescimento da oferta de mercadorias). Seu objectivo seria garantir o aumento da liquidez futura derivada da intensificação do comércio internacional. Nesta etapa, a introdução de inovações propiciadas pelos agentes hegemónicos faria com que as actividades produtivas e comerciais proporcionassem uma maior lucratividade em relação às demais actividades económicas. A acumulação do capital se daria eminentemente por meio de investimentos direccionados ao sector produtivo.

Arrighi (1999) observaria que, em um dado momento dos ciclos de acumulação, ocorreriam concentrações excessivas de capital no sector produtivo⁷. Estas etapas seriam acompanhadas por um processo de crescente retenção da liquidez, o que aumentaria a oferta monetária no âmbito do sistema. Arrighi (1999: 260) identificaria este fenómeno como uma “crise sinalizadora” para os ciclos sistémicos de acumulação: o capital perderia progressivamente o seu carácter fixo e tomaria uma forma cada vez mais flexível. As melhores oportunidades de retorno estimulariam a aplicação destes excedentes em mercados de maior volatilidade, o que revelaria a maturidade da fase de expansão financeira. Tal processo indicaria o esgotamento das bases materiais do ciclo vigente. Paulatinamente, constituir-se-ia um período de crise hegemónica e de surgimento de novos regimes de acumulação, o que contribuiria para a reorganização do sistema-mundo sob novas lideranças, permitindo o lançamento de bases para o início de um novo ciclo de acumulação.

O conceito de ciclos sistémicos, segundo Arrighi, teria garantido “ao exame do capitalismo efectuado por Braudel certa consistência lógica e certo alcance suplementar” (1999: 10; *tradução nossa*). O autor italiano defenderia que os ciclos sistémicos constituiriam

⁷ Baseando-se em Wallerstein, Arrighi (1999) salienta que o processo de expansão da economia-mundo capitalista teria possibilitado a disseminação da capacidade tecnológica utilizada pelas regiões centrais a favor das periferias do sistema, garantindo a expansão económica destas bordas e enfraquecendo a posição das regiões hegemónicas enquanto *loci* privilegiados de inversão de capitais. Aliado a este processo, verificar-se-ia o encarecimento gradual da remuneração do trabalho nos territórios centrais que, somados aos baixos preços deste factor nas regiões secundárias e periféricas, teria contribuído para a estagnação das taxas de lucro de grupos capitalistas vinculados ao espaço hegemónico. Configurar-se-ia, com o tempo, uma superacumulação de capital na esfera da produção e do comércio, de um lado, e uma redução do retorno sobre o capital investido nestas actividades, de outro.

indicadores mais confiáveis para a percepção do núcleo especificamente capitalista do sistema mundial moderno, em comparação às noções de ciclos seculares ou de *Kondratieff*⁸:

Estes ciclos [sistémicos de acumulação] são totalmente diferentes dos “ciclos seculares” (ou ciclos logísticos de preços) e dos mais reduzidos ciclos de Kondratieff, aos quais Braudel concedeu tanta importância. Estes dois tipos de ciclo são construções empíricas de *status* teórico incerto, derivados das flutuações de longo prazo observadas nos preços das mercadorias. [...] Na realidade, não existe consenso na literatura que aborda as flutuações de longo prazo dos preços, sejam de tipo logístico ou de Kondratieff, sobre o que estas indicam. Certamente, não são indicadores fiáveis das concentrações e expansões do núcleo especificamente capitalista do moderno sistema-mundo. [...] A logística de preços e os ciclos de Kondratieff também não parecem ser um fenómeno especificamente capitalista (ARRIGHI, 1999: 19-20; *tradução nossa*).

Dando seguimento à análise do capitalismo e dos seus ciclos de acumulação, Arrighi (1999) apontou a década de 1970 como a de início da crise sinalizadora do ciclo estadunidense, configurando-se a formação de um processo de expansão financeira. A despeito da controvérsia histórica relativamente a uma real crise da hegemonia estadunidense – ver as posições de Fiori (2009) e Reis & Hendler (2010) –, salienta-se apenas a contribuição da ideia de ciclo sistémico de acumulação à abordagem dos sistemas-mundo, arcabouço conceitual que orientou a produção do presente trabalho⁹.

⁸ Os *ciclos de Kondratieff* dizem respeito ao conjunto de oscilações cíclicas de longo prazo, com durações aproximadas de 47 a 60 anos, identificadas pelo economista russo Nikolai Kondratieff e divulgadas pela primeira vez entre os anos de 1922 e 1925. Registadas pelo autor como tendo ocorrido pelo menos a partir de finais do século XVIII, os ciclos de Kondratieff possuiriam uma fase ascendente e outra descendente, em função dos espaços temporais necessários à reposição completa dos bens de capital depreciados nas etapas produtivas anteriores. A hipótese da existência dos ciclos de Kondratieff foi alvo de diversas críticas aquando da sua divulgação – em boa parte graças à limitação das bases de dados utilizadas por Kondratieff e pela metodologia empregada para o tratamento das mesmas –, mas voltou a ser objecto de discussão após as crises do petróleo da década de 1970 (período previsto por Kondratieff para o início da fase de recessão de um quarto ciclo longo). Cf. Garvy (1979), Kondratieff (1979), Mandel (1979) e Rangel (1990).

⁹ A análise cíclica proposta por Arrighi não pode ser considerada a partir de uma perspectiva demasiadamente rígida. Por isso, ainda que pareça mais dotada de sentido para os casos de influência global do Reino Unido e dos EUA em seus respectivos *ciclos*, uma noção de hegemonia mundial unipolar estritamente baseada em Estados unitários possui pouco eco ao se considerar a realidade histórica da Europa entre os séculos XV e XVIII. Notadamente ao longo do século XVII, verificar-se-ia a formação de elevada instabilidade no espaço europeu, marcada por uma distribuição de poderes multipolar que, em grande parte, envolvia a rivalidade entre os Bourbons de França e os Habsburgo hispano-austriacos, alimentada pelo poder crescente das Províncias Unidas, da Inglaterra e pelas disputas religiosas no continente. Tal conjunto de factores proporcionaria um ambiente extremamente belicoso que só encontraria certa estabilização com a *Paz de Vestfália*, que poria fim à *Guerra dos Trinta Anos* (1618-1648), o que justifica uma interpretação mais complexa dos *ciclos sistémicos de acumulação* de Arrighi. De qualquer modo, deve-se salientar que a análise do autor italiano quanto aos processos de acumulação no capitalismo mundial, notadamente ao longo do séculos XIX e XX, possui elementos importantes para compreensão de suas fases de crise e de recuperação produtiva.

1.2. O Atlântico no mundo

O mar continua sendo o principal espaço de comunicação comercial entre os países. Os oceanos cobrem aproximadamente 361 milhões de quilómetros quadrados, compondo cerca de 70,8% da superfície do planeta. Além de via de transporte e comunicação, o mar é uma valiosa fonte de recursos vivos, petróleo e gás existentes nas plataformas continentais, onde também se concentram depósitos minerais de notável valor comercial (BERBÉM, 1993). Além da tradicional importância enquanto espaços de rota e de actividade pesqueira, os oceanos ganharam nova atenção ao longo do século XX em virtude da conjugação de uma série de factores políticos e económicos, aliados aos progressos das técnicas de exploração marítima. Neste sentido, pode-se reconhecer os oceanos como importantes vectores de integração sistémica. Enquanto elementos de comunicação, o transporte e comércio oceânicos foram fundamentais para a consolidação, em escala supracontinental, de uma ampla interdependência envolvendo centros económicos, regiões de influência secundária e periferias produtivas.

Por consequência, fortaleceu-se a consciência política de que mares e oceanos são espaços de afirmação da ordem internacional e da projecção de poder dos países. O Atlântico não se mostrou uma excepção a este processo. Representando um quarto da superfície do planeta, o Oceano Atlântico destaca-se pela sua função de corredor económico. Neste aspecto, foi um importante espaço para a consolidação de relações políticas e económicas entre regiões desenvolvidas do mundo capitalista e o *Sul Global*¹⁰. As grandes regiões industrializadas da América do Norte e da Europa Ocidental têm se mostrado fortemente dependentes dos fornecimentos de matérias-primas por meio do Atlântico:

A segurança das rotas marítimas e dos diferentes pontos de passagem obrigatórios é essencial para os países ocidentais. Pela tonelagem transportada, pelo número de navios que nele circulam, o Atlântico é de longe o oceano mais utilizado. Da mesma maneira, o espaço aéreo do Atlântico Norte é o mais frequentado pela aviação comercial. (CHALIAND & RAGEAU, 1988: 58; *tradução nossa*).

¹⁰ A expressão *Sul Global* tem sido utilizada para designar países que, a despeito de suas heterogeneidades, estão localizados em regiões consideradas de baixo ou médio desenvolvimento humano. A expressão não se restringe à delimitação geográfica, antes associando países que comungaram uma herança colonial particular relacionada em grande parte às suas respectivas dinâmicas de subdesenvolvimento (SÁ E SILVA, 2010). Como classificação política e sócio-económica, é usada em contraponto ao conjunto de países considerados de alto desenvolvimento humano, chamados genericamente de *Norte*. É neste sentido que tais expressões – *Sul* e *Norte Globais* – são usadas no presente trabalho.

Para Wallerstein (1987), o sistema mundial moderno tem sido caracterizado por um complexo de múltiplas entidades políticas juridicamente soberanas. Porém, sua hierarquização produtiva e laboral, aliada à concentração de capitais em regiões específicas, teria contribuído para a formação de uma economia-mundo baseada em forças assimétricas. Como apresentado, tal processo teria permitido a um conjunto específico de Estados Nacionais a utilização de meios políticos, militares e diplomáticos para manterem em seus territórios actividades produtivas capazes de captar a maior parte dos excedentes da produção mundial. Tratar-se-ia da formação de um sistema interestatal capaz de se organizar por meio da criação de diferentes dinâmicas de relação centro-periferia. Historicamente, tal processo teria tomado a forma de períodos de hegemonia¹¹, por vezes limitados graças a rivalidades e disputas entre Estados centrais. Tal situação também seria perceptível ao longo do século XX.

A despeito do destacado papel exercido pela economia estadunidense naquele período, o pós-Segunda Grande Guerra seria marcado pelo robustecimento de uma estruturada resistência política à sua hegemonia sobre a economia-mundo capitalista. Tal resistência – sob a forma da URSS – possuiria um carácter anti-sistémico sem, no entanto, ter sido capaz de criar um centro dinâmico de um sistema-mundo independente. Considerando a abordagem wallersteiniana, Rojas (2007) analisa o significado do papel exercido pela URSS no âmbito do sistema mundial moderno:

Pois em 1917, Rússia é uma semiperiferia do sistema-mundo, o que significa que ocupa uma situação *intermédia* dentro do mesmo: é suficientemente autónoma para empreender e fazer triunfar uma revolução própria, inclusive para tentar dar um salto adiante, ou “salto para fora” de suas estruturas capitalistas, mas ao mesmo tempo e dada esta mesma condição semiperiférica, *não* tem as forças suficientes nem para poder difundir e impulsionar uma mudança similar em todo o sistema-mundo capitalista, nem para se isolar completamente deste sistema-mundo, levando a bom termo sua própria tentativa de salto em direcção ao socialismo. Então, o resultado real da Revolução Russa de 1917, [...] será tão somente, na concepção de Immanuel Wallerstein e no longo prazo, o de melhorar o seu posicionamento no sistema-mundo, aumentando sua presença internacional e sua própria autonomia relativa, e criando provisoriamente um espaço próprio para o seu desenvolvimento, mas *sem sair* do sistema-mundo capitalista, sem mudar radicalmente suas estruturas principais e, portanto, sem lograr construir um verdadeiro *socialismo*. (ROJAS, 2007: 59; *tradução nossa*).

¹¹ Para Wallerstein (1984: 38-39, *tradução nossa*), a hegemonia no sistema interestatal é caracterizada como uma “situação na qual a rivalidade permanente entre as chamadas grandes potências é tão desequilibrada, [...] que uma potência pode impor suas regras e desejos [...] nas arenas económica, política, militar, diplomática e até cultural”. Seria esta a posição para a qual caminhavam os Estados Unidos, transformado, no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, em centro dinâmico do sistema mundial moderno.

De qualquer forma, a presença geopolítica soviética impedia o exercício pleno da hegemonia estadunidense. Com a presença daquele opositor, não havia a possibilidade da realização de uma hegemonia militar e política incontestada em escala global. Seria a disputa pela consolidação destes diferentes aspectos do poder hegemónico em distintas partes do mundo que marcaria a dinâmica da chamada *Guerra Fria* entre EUA e URSS ao longo da maior parte da segunda metade do século XX. Assim, ao carácter estratégico do Atlântico somou-se, ao longo da segunda metade do século XX, a dinâmica bipolar do sistema internacional. Como as duas únicas potências capazes de intervir militarmente em todos os pontos do globo, a URSS e os EUA disputavam influência em diferentes regiões oceânicas (BERBÉM, 1993). No que diz respeito ao Atlântico Sul a partir da década de 1970, tal interacção resultaria em uma maior presença soviética nas frentes marítimas da costa ocidental de África, aquando da retirada portuguesa de suas possessões ultramarinas naquele continente.

Em um sentido geral, a importância do hemisfério sul é avaliável pela sua produção – bem como por suas reservas potenciais – de matérias-primas minerais e produtos agrícolas existentes particularmente na América do Sul, sul de África, Austrália e Indonésia. Desta forma, as principais rotas do Atlântico Sul acabaram por possuir um papel importante na segunda metade do século XX. A rota do Cabo da Boa Esperança, por exemplo, transformou-se em uma passagem vital para o abastecimento do mundo desenvolvido após o encerramento do Canal de Suez, em 1967¹². Em adição, em 1980, cerca de 60% do petróleo importado pela Europa e 25% do recebido pelos EUA transitaram pelo Atlântico Sul (SACCHETTI, 1987: 25-26). A importância do Atlântico Sul também se justificava graças ao fornecimento de produtos tropicais africanos ao hemisfério norte. Matérias-primas estratégicas das quais a Europa e os EUA tinham necessidade passavam por rotas que margeavam o então Zaire ou a África do Sul, dando a noção da importância geográfica destes países. A par das principais passagens comerciais com destino ao hemisfério norte, também possuíam notável importância as rotas costeiras da América do Sul e de África que atendiam ao intercâmbio entre os países daqueles continentes¹³.

¹² Com o advento da *Guerra dos Seis Dias*, em 1967, o Canal acabou por ser fechado. Foi finalmente reaberto em 1975 sem, no entanto, recuperar o seu volume de trânsito original em virtude das novas frotas de superpetroleiros não poderem utilizar a sua passagem. Posteriormente, verificou-se uma repartição do tráfego entre o referido Canal e a Rota do Cabo (BERBÉM, 1993).

¹³ Neste sentido, deve-se salientar a existência de duas rotas que, secundárias, interessavam quase exclusivamente ao Brasil: a passagem, procedente do Oceano Índico, que demandava produtos brasileiros; e a que, iniciada nos portos da região Rio de Janeiro-Santos, demandava produtos provenientes do Golfo da Guiné. (BERBÉM, 1993).

1.2.1. As frentes africana e sul-americana do Atlântico Sul

A “garganta” entre as cidades de Natal e Freetown representa, do ponto de vista geopolítico, a faixa de entrada em direcção aos mares do Atlântico Sul¹⁴. Acima dela encontra-se uma região de intenso trânsito comercial, responsável pela conexão da Europa à América do Norte e que, por sua vez, possibilita o contacto com as Caraíbas e a América Central, pontos estratégicos de intercâmbio com o Pacífico. Abaixo da linha imaginária entre aquelas cidades, apresenta-se um Oceano de forte salinidade e de águas mais quentes e ricas, balizado pelas frentes continentais da América do Sul e de África.

A frente continental africana compreende um conjunto de territórios pertencentes a diferentes países, maioritariamente ex-colónias de três nações europeias: França, Portugal e Reino Unido. Em seu extremo austral encontra-se o país mais desenvolvido economicamente, a África do Sul, que exerce forte influência sobre a região. A economia local baseia-se em grande parte na agricultura, na riqueza mineral e na pesca. Países como a Nigéria, o Gabão, Angola e, mais recentemente, a Guiné Equatorial, destacam-se na extracção de petróleo. A região também contribui para grande parte da oferta mundial de minerais estratégicos, tais como urânio, fosfatos, cromo, manganês, cobre, ouro, diamantes e platina. Ao longo da segunda metade do século XX, a Europa foi o principal destino destes produtos. O Atlântico Sul era uma grande fonte de matérias-primas das quais os países do Atlântico Norte não poderiam prescindir. Por consequência, mesmo após o processo de descolonização africano – ocorrido maioritariamente entre as décadas de 1950 e 1970 – a relação entre Europa e África continuou marcada por uma grande verticalidade. Tal dinâmica também pode ser analisada por meio da abordagem dos sistemas-mundo, levando-se em consideração especial o conceito de *cadeias mercantis*.

Enquanto conjuntos caracterizados por distintas fases do processo produtivo e comercial, as *cadeias mercantis* garantiriam a ligação das zonas periféricas aos estágios finais de agregação de valor às suas matérias-primas, que seriam transformadas em produtos acabados por meio de processos geralmente realizados nas regiões centrais. Fenómeno relativamente antigo no âmbito do sistema mundial moderno, a formação das *cadeias*

¹⁴ A divisão do Oceano Atlântico em regiões não é exacta e geralmente obedece a imperativos de ordem política e económica. Neste sentido, é possível encontrar distintas classificações relativamente às “fronteiras” entre os Atlânticos Norte e Sul, bem como entre os seus sectores de maior sensibilidade. Berbém (1993: 107) propõe uma divisão desta região oceânica em “frentes geopolíticas”, estabelecendo o Atlântico Sul como a área demarcada – em meio às costas africana e sul-americana – entre os 60° de latitude sul e o Trópico de Câncer, exceptuando-se as Caraíbas (seu “mar satélite”, de forte influência norte-americana).

mercantis contribuiria para a consolidação da dinâmica centro-periferia experimentada na esfera das relações históricas mantidas entre Europa e África.

Esta relação permanente de exploração das periferias pelos centros do sistema-mundo explica o feito de que, nas sucessivas ondas expansivas do sistema-mundo [...] a progressiva incorporação de novas zonas dentro desta economia-mundo capitalista tenha sido sempre, de maneira simultânea, uma “periferização” de suas economias, e portanto um muito consciente e dirigido processo de *bloqueio* de suas actividades mais rentáveis e de promoção de seus ramos económicos úteis ou necessários ao centro económico então vigente. (ROJAS, 2007: 51; *tradução nossa*).

A incorporação de novos mercados ao sistema mundial moderno remontaria às formas de organização do comércio colonial. Tal dinâmica envolveria a integração das novas regiões produtoras e consumidoras às cadeias mercantis então lideradas por potências europeias, permitindo a estas a absorção de grande parte do excedente gerado no sistema. Incorporando naquele período vastas regiões das Américas, tal processo se estenderia aos continentes africano e asiático, em etapas posteriores da expansão da economia-mundo. A força dos laços mantidos entre Europa e África se manifestaria mesmo após os processos de independência africanos, por meio da celebração de uma série de acordos de cooperação entre ex-metrópoles e seus antigos territórios ultramarinos. As convenções celebradas entre o conjunto de países ACP¹⁵ e a então *Comunidade Económica Europeia* (CEE) indicariam esta preocupação. Tal atenção não se restringiria à esfera das trocas comerciais, mas tomaria a forma de uma cooperação cada vez mais ampla voltada ao desenvolvimento e à parceria política.

Castex [Raoul Castex, teórico militar francês] sublinhava, logo nos anos 50, que a África seria a retaguarda estratégica de França. Pensamento que se revelou verdadeiro. E foi seguido pela Comunidade Económica Europeia através da cooperação que mantém e desenvolve com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), transpondo à escala europeia a política proposta por Castex para a França. É que, entendemos, os países do Hemisfério Sul não são somente produtores de matérias-primas. São também uma área de expansão económica e cultural sem o qual o mundo norte-atlântico seria asfixiado. (BERBÉM, 1993: 112).

Todavia, a frente africana do Atlântico constituía, ao longo da segunda metade do século XX, uma área de elevada instabilidade política, resultado do processo de descolonização e das

¹⁵ Para fins introdutórios, pode-se indicar que a ACP é uma associação de, originalmente, 46 países de África, das Caraíbas e do Pacífico, formada para coordenar as actividades da *Convenção de Lomé*. A *Convenção de Lomé* foi um acordo comercial de carácter preferencial e não-recíproco assinado em 1975 entre a CEE e os países ACP, que vigorou – mediante renovações – até a assinatura do *Acordo de Cotonou*, celebrado em 2000.

lutas étnicas e tribais que a envolveram. Golpes de Estado, revoluções, insurreições e guerras civis foram constantes na África Subsariana. Aliada a esta tensão, a pobreza local mostrava-se como um grande desafio à estabilidade das economias regionais. Em princípios da década de 1980, 22 dos 36 países mais pobres do mundo encontravam-se em África. Destes 22 países, 15 encontravam-se ao sul do Sahara. E, finalmente, dentre estes 15 países, 11 possuíam litoral no Atlântico. Seus rendimentos anuais médios *per capita* alcançavam algo em torno a US\$ 390, o equivalente à sexta parte da média europeia do período (MIGUEZ & SANCHEZ-GIJON, 1984: 111).

Quanto à frente sul-americana, deve-se salientar o seu menor número de países. São três os países que a integram: Brasil, Uruguai e Argentina. Ao final da década de 1970, a população destes três países correspondia a cerca de 65% da população total da América do Sul¹⁶. No mesmo período, o rendimento *per capita* variava em torno dos US\$ 1.200 no Brasil, US\$ 1.500 no Uruguai e US\$ 1.700 na Argentina¹⁷. Trata-se, ainda hoje, de países ricos em recursos naturais. Em finais da década de 1970 e início de 1980, Brasil e Argentina já eram países em avançado processo de industrialização. Ambas as nações haviam experimentado fases de rápido crescimento económico entre as décadas de 1960 e 1970 e, em virtude dos choques provocados pelas crises do petróleo, sofreram fortes desequilíbrios em suas balanças de pagamentos, provocando grande endividamento e fases de moratória nacional.

De qualquer forma, em uma perspectiva histórica, o quadro político sul-americano apresentava-se mais estável que o africano quanto à delimitação das soberanias e à formação das nacionalidades. O panorama continental da margem ocidental do Atlântico Sul era menos complexo do que o da frente oriental em grande parte graças ao menor número de centros de decisão e à menor presença de poderes extracontinentais. Na frente sul-americana – contrariamente ao caso africano – já havia deixado de existir um conjunto de Estados recém saídos do domínio colonial, com soberanias frágeis sobre extensas faixas litorâneas. Brasil e Argentina, países de fronteiras bem definidas e em processo de aproximação política, controlavam mais de 80% da costa atlântica sul-americana. Por consequência, em relação aos territórios africanos, as preocupações sul-americanas acabaram por voltar-se mais ao possível uso que as grandes potências do hemisfério norte poderiam fazer das posições estratégicas daquele continente, influenciando directamente no Atlântico Sul. Neste sentido, Berbém (1993)

¹⁶ UNCTAD's Statistical Database.

¹⁷ *Idem.*

salienta o ambiente que haveria se formado na região a partir da década de 1960, com a aceleração dos movimentos de independência africanos, em um contexto de Guerra Fria:

[...] desenhou-se um quadro no qual uma apreciação inicial do Atlântico Sul na vertente sul-americana deve ser feita, não deixando de levar em conta o plano dos interesses, objectivos e poderes das grandes potências do Hemisfério Norte, principalmente em termos de presença das mesmas com o valor estratégico e poderes representados fundamentalmente pela déttente geral Brasil-Argentina. (BERBÉM, 1993: 215).

Em virtude das diferenças que envolviam as duas margens do Atlântico Sul, não formou-se ao longo da segunda metade do século XX uma entidade geopolítica regional semelhante àquela que se constituiria no Atlântico Norte. Composta por uma região extensa, o Atlântico Norte também poderia ser reconhecido, segundo Berbém (1993), como uma área geopoliticamente homogénea em relação a qual se poderia falar de certa unidade cultural e de interesses económicos (nos casos dos EUA, Canadá e Europa). Diferentemente, faltaria solidariedade regional no contexto do Atlântico Sul. Nas palavras de Therezinha de Castro (1984: 105): “[...] se a América sul-atlântica já apresentava uma base geohistórica dentro do destino manifesto atlântico [...], não há ainda uma consciência atlântica na África, com base geográfica, mas sem laços que lhes imponha um destino manifesto”. A autora reforçaria a sua visão ao salientar que, ao contrário do Atlântico Norte, existiriam enormes diferenças culturais, políticas e sociais entre as margens ocidental e oriental sul-atlânticas.

Assim, para a região atlântica, as produções académicas apontam as décadas de 1960 e 1970 como essencialmente dominadas pelas relações Norte-Sul. Como resultado disso, o tráfego comercial entre as margens sul-americana e africana estava em grande parte reduzido a três rotas marítimas principais, todas de importância mundial secundária: o conjunto das sub-rotas este-oeste (Brasil-Nigéria/Gabão/Angola/São Tomé); a rota do Cabo da Boa Esperança-Rio da Prata; e a rota do Cabo-Rio de Janeiro. Todavia, a literatura (CALCAGNOTO, 1985; D’ADESKY, 1985; SARAIVA, 1999; SANTANA, 2003) também aponta esta fase – e, especialmente, as décadas de 1970 e 1980 – como aquela que presenciaria os primeiros projectos oficiais para a constituição de um intercâmbio mais articulado e planeado entre os países do Cone Sul e os Estados da costa africana. Futuramente, tais acordos iriam fortalecer-se sob a óptica conceitual da chamada cooperação *Sul-Sul*.

De facto, como salienta Rojas (2007), fazer parte das *periferias* de uma economia-mundo implicava possuir os mais baixos níveis de remuneração, os maiores índices de pobreza e miséria e grande limitação do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico.

Seriam regiões de “Estados débeis, subordinados, puramente ‘intermediários’ das decisões do centro ou até quase inexistentes, acompanhados de desenvolvimento social muito baixo e de uma dificuldade enorme para qualquer tipo de desenvolvimento ou afirmação cultural autónoma e independente” (ROJAS, 2007: 45; *tradução nossa*). Tais características eram válidas para o caso africano. Pertenciam, neste sentido, à periferia da economia-mundo capitalista, em forte contraste ao alto grau de desenvolvimento dos países da Europa Ocidental. Estes, como parte do conjunto de economias norte-atlânticas, compunham parcela importante do sector avançado do sistema mundial moderno, ainda que em posição secundária diante da hegemonia económica dos EUA e de seus grandes centros urbanos.

Por fim, deve-se salientar que a classificação das diversas regiões do sistema mundial moderno ao longo do eixo *centro-periferia* é um tema em aberto. Enquanto a identificação de seus extremos é objecto de poucas dúvidas entre os autores (BRAUDEL, 1984; WALLERSTEIN, 1987; ARRIGHI, 1999), a caracterização de seus sectores intermediários geralmente é mais difícil. As posições sobre este tema não são completamente claras ou conclusivas, uma vez que os conceitos utilizados para definir estas zonas intermédias – *zonas secundárias* (BRAUDEL, 1984) e *semiperiferias* (WALLERSTEIN, 1987) – poderiam não ser vistos como sinónimos, a despeito de possuírem importantes intersecções.

Ao buscar identificar tais regiões, Braudel (1984: 22) designou-as como “brilhantes segundos”. Elas tomariam parte das vantagens do centro hegemónio, por vezes partilhando desníveis económicos reduzidos. Poderiam, assim, concentrar núcleos económicos complementares, participantes activos do processo de integração das zonas periféricas, salvaguardando a hegemonia estabelecida. Nesta descrição, ganhariam destaque as regiões que, a despeito de não ocuparem a função de hegemonia sistémica, exerceriam influência notável em sua dinâmica enquanto pontos estratégicos da economia-mundo. Considera-se, no presente trabalho, que as regiões desenvolvidas da Europa Ocidental estariam melhor identificadas no âmbito deste grupo. Wallerstein (1987), por sua vez, dá ênfase à noção de *semiperiferias*, áreas identificadas entre o *centro* e a *periferia* em questões como a dimensão económica e a força estatal. Possuindo níveis médios de desenvolvimento, sua constituição poderia ser resultado do aumento da complexidade de certas regiões, antes periféricas, ocasionado pelo processo de expansão da economia-mundo. Tal conceituação seria a mais adequada, na óptica deste trabalho, para a identificação das zonas mais desenvolvidas da América Latina¹⁸. De qualquer forma, tais divergências conceituais não impedem ou

¹⁸ Ainda que enfrentassem grandes problemas económicos e políticos, Argentina, Brasil e Uruguai possuíam, em conjunto, estruturas produtivas e indicadores sociais claramente distintos daqueles encontrados na *África*

atrapalham o entendimento geral da interação entre as diferentes partes do sistema mundial moderno, sob a perspectiva da relação *centro-periferia*¹⁹.

Subsariana. Com um PIB *per capita* médio a preços correntes de US\$ 215, em 1970, e de US\$ 754, em 1980, esta extensa região africana mantinha-se distante da média identificada para aqueles três países sul-americanos (US\$ 888,3 e US\$ 2.734, para os respectivos anos). Os valores relativos ao *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) para 1990 também apresentavam grande diferença entre os dois grupos de países (0,354, para o caso subsariano; e 0,671, para os países sul-americanos). Considerou-se que a distinção entre os dois grupos de países era suficientemente grande para impedir suas disposições em uma mesma categoria conceitual. O mesmo pôde ser observado para as *Economias Desenvolvidas da Europa (Anexo A)*, cujos valores médios do PIB *per capita*, para os anos de 1970 e 1980 foram de, respectivamente, US\$ 2.149 e US\$ 8.931. Os países pertencentes a este conjunto, dados seus elevados indicadores sociais e económicos, tampouco poderiam ser incluídos na mesma categoria na qual estivessem dispostos os países latino-americanos. Cf. *UNCTAD's Statistical Database*.

¹⁹ Ao buscar estabelecer classificações para amplos espaços geográficos (especialmente para aqueles caracterizados por elevadas diferenças sociais), é preciso evitar a *ilusão da sincronidade* – a ideia de que, em dada economia nacional, todos os factores ou localidades avançariam ou retrocederiam juntos. Diferentes regiões de um mesmo país podem possuir indicadores sociais e graus de avanço industrial distintos, o que é facilmente verificável para países com claros desequilíbrios regionais, como o Brasil. Porém, antes de estabelecer um padrão único para vastas regiões, o que se busca dizer é que determinadas economias, em seu conjunto macroeconómico, já apresentam um carácter notadamente diferenciado que as impede de serem classificadas junto àquelas que não experimentaram estes processos. Tais transformações, por exemplo, manifestar-se-iam na dinâmica de seu comércio internacional e no carácter dos produtos exportáveis, sem, no entanto, negar a existência de regiões internas caracterizadas por um menor grau de complexidade produtiva.

2. Conjuntura e transformações económicas na segunda metade do século XX

2.1. A conjuntura económica mundial

2.1.1. As estruturas da ordem económica mundial do pós-Segunda Grande Guerra

Verificou-se, no pós-Segunda Grande Guerra, um esforço deliberado por parte dos países vencedores para desenvolver, por meio da cooperação internacional, uma ordem económica capaz de garantir a estabilidade e o crescimento produtivo. Os dois grandes conflitos mundiais travados ao longo da primeira metade do século XX, a forte tensão na esfera da política internacional daquele período, a crise económica da década de 1930 e a aceleração inflacionária experimentada por diferentes países europeus provocaram grandes perturbações nas relações internacionais. Esta etapa distinguiu-se do período anterior à eclosão da Primeira Grande Guerra, caracterizado por uma relativa prosperidade entre as economias mais avançadas do sistema mundial moderno. Antes daquele conflito – e sob a hegemonia britânica –, verificar-se-ia uma enorme dinamização das relações comerciais e financeiras mundiais. No período entre as Guerras, por outro lado, reduziram-se o comércio e os fluxos internacionais de capitais. Na percepção das autoridades da época, teria se fortalecido a opinião de que a ruptura do *Padrão-Ouro*¹ seria a grande responsável pela dificuldade de retomada do comércio internacional no período imediatamente posterior às Guerras Mundiais (GREMAUD *et alii*, 2007).

Diante da necessidade de recuperação económica, o comércio mundial foi visto como importante instrumento de estímulo ao desenvolvimento. Porém, o alto grau de complexidade das trocas de longa distância exigia um sistema de coordenação financeira capaz de garantir suficiente liquidez global. Assim, após a Conferência de *Bretton Woods*², foi dado início a

¹ O *Padrão-Ouro*, vigente até meados da segunda década do século XX, foi uma espécie de acordo monetário tacitamente aceito pelas principais nações desenvolvidas. Seu objectivo era viabilizar as transacções entre os países, estabelecendo entendimentos quanto às suas relações monetárias e evitando entraves ao comércio. Internacionalmente, significou a adopção de um regime cambial fixo por parte dos principais países envolvidos nas trocas exteriores. Ao longo do século XIX, tais países acabaram por vincular o valor de suas moedas a uma quantidade específica de ouro, realizando políticas de compra e venda do metal de modo a preservar tal paridade. O *Padrão-Ouro* garantiu certo equilíbrio à economia internacional, permitindo aos países a manutenção de uma base monetária forte, com paridade cambial, mantendo assim uma balança comercial equilibrada.

² A Conferência de *Bretton Woods*, realizada em 1944, visava oferecer regramentos à nascente ordem económica do pós-Guerra. Por meio daquele encontro, foi proposto um novo sistema de gestão de taxas de câmbio: o

uma ampla reorganização do sistema monetário internacional. A partir de um novo quadro institucional, a economia mundial passou por um período de crescimento económico acelerado, baseado em grande parte na liderança dos EUA. Esse país, que havia saído da Guerra menos afectado que a Europa, foi o grande fornecedor de recursos para a reconstrução das nações daquele continente. Em termos económicos, este período foi marcado pelo crescimento da utilização dos bens de consumo duráveis (automóveis, electrodomésticos), provocando forte expansão na indústria de bens de capital e incorporando definitivamente o progresso tecnológico ao ambiente empresarial.

A criação de regras para orientar as relações comerciais do pós-Guerra também foi em parte responsável pelo crescimento mundial das décadas seguintes. Neste sentido, foi assinado no ano 1947, em Genebra, o *Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio* (GATT), concluindo um período de intensas discussões quanto aos princípios que deveriam orientar o comércio internacional. Entrando em vigor no ano seguinte, o GATT propôs a redução de tarifas – bem como a abolição de barreiras não-tarifárias –, a eliminação de práticas de concorrência desleal e a arbitragem de contenciosos derivados dos acordos comerciais celebrados entre os países³. Por meio das rondas de negociações realizadas após a criação do GATT, verificaram-se sucessivas reduções alfandegárias, basicamente envolvendo bens industriais. Assim, após sete rondas⁴ realizadas ao longo da segunda metade do século XX,

Padrão Dólar-Ouro. Com um novo carácter internacional, o dólar rapidamente se transformou na única moeda a manter conversibilidade em relação ao ouro (na relação de US\$ 35 por onça *troy* do metal). As outras moedas tornar-se-iam conversíveis em dólar a uma taxa de câmbio fixa (o dólar obteria uma paridade com o ouro e, as demais moedas, com o dólar). Quando uma moeda nacional apresentava forte tendência a se afastar de seu valor em dólares, havia a possibilidade de se reajustar a taxa de câmbio, sendo esta a principal distinção em relação ao *Padrão-Ouro*. Além de estabelecer regramentos monetários, a *Conferência* também previu a criação de fundos de apoio às economias com dificuldades no cumprimento de suas normas. Surgiriam o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) – responsável por gerir o sistema monetário internacional, evitando instabilidades cambiais e auxiliando países com desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos – e o *Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento* (BIRD), também chamado de *Banco Mundial* – inicialmente responsável pelo auxílio à reconstrução dos países mais atingidos pela recém acabada Guerra, mas que, posteriormente, concentrar-se-ia no empréstimo de recursos para o desenvolvimento de países periféricos. Cf. Gomes & Manzalli (2006), Gremaud *et alii* (2007).

³ Buscando aproveitar certos princípios da *Carta de Havana* – documento ousado, nunca inteiramente aplicado, produzido entre 1947 e 1948 e que também previa uma maior liberalização comercial –, o GATT buscou generalizar a *cláusula da nação mais favorecida* (que consistia na aplicação da pauta aduaneira existente mais favorável entre um dado grupo de Estados parceiros para os seus demais sócios comerciais), assim como suprimir cartéis e discriminações de preços. Todavia, o carácter delicado dos termos discutidos impôs degorrações e excepções aos princípios do *Acordo*, garantindo assim a possibilidade de restrições quantitativas a produtos importados (especialmente agrícolas), os subsídios à exportação e o estabelecimento de zonas especiais de preferência aduaneira e de livre comércio. Para gerir o complexo normativo criado, foi estabelecido um Secretariado Geral, sediado em Genebra, também responsável por coordenar futuras rondas de negociações destinadas à redução das excepções aos princípios gerais do *Acordo*. Cf. Nunes & Valério (1997).

⁴ Foram sete as rondas que sucederam a criação do GATT: *Anncy* (1949), *Torquay* (1951), *Genebra* (1955-1956), *Dillon* (1960-1961), *Kennedy* (1964-1967), *Tóquio* (1973-1979) e *Uruguai* (1986-1994).

observar-se-ia uma forte redução das tarifas médias, dos 40% existentes sobre produtos manufacturados na época da celebração do Acordo, para 4,7%, em média, no ano de 1979 (GOMES & MANZALLI, 2006: 101). Os produtos agrícolas foram em grande parte excluídos dos processos de negociação a partir de 1954, por influência estadunidense.

Nesses quase trinta anos de existência do GATT (1947-1973) muitas lições podem ser aprendidas. [...] a liberalização promovida por meio da redução tarifária pode até ter contribuído para a recuperação do fluxo de comércio mundial, mas em nenhum momento propiciou uma participação justa e equitativa dos países em desenvolvimento nos resultados. Exatamente porque as novas regras tratavam todos os países como iguais, sem considerar sua capacidade produtiva, sua escala, sua taxa de câmbio, sua taxa interna de juros, entre outros pontos, e os países com economia de menor escala não influenciavam a formação de preços. (GOMES & MANZALLI, 2006: 102).

Tendo em vista a dificuldade de inserção de economias menores no processo de incremento das trocas comerciais, seria realizada em 1964, a *Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento* (UNCTAD). Tornando-se uma estrutura de natureza permanente, também sediada em Genebra, voltar-se-ia ao auxílio a países em desenvolvimento na busca por uma participação em melhores condições na esfera das negociações comerciais. De qualquer modo, a abertura promovida pelas distintas rondas realizadas no âmbito do GATT foi acompanhada por um incremento do comércio mundial. Desta forma, entre 1950 e 1960, as exportações mundiais cresceriam a taxas de 6,47% a.a., atingindo 9,25% a.a., entre 1960 e 1970⁵. Os resultados positivos experimentados junto ao GATT acabariam por culminar na criação, em 1995, da *Organização Mundial do Comércio* (OMC), instituição que englobaria os dispositivos do antigo *Acordo*, bem como aqueles derivados dos resultados alcançados nas sete rondas multilaterais então realizadas.

2.1.2. O crescimento económico mundial ao longo do terceiro quartel do século XX

Nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Grande Guerra, a economia e o comércio internacionais passaram por uma fase de grande prosperidade. Este processo coincidiria com a consolidação de Nova Iorque como principal centro financeiro da economia mundial. Seria um período de crescimento económico forte e generalizado. Forte, pois se mostraria superior a qualquer outro momento posterior à formação do sistema mundial

⁵ UNCTAD's Statistical Database.

moderno. Generalizado, tendo em vista que dele participariam as mais distintas regiões da economia-mundo, desde seus países mais avançados até as suas zonas periféricas, estendendo-se o fenómeno também às economias planificadas, de influência soviética (NUNES & VALÉRIO, 1997). Seria, por consequência, uma fase de vigoroso incremento das exportações mundiais, especialmente entre as suas zonas mais avançadas, como indica a *Tabela 1*:

Tabela 1: Valor total das exportações por países seleccionados, em milhões de US\$ a preços correntes, e suas respectivas participações no total mundial - 1950-1976

País	Ano													
	1950	1952	1954	1956	1958	1960	1962	1964	1966	1968	1970	1972	1974	1976
EUA	9.993 (16,16)	13.203 (16,48)	12.854 (15,05)	17.333 (16,58)	16.367 (15,02)	19.626 (15,10)	20.973 (14,67)	25.690 (14,70)	29.379 (14,22)	34.063 (14,03)	43.225 (13,63)	49.199 (11,70)	99.437 (11,65)	116.794 (11,61)
Canadá	3.020 (4,88)	4.630 (5,78)	4.197 (4,91)	5.157 (4,93)	5.273 (4,84)	5.818 (4,47)	6.213 (4,34)	8.037 (4,60)	10.005 (4,84)	13.171 (5,42)	16.787 (5,29)	21.185 (5,03)	34.508 (3,84)	40.594 (4,03)
Japão	825 (1,33)	1.269 (1,58)	1.629 (1,91)	2.501 (2,39)	2.873 (2,64)	4.055 (3,12)	4.916 (3,44)	6.673 (3,82)	9.776 (4,73)	12.971 (5,34)	19.318 (6,09)	29.088 (6,92)	55.469 (6,50)	67.304 (6,69)
Reino Unido	6.325 (10,23)	7.585 (9,47)	7.770 (9,10)	9.290 (8,89)	9.495 (8,71)	10.609 (8,16)	11.374 (7,95)	12.880 (7,37)	14.770 (7,15)	15.461 (6,37)	19.430 (6,13)	23.985 (5,70)	38.197 (4,47)	45.356 (4,51)
RFA	1.993 (3,22)	4.370 (5,45)	5.600 (6,56)	7.780 (4,44)	8.807 (8,08)	11.416 (8,78)	13.244 (9,26)	16.230 (9,29)	20.157 (9,74)	24.888 (10,25)	34.228 (10,79)	46.737 (11,12)	89.368 (10,50)	102.162 (10,16)
França	3.134 (5,20)	4.125 (5,15)	4.397 (5,15)	4.736 (4,53)	5.224 (4,79)	6.971 (5,36)	7.513 (5,25)	9.208 (5,27)	11.105 (5,37)	13.030 (5,37)	18.221 (5,75)	26.589 (6,32)	46.460 (5,44)	57.186 (5,69)
Itália	1.206 (1,95)	1.387 (1,73)	1.638 (1,92)	2.146 (2,05)	2.577 (2,36)	3.657 (2,81)	4.667 (3,26)	5.962 (3,41)	8.038 (3,89)	10.186 (4,20)	13.205 (4,16)	18.609 (4,43)	30.465 (3,57)	37.265 (3,71)
Argentina	1.178 (1,90)	688 (0,86)	1.027 (1,20)	944 (0,90)	994 (0,91)	1.079 (0,83)	1.216 (0,85)	1.410 (0,81)	1.593 (0,77)	1.368 (0,56)	1.773 (0,56)	1.941 (0,46)	3.931 (0,46)	3.916 (0,39)
Brasil	1.359 (2,20)	1.416 (1,77)	1.562 (1,83)	1.482 (1,42)	1.243 (1,14)	1.268 (0,98)	1.214 (0,85)	1.430 (0,82)	1.741 (0,84)	1.881 (0,77)	2.739 (0,86)	3.991 (0,95)	7.951 (0,93)	10.128 (1,01)
Uruguai	254 (0,41)	209 (0,26)	249 (0,29)	216 (0,21)	155 (0,14)	129 (0,10)	153 (0,11)	179 (0,10)	186 (0,09)	179 (0,07)	233 (0,07)	214 (0,05)	382 (0,04)	546 (0,05)
África do Sul¹	1.151 (1,86)	1.370 (1,71)	1.362 (1,59)	1.707 (1,63)	1.725 (1,58)	1.985 (1,52)	2.219 (1,55)	2.479 (1,42)	2.741 (1,33)	3.204 (1,32)	3.344 (1,05)	4.108 (0,98)	8.688 (1,02)	7.850 (0,78)
Angola²	75 (0,12)	96 (0,12)	103 (0,12)	114 (0,10)	128 (0,12)	124 (0,09)	148 (0,10)	204 (0,12)	220 (0,11)	268 (0,11)	423 (0,13)	479 (0,11)	1.229 (0,14)	668 (0,06)
Nigéria	253 (0,41)	363 (0,45)	419 (0,49)	377 (0,36)	379 (0,35)	462 (0,36)	468 (0,33)	601 (0,34)	796 (0,38)	591 (0,24)	1.249 (0,39)	2.184 (0,52)	9.684 (1,13)	10.117 (1,01)
Mundo	61.835 (100)	80.108 (100)	85.409 (100)	104.554 (100)	108.954 (100)	129.949 (100)	143.003 (100)	174.714 (100)	206.654 (100)	242.771 (100)	317.080 (100)	420.434 (100)	853.687 (100)	1.005.664 (100)

Nota: os valores entre parêntesis dizem respeito à participação percentual das respectivas exportações no total mundial

Chamadas: 1- Os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral (UAAA)*, congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo – até então – futuro território da Namíbia.

2- Até o ano de 1975, Angola encontrava-se sob autoridade portuguesa. Por consequência, tais dados dizem respeito à produção realizada dentro do território angolano e enviada para fora de seus limites.

Fonte: UNCTAD's Statistical Database.

O perfil e o grau de participação das distintas economias no processo de expansão das exportações mundiais, ao longo do terceiro quartel do século XX, indica o impacto das transformações tecnológicas na definição da pauta do comércio internacional. Nas três décadas posteriores à Guerra da Coreia (1951-1953), o comércio de bens manufacturados entre as economias mais avançadas do sistema mundial moderno cresceu de maneira vigorosa. Por consequência, o maior mercado para as exportações industriais foi aquele formado pelas economias com maiores índices de industrialização. As áreas em vias de desenvolvimento também comporiam parte do mercado para os países industriais. Todavia, em 1978, sua importância para os centros mais desenvolvidos do sistema restringia-se a um terço do que estes últimos representavam para si mesmos (FOREMAN-PECK, 1995: 341). As exportações das áreas industriais formariam o sector mais dinâmico do comércio mundial.

A participação percentual das economias centrais no volume das exportações globais seguiu uma escala crescente. Entre 1950 e 1970, o total de exportações realizadas pelas *Economias Desenvolvidas da Europa*⁶ passou do valor de US\$ 22,77 mil milhões (36,82% do total mundial) para US\$ 156,01 mil milhões (49,20% do total mundial), enquanto que, para o mesmo período, o conjunto das economias africanas alteraram seus valores de US\$ 4,42 mil milhões (7,15% do total mundial) para US\$ 15,80 mil milhões (4,98% do total mundial). A participação da América do Sul também se mostraria decrescente: para o período apontado, passaria dos US\$ 4,82 mil milhões (7,80%) para US\$ 11,66 mil milhões (3,68%)⁷.

A composição do comércio por países e mercadorias reflecte a política comercial dos governos tanto dos grupos industriais quanto dos grupos em vias de desenvolvimento que se opunham às forças do mercado tendentes a transformar e a aumentar a especialização internacional. Esta é uma das razões pelas quais o comércio de bens manufacturados foi muito superior ao de produtos primários (excluído o petróleo), o que supõe uma mudança com respeito à tendência do século anterior. Uma grande parte da expansão é atribuível à redução das restrições que pesavam sobre o comércio de bens manufacturados nos anos sessenta, junto com o crescimento das rendas nacionais. O comércio agrícola continuou estando estritamente regulado, mas os custos de transporte eram muito mais baixos que antes e a integração económica alcançou novos máximos. Nos anos setenta, o quociente entre o comércio mundial e o PNB [Produto Nacional Bruto] ultrapassou o nível de 1913 (FOREMAN-PACK, 1995: 347-348; *tradução nossa*).

⁶ A UNCTAD's *Statistical Database* divide os países em três conjuntos básicos de economias, por continente: *Economias Desenvolvidas*, *Economias em Desenvolvimento* e *Economias em Transição*. As listas completas do conjunto das *Economias Desenvolvidas da Europa*, bem como das *Economias em Desenvolvimento de África* e da *América do Sul* (conjuntos de interesse para a investigação) estão disponíveis no *Anexo A* do presente trabalho.

⁷ UNCTAD's *Statistical Database*.

A existência de assimetrias regionais não impediu o carácter generalizado do crescimento económico. Entre 1950 e 1973, o PIB *per capita* mundial cresceria 2,9% a.a., mais que dobrando o valor de cerca de 1,3% a.a., verificado nos períodos entre 1870-1913 e 1973-1998. As exportações, por sua vez, entre 1950 e 1970, expandir-se-iam a um ritmo médio de 7% a.a.⁸. Na Europa Ocidental, entre 1950 e 1973, a taxa média de desemprego teria sido de 2,6% a.a., passando para 6% a.a. na década de 1970 e 9% a.a., na década de 1980 (GOMES & MANZALLI, 2006: 91). A situação económica geral – e, especialmente, nas regiões de economia avançada do sistema mundial moderno – era de claro optimismo.

De facto, a economia europeia passaria, entre os anos de 1950 e 1973, por uma etapa particular de sua história económica. Muitas vezes referida como uma “era dourada” (CRAFTS & TONIOLO, 1995: 22), esta fase seria marcada não apenas por elevadas taxas de crescimento económico, mas também por flutuações cíclicas suaves, além de baixos níveis de inflação. Para economias como a francesa, o crescimento económico, acompanhado da intensificação do processo de integração europeu, contribuiria para o aumento da competitividade, da modernização industrial e para melhorar a eficiência na alocação de factores de produção (SICSIC & WYPLOSZ, 1995). Como resultado deste fenómeno, França experimentaria uma expansão média de suas exportações da ordem de 8,05% a.a. entre os anos de 1950 e 1970⁹.

De modo semelhante, a República Federal da Alemanha (RFA) passaria por uma rápida recuperação que se manifestaria sob a forma de altas taxas de expansão produtiva ao longo da década de 1960. O aquecimento da economia europeia seria especialmente importante para o parque industrial alemão, que se beneficiaria enquanto provedor de bens de capital e demais manufacturas de alto valor agregado às economias do continente (CARLIN, 1995). Assim, entre as décadas de 1950 e 1970, suas exportações cresceriam a uma taxa média de 12,51% a.a.¹⁰. Para Crafts e Toniolo (1995), o óptimo ambiente vivido pela Europa a partir da década de 1950 seria reflexo de uma recuperação baseada na convergência das economias locais. Tal processo seria facilitado graças ao elevado *stock* de capital fixo acumulado nas economias região, que pôde ser rapidamente mobilizado em virtude da ampla liquidez do período e da enorme disponibilidade de capital humano preparado para operá-lo.

⁸ *Idem.*

⁹ *Idem.*

¹⁰ *Idem.*

2.1.3. A desaceleração económica das regiões centrais e a nova época de crise

Após a celebração do acordo de Bretton Woods, o dólar acabou por se tornar a unidade monetária por meio da qual grande parte dos países formariam suas reservas e fixariam suas respectivas taxas de câmbio. Os EUA teriam iniciado o pós-Segunda Grande Guerra com reservas em ouro que superavam a de todos os demais países em conjunto e, assim, havia confiança na capacidade estadunidense de vender e trocar dólar por ouro às autoridades monetárias estrangeiras (MADDISON, 1991). Porém, no decorrer dos anos seguintes, o fortalecimento da competitividade de regiões como a Europa e o Japão, aliado à política de gastos públicos estadunidense, motivaria o debilitamento das contas externas dos EUA, fazendo com que a distribuição de reservas internacionais se modificasse de forma notável (ÁLVAREZ *et alii*, 2001; NUNES *et alii*, 1997). No ano de 1950, RFA, Itália e Japão detinham, juntos, reservas equivalentes a US\$ 1,4 mil milhão, enquanto que os EUA mantinham volumes no valor de US\$ 24,3 mil milhões. Em 1970, aquele grupo de três países teria acumulado um total de US\$ 23,3 mil milhões, enquanto que as reservas estadunidenses haviam sido reduzidas a US\$ 14,5 mil milhões (MADDISON, 1991: 129). A vulnerabilidade a longo prazo dos EUA tornava-se mais evidente, bem como a sua incapacidade de garantir a conversibilidade de dólares por ouro. Formou-se, assim, uma contradição básica entre a prosperidade do comércio internacional e a manutenção do acordo de Bretton Woods¹¹.

[...] entre meados da década de 40 e finais da década de 60, a existência de saldos negativos na balança de pagamentos dos Estados Unidos da América era praticamente a única forma de aumentar a liquidez internacional, através do lançamento de dólares americanos nos circuitos financeiros internacionais. Este facto era, a curto prazo, favorável aos Estados Unidos da América, pois permitia a fácil realização de despesas militares, investimentos, etc., no estrangeiro. A longo prazo, porém, mostrou-se desvantajoso, por duas razões. A primeira foi o enfraquecimento da confiança no dólar [...]. A segunda foi a erosão gradual que provocou na posição competitiva dos produtores americanos nos mercados externos e mesmo americanos, por reduzir o estímulo ao aumento da produtividade – na verdade, era sempre mais barato para a economia americana financiar as suas importações emitindo dólares do que efectuando exportações. (NUNES *et alii*, 1997: 177).

¹¹ Essa contradição foi representada por meio do *Paradoxo de Triffin*. Ele enunciava que o processo de expansão económica necessitava do constante crescimento das reservas mundias em dólares (a fim de não haver crises de liquidez). Essa injeção de liquidez se fazia com base em défices externos dos EUA. Se esses défices fossem sistemáticos, e se os activos em ouro norte-americanos fossem estáveis, a confiança na conversibilidade do dólar e, por consequência, a base dos acordos de Bretton Woods ruiam. Por outro lado, caso não houvesse injeção de liquidez, o crescimento também não ocorreria. Assim, verificar-se-ia um forte crescimento económico, porém com uma contínua perda de confiança no sistema. Cf. Gremaud *et alii*. (2007).

O sistema de paridade dólar-ouro teve o seu fim com o rompimento da conversibilidade pelo governo dos EUA, ocorrido de maneira processual entre os anos de 1971 e 1976¹². A partir de então, verificou-se uma fase de instabilidade, baseada em taxas de câmbio flutuantes e forte desvalorização do dólar. O cenário económico mundial, que já experimentava um ambiente de crise, sofreu uma piora de expectativas graças à eclosão da *Primeira Crise do Petróleo*, em Outubro de 1973. Até então mantido sob relativa estabilidade de oferta devido ao baixo custo de sua extracção no Médio Oriente, o petróleo sofreria uma forte alta de preços entre os anos de 1973 e 1974, quadruplicando seu valor médio de venda em comparação ao ano de 1972 (MADDISON, 1991: 132). Tal medida foi uma resposta da *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* (OPEP) – formada, em sua maioria, por países árabes – ao apoio de importantes países ocidentais (entre eles, EUA e Reino Unido) a Israel no decorrer da *Guerra do Yom Kippur* (1973)¹³.

Crafts e Tonioto (1995) salientam que, a despeito do primeiro choque do petróleo ser usualmente utilizado como referência para assinalar a nova fase de recessão económica, ele não deve ser visto como origem do processo de retracção produtiva. Já em finais da década de 1960, a crise se manifestaria por meio do próprio processo de produção experimentado em regiões como a Europa, com o que concordaria Rapoport (2000).

Esta queda era sinal de uma situação mais grave, que se relacionava com a progressiva desaceleração do ritmo de incremento na produtividade. Isto conduziu a uma diminuição das taxas de lucro, o que levou as empresas a reduzir paulatinamente seus níveis de investimento. Por algum tempo, porém, manteve-se a tendência crescente dos salários [...]. Esta sequência desarticulava o ciclo virtuoso de incrementos da produtividade, do investimento e do salário, que havia caracterizado as décadas anteriores. As

¹² Em um primeiro momento, o fim da paridade dólar-ouro manifestou-se por meio da decisão do Governo *Richard Nixon* (1969-1974), em Agosto de 1971, de não garantir a conversibilidade entre os dois activos. Assim, permitiu-se um enorme acúmulo de dólares por parte dos outros países. Como medida tendente a estimular a produção interna estadunidense, o Governo local também impôs uma sobretaxa de 10% às importações, naquele mesmo ano. Ao longo dos anos seguintes, o Sistema Monetário Internacional continuou tendo o dólar como seu padrão monetário formal (MADDISON, 1991: 129-130). Porém, no âmbito da conferência do FMI em Kingston, na Jamaica, em Janeiro de 1976, o sistema de câmbios fixos foi formalmente extinto, garantindo a abolição do preço oficial do ouro e a livre flutuação das distintas moedas no mercado cambial (FERNANDES, 2010). De qualquer modo, pouco antes da decisão estadunidense quanto à não garantia de conversibilidade entre dólar e ouro, já se sentia uma forte perda de confiança na capacidade de manutenção daquele padrão monetário. O reflexo disto foi a criação, em 1969, dos *Direitos Especiais de Saque* (DES), espécie de activo contábil utilizado entre as autoridades monetárias dos países cotistas no âmbito do FMI, cujo valor foi inicialmente determinado a partir da variação média do câmbio dos cinco maiores exportadores mundiais. Sua utilização foi iniciada a partir de 1981, com participação ainda hoje muito limitada na esfera das trocas e do cômputo das reservas internacionais (NUNES, 1997).

¹³ A *Guerra do Yom Kippur* opôs Israel ao Egipto e à Síria, fazendo parte do conjunto de conflitos deflagrados entre as décadas de 1940 e 1970 relativos às disputas territoriais envolvendo da região da Palestina.

novas condições foram atribuídas a diversas causas. Uma primeira interpretação as explica como o resultado de uma subida salarial superior ao crescimento da produtividade, especialmente nos países europeus [...]. Uma segunda interpretação se relacionava com o incremento da composição orgânica do capital (isto é, da relação capital/produto), no marco dos processos tecnológicos existentes. Novos aumentos da produção exigiam crescentes volumes de capital *per capita* que não eram compensados pelos aumentos de produtividade. (RAPOPORT, 2000: 605-607; *tradução nossa*).

Economias como as do Reino Unido – que haviam experimentado um crescimento moderado mesmo no período de maior optimismo económico – sofreriam de maneira especial ao longo da década de 1970, graças à combinação entre o peso da massa salarial e os elevados gastos do sector público, que contribuiriam para a intensificação do processo inflacionário mesmo em um período de desaceleração do crescimento (BEAN & CRAFTS, 1995).

De qualquer modo, a subida de preços do petróleo afectaria as economias centrais. O petróleo havia se transformado em um produto básico do qual os países ocidentais mostravam forte dependência. Seu papel na produção de energia e o seu peso na estrutura dos custos gerais eram notáveis e, assim, o aumento dos preços do óleo cru contribuiu ainda mais para a formação de um ambiente de crise, provocando e agravando défices de pagamentos externos, acelerando a inflação e fortalecendo a sua expectativa futura, além de deprimir a produção e o consumo entre as economias desenvolvidas. Ao final daquela década – em 1979 –, os preços do petróleo sofreriam um segundo e forte aumento, graças às tensões envolvendo o conflito entre Irão e Iraque, dois dos principais exportadores de petróleo do mundo. Por outro lado, os países membros da OPEP experimentaram uma enorme liquidez nos anos seguintes à deflagração do primeiro choque do petróleo, gerando expectativas quanto à maneira como utilizariam os *superavits* alcançados em suas respectivas balanças comerciais.

A recessão estendeu-se pela maior parte do mundo desenvolvido a partir de 1974. De qualquer modo, o novo regime de câmbios flutuantes acordado entre as grandes economias industriais pôde fazer frente ao processo de subida dos preços do petróleo, possibilitando a redistribuição da liquidez em âmbito internacional. Isto porque, a partir de 1973, registou-se um enorme movimento de capitais decorrente da transferência de renda ocorrida entre os grandes consumidores mundiais de petróleo e os países exportadores do produto. Estes últimos, graças às suas limitadas capacidades de consumo, viram-se com um excesso de liquidez que acabou por ser atraído pelos grandes centros financeiros das economias avançadas, formando o então chamado mercado de *petrodólares* (FOREMAN-PECK, 1995). Na maior parte destas regiões, tal inversão de curto prazo acabou por compensar, ainda que de forma limitada, o impacto negativo da subida dos preços do petróleo. Entre os países mais

pobres e importadores de petróleo, não se verificaria tal compensação, o que teria contribuído para a formação de um ambiente ainda mais recessivo graças à influência conjunta da crise geral da economia mundial e do maior custo das importações de petróleo.

A crise iniciada entre os anos de 1974 e 1975 foi caracterizada não somente por um amplo processo recessivo, mas também por pressões inflacionárias muito fortes. Este último aspecto exacerbou-se graças aos problemas da oferta de recursos – notadamente no sector de energia –, mas em parte também pela grande oferta de dólares a nível global.

A tática que empregaram os Estados Unidos para desvalorizar o dólar teve consequências inflacionárias para outros países. [...] O derrubamento da disciplina dos tipos de câmbio fixo e a subsequente moderação das restrições do tratamento da demanda desempenharam um papel importante no auge insolitamente amplo e sincronizado que a produção mundial registou em 1972-1973. Graças em parte à facilidade para obter créditos com os quais financiar as importações, o auge adquiriu suas maiores proporções nos países comunistas e em partes do Terceiro Mundo. Em 1973 o PIB soviético aumentou em 6,8%; o chinês, em 12%; e o brasileiro, em 12,5%. O auge da produção fez com que as pressões cíclicas normais recaíssem sobre o preço das manufacturas, cuja demanda era muito elevada. (MADDISON, 1991: 130; *tradução nossa*).

De qualquer modo, a década de 1970 seria caracterizada por pressões inflacionárias ainda maiores nos mercados de produtos básicos. A situação dos preços mundiais de alimentos e matérias-primas se transformaria rapidamente após vinte anos de estabilidade. Além das perturbações do sistema monetário internacional, esta mudança na dinâmica de preços também teria sido afectada por más colheitas na URSS e na Europa, ao longo daquela década (NUNES, 1997). Assim, o final do decénio seria caracterizado por um crescimento irregular do produto mundial, por vezes reprimido pela inflação, pelo estrangulamento na oferta de recursos energéticos e por tensões políticas.

A economia global ao longo da década de 1980 seria afectada pela *Segunda Crise do Petróleo*, de 1979, e por medidas deflacionistas implementadas por parte das economias mais avançadas do sistema mundial moderno. Neste sentido, a adopção de políticas monetárias restritivas por parte dos governos daquelas regiões – assim como o enfraquecimento da demanda em suas economias –, encontrou-se relacionada às fortes crises de dívida externa experimentadas por parte das zonas periféricas e semiperiféricas (FOREMAN-PECK, 1995).

A substancial mudança da política económica estadunidense para o período seria um exemplo deste conjunto de transformações no sector externo¹⁴.

Nas duas últimas décadas do século XX, a América Latina sofreu um processo de forte estagnação económica, graças à necessidade de ajustamento relativamente ao acúmulo das dívidas contraídas nas etapas anteriores. As economias da África Subsariana também experimentaram uma forte recessão, influenciada pela queda geral no preço das *commodities* ao longo do período. Por outro lado, partes importantes da Ásia passaram por um notável processo de modernização e avanço produtivo. Seguindo à queda dos preços do petróleo, em meados da década de 1980, as regiões mais avançadas do sistema mundial passariam por uma fase de recuperação moderada de suas economias (FOREMAN-PECK, 1995). A Europa Ocidental incrementaria seu esforço de integração económica, aprofundando sua experiência comunitária, enquanto os EUA continuariam sendo a maior economia mundial, exercendo importante liderança – ainda que não mais detivessem o poderio económico das décadas imediatamente seguintes ao fim da Segunda Grande Guerra. As economias planificadas passariam por uma etapa de forte crise estrutural, que culminaria com a dissolução da URSS na passagem entre as décadas de 1980 e 1990.

O cenário económico mundial se modificaria de maneira especial ao longo das últimas décadas do século XX. Para Gremaud *et alii* (2007), tais alterações estariam ligadas à intensificação de dois amplos processos: as *globalizações das esferas produtiva e financeira*. Em sentido geral, a *globalização produtiva* seria caracterizada pela produção e distribuição de bens em escala mundial, alimentada pela forte concorrência entre grandes grupos multinacionais. Tal processo seria marcado por um intenso avanço tecnológico, notadamente nos sectores da electrónica e informática, causando a modificação de estruturas organizacionais e contribuindo para a consolidação de plantas produtivas cada vez menos trabalho-intensivas. O processo de reestruturação das empresas seria caracterizado pela proliferação de contratos de franquia, acordos de licenciamento e subcontratações internacionais.

¹⁴ A ampla liquidez externa verificada a partir da *Primeira Crise do Petróleo* auxiliou as maiores economias latino-americanas no acesso a linhas de financiamento internacionais a juros flutuantes vantajosamente baixos. Tal situação permitiu, ao longo da década de 1970, um amplo movimento latino-americano de investimentos infra-estruturais com forte endividamento externo. Repactuados de prazo em prazo, estes juros estavam geralmente atrelados àqueles praticados na economia norte-americana. Todavia, os sucessivos défices públicos dos EUA levaram as autoridades económicas daquele país a aumentarem substancialmente suas taxas de juros, buscando atrair aplicações externas. Tal medida, além de ter reduzido o volume de recursos internacionais disponíveis para economias em desenvolvimento, provocou o encarecimento das dívidas já contraídas. Esta sucessão de acontecimentos irá explicar, em parte, a *crise da dívida*, que tem como marco a suspensão dos pagamentos da dívida externa por parte do México, em Setembro de 1982. Cf. Gremaud *et alii* (2007).

[...] verifica-se também o crescimento da chamada integração vertical transnacional, em que ocorre a especialização de plantas subsidiárias das empresas multinacionais. Tais empresas montam uma rede internacional por meio de suas subsidiárias, sendo cada uma delas responsável por parte da produção, fornecendo peças e componentes e outras assumindo a montagem do produto final. Ocorreu ainda, em meados da década de 80, um forte processo de fusões, aquisições e incorporações em nível internacional. (GREMAUD *et alii*, 2007: 521).

As dificuldades de acesso aos mercados em escala mundial tornariam a estrutura de concorrência mais oligopolizada, em desestímulo à tendência multilateralista verificada nas primeiras décadas do pós-Segunda Grande Guerra. A queda da participação dos EUA nas exportações mundiais e o avanço dos NIC (*Newly Industrialized Countries* – Países Recentemente Industrializados) seriam um exemplo desta disputa. Como resposta a tais dificuldades, verificar-se-ia o crescimento dos acordos e dos mecanismos de integração regional. Estando associados às modificações produtivas em curso, tais acordos foram em parte forçados pela necessidade de ampliação do espaço económico das empresas, a fim de viabilizar a operação e a continuidade das inovações.

O processo de *globalização dos mercados financeiros*, por sua vez, já seria notável ao longo da década de 1960, graças à internacionalização bancária que acompanhou o crescimento do comércio mundial e do investimento estrangeiro directo. Sua intensificação, porém, teria sido auxiliada pela ampla liquidez experimentada na década de 1970 e por medidas de maior controlo das operações bancárias estadunidenses – que estimularam a proliferação de centros de operação financeira fora das fronteiras norte-americanas.

Nesse período, verificou-se a multiplicação dos créditos, gerando excesso de liquidez internacional, no bojo do qual a busca de novos tomadores enseja o processo de endividamento do Terceiro Mundo. Tal mercado teve grande atuação na década de 70, em função da necessidade de reciclar os superávits dos países exportadores de petróleo. Esse processo, centrado nos bancos internacionais, permitiu grande crescimento das atividades financeiras. (GREMAUD *et alii*, 2007: 525).

A década de 1980 seria marcada por uma progressiva substituição do sistema baseado no crédito bancário por outro fortemente vinculado ao mercado de capitais, o que acabou por exigir notável desenvolvimento de mercados secundários de títulos. Observar-se-ia, então, um aumento da importância dos investidores institucionais – como os fundos de pensão – em detrimento do tradicional sector bancário. O regime internacional de câmbios flutuantes, somado ao processo de expansão de mercados financeiros e à desregulação bancária, iria

contribuir para o aumento da deflagração de crises cambiais e financeiras (GREMAUD *et alii*, 2007). Assim, o final do século XX foi caracterizado por um período de lenta recuperação económica das regiões centrais, junto a um ambiente internacional mais instável graças ao aumento de sua sensibilidade diante de crises.

2.2. As transformações económicas fora dos grandes centros do sistema mundial moderno

2.2.1. África e o carácter periférico de uma economia continental

Um curto período de tempo, entre as décadas de 1950 e 1970, foi suficiente para transformar profundamente a organização política de África, que passou de um continente maioritariamente administrado pelas potências coloniais europeias a um conjunto de Estados formalmente independentes. Dada a importância do continente no contexto do fornecimento de matérias-primas aos grandes centros do sistema mundial, a região rapidamente reintegrou-se à dinâmica do comércio internacional (CARRERAS, 1987). Na esfera económico-social, o continente africano tem enfrentado graves problemas relativamente ao desenvolvimento, à estabilidade política e à dependência económica. A pressão demográfica, os baixos níveis de desenvolvimento humano, o défice na produção de alimentos e a carência do sector industrial são aspectos comuns à maior parte dos países africanos, assim como a riqueza de recursos minerais e de demais matérias-primas estratégicas cujos preços têm sido normalmente controlados pelos grandes centros de demanda mundial. Suas sociedades formariam, assim, parte da periferia do sistema, caracterizadas pela típica dependência económica do então chamado *Terceiro Mundo*¹⁵.

O amplo movimento de emancipação política experimentado por África não foi suficiente para eliminar as estruturas de dependência económica deixadas pelo processo de colonização. Sua participação nas esferas de produção e abastecimento mundiais continuou atrelada aos tradicionais mercados periféricos, responsáveis pelo fornecimento global de produtos primários, notadamente minerais. Ao longo das últimas décadas, a participação africana no PIB mundial foi irrisória: 2,7%, em 1970; 3,67%, em 1980; 2,22%, em 1990; e 1,85%, no ano 2000. Em adição, o crescimento anual médio *per capita* daquele mesmo índice teria sido igualmente limitado: entre 1970 e 1980, de 1,5% a.a.; entre 1980 e 1989, sofreria

¹⁵ O termo *Terceiro Mundo* é uma designação genérica, inicialmente proposta pelo geógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990), em 1952, para identificar países de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, tendo como referência comparativa as sociedades de produção avançada da Europa e da América do Norte. Actualmente em desuso, aplica-se geralmente aos países em desenvolvimento de África, América Latina e Ásia.

decréscimo médio de 1,0% a.a.; entre 1992 e 2000, experimentaria uma tímida recuperação de 0,7% a.a.¹⁶. Apesar de haver conhecido um curto período de relativa prosperidade ao longo da década de 1960, a totalidade dos países africanos subsarianos (com a exceção da República da África do Sul) encontrou-se sob uma forte crise marcada por baixos índices de desenvolvimento humano ao longo das três últimas décadas do século XX (LÓPEZ, 2001).

Problemas de estabilidade política e de carácter administrativo em grande parte ligados ao processo de formação recente de seus Estados também acabaram por contribuir para a manutenção das dificuldades económicas de África. A falta de poupança privada e a gestão inadequada das finanças públicas, aliada a elevados índices de corrupção, foram problemas recorrentes entre os países daquele continente (CHAMBERLAIN, 1997). Por outro lado, em princípios da década de 1970, verificou-se uma recuperação dos preços de produtos tradicionalmente ofertados pelo continente. Tal fenómeno contribuiu para uma relativa recuperação da economia regional, também ajudada pela desvalorização do dólar e pela subida dos preços do petróleo (que, além de ser um produto da pauta de exportações de alguns países atlânticos de África, também propiciou a entrada de petrodólares nos mercados locais). De qualquer forma, tal processo não se manteria ao longo de toda a década e, até o final do século XX, os géneros africanos de exportação sofreriam forte instabilidade de preços.

Porém, a partir de 1975 começam os primeiros sintomas de mudança e, pouco a pouco, estes preços vão desabando até alcançar em 1982 as cotas mais baixas conhecidas desde 1940. Café, cacau, borracha, algodão, óleo de palma, açúcar, bananas, milho, copra e outros produtos agrícolas experimentaram uma queda que oscilava entre 25-50% até a metade da década, enquanto que os produtos minerais se viam ainda mais afectados, abarcando a sua baixa um extremo que ia dos 60% para o cobre aos 76% para o cobalto entre 1980 e 1987. Por sua especial incidência na produção africana assinalamos também o descenso em 37,17% do níquel, em 3,9% do zinco, 45,43% do minério de ferro e 8,81% da bauxita. Neste período o deterioro ocasionado por estas baixas provocou uma perda de 45% do valor das exportações e uma diminuição do poder aquisitivo africano em 64%. Ampliando a visão e o espaço de tempo, podemos concluir que entre 1975 e 1990 os preços das matérias-primas, que constituem 90% das divisas africanas, caíram uma média de 40%. (LÓPEZ, 2001: 199; *tradução nossa*).

Neste mesmo período, produtos industrializados tradicionalmente demandados por África sofreram aumento de preços, o que provocaria forte valorização média da pauta de importações do continente: de 5,4% a.a., entre 1965 e 1973; de 11% a.a., entre 1973 e 1980; e de 23% a.a., entre 1980 e 1990 (LÓPEZ, 2001: 199). Tendo a maior parte de seus preços de

¹⁶ UNCTAD's *Statistical Database*.

exportação definidos pelo mercado internacional, os produtos africanos não foram capazes de garantir equilíbrios orçamentais sustentáveis aos seus países, o que contribuiu para um aumento da dívida externa local. O perfil monocultor da agricultura africana é um reflexo da situação agrícola geral do continente, de fracos incentivos e produtividade das culturas alimentares. O resultado tem sido a contínua necessidade de importação de géneros alimentícios, a despeito da existência de cerca de 789 milhões de hectares de terras cultiváveis em África e da grande participação laboral no sector¹⁷. Como reflexo desta situação, o crescimento médio anual da agricultura local, entre 1960 e 1990 – cerca de 1,3% a.a. –, seria inferior à expansão média da população, em torno de 2,3% a.a. (LÓPEZ, 2001: 207). O défice quanto à produção de alimentos não se reproduziu no âmbito das culturas voltadas à exportação. Ao longo da segunda metade do século XX, o continente se manteve como grande fornecedor de matérias-primas agrícolas para indústrias de transformação dos centros económicos mundiais, como indica a *Tabela 2*.

Tabela 2: Participação percentual africana na produção mundial de culturas destinadas a indústrias de transformação - 1970-1994

Produto	Ano			
	1970	1980	1990	1994
Cacau	68	60	58	55
Café	34	24	20	19
Óleo de palma	57	27	19	15
Amendoim	30	25	22	19
Algodão	10	8	9	7
Milho	7	6	6	7
Arroz	3	2	2	3
Cevada	4	3	3	3
Trigo	6	2	3	3
Tabaco	5	6	5	6
Madeira	22	14	14	13
Bananas	12	12	10	10

Fonte: López (2001: 211; tradução nossa)

¹⁷ Os dados provenientes da *UNCTAD's Statistical Database* apontam para as seguintes estimativas de participação da força de trabalho africana nos sectores de *agricultura, caça, extrativismo ou pesca*: cerca de 67,69%, em 1980; 63%, em 1990; e 57,30%, no ano 2000.

A preocupação quanto à obtenção de divisas pelos governos africanos acabaria por favorecer tais cultivos em detrimento da produção de alimentos voltados ao consumo local. Por outro lado, países com grande riqueza mineral também acabariam por privilegiar a exploração de tais recursos. De facto, a extracção mineral apresentou um forte crescimento à medida que o processo de descolonização avançava¹⁸. A expressão da participação africana na produção mundial de importantes recursos minerais pode ser verificada na *Tabela 3*:

Tabela 3: Participação percentual africana na extracção mundial de minérios de elevada importância comercial - 1970-1994

Produto	Ano			
	1970	1980	1990	1994
Cobalto	70	66	69	75
Diamantes	75	72	53	46
Ouro	80	75	45	32
Cromo	70	41	40	44
Urânio	25	35	36	20
Manganês	25	23	33	32
Fosfatos	25	26	24	24
Bauxita	6	16	18	18
Cobre	25	17	16	14
Ferro	7	7	7	6
Carvão	-	4	6	6
Estanho	12	6	4	3
Antimónio	50	24	22	22
Vanádio	30	39	50	50
Chumbo	10	6	6	6
Platina	40	85	48	50

Fonte: López (2001: 215; tradução nossa)

A produção petrolífera também sofreria uma forte evolução ao longo do terceiro quartel do século XX. A participação mundial de África na extracção do óleo cru passaria de 0,4% em 1959, para 10%, em 1970, alcançando cerca de 20% no ano de 1980 (LÓPEZ, 2001: 215).

¹⁸ Para fins de comparação aproximada, pode-se indicar que as actividades de *mineração e de abastecimento energético-hídrico* representaram 12,20% do PIB continental africano para o ano de 1970; 24,16%, para 1980; 15,38%, para 1990; e 18,46% para o ano 2000. Por outro lado, as actividades de *agricultura, caça, extractivismo ou pesca* representaram, para os respectivos anos, 25,33%, 19,11%, 18,26% e 15,42% do PIB continental. UNCTAD's Statistical Database.

Assim, a produção mineral em África transformou-se em um importante sector para a obtenção de divisas.

O auge da mineração foi substituindo pouco a pouco os demais sectores, de forma que em países ricos em alguns destes produtos se fomentou sua exploração e sobre eles se basearam as expectativas económicas esquecendo ou marginalizando outras fontes de riqueza. Chegou-se assim à monoprodução, cujas consequências foram nefastas para muitos países com a queda dos preços dos produtos minerais. O capital estrangeiro privado contribuiu para o desenvolvimento desta contingência ao dirigir seus investimentos exclusivamente à mineração, como sucede no princípio dos anos oitenta, em que a totalidade das inversões das companhias europeias estavam nas indústrias extractivas. [...] A importância da mineração se observa no lugar que ela ocupa dentro das exportações gerais: se em 1960 os produtos minerais contribuíram com 25% das exportações totais de África, dez anos mais tarde haviam subido a 50%, mantendo-se depois entre 50-60%. Diante destes dados é facilmente compreensível a catástrofe económica ocasionada pela já mencionada queda dos preços que incrementou de forma espectacular a dívida externa africana. (LÓPEZ, 2001: 213; *tradução nossa*).

A situação de instabilidade que caracterizou a inserção africana na economia mundial dificultou a dinamização de seu sector industrial. Verificava-se, ao longo do período estudado, uma preponderância de indústrias de transformação vinculadas à agricultura (CARRERAS, 1987). Assim, a limitação da estrutura económica africana manifestar-se-ia na fraca participação de suas exportações no volume mundial total: sua presença, em 1960, restringir-se-ia a 5,53%; em 1970, a 4,98%; em 1980, a 5,98%; e, em 1990, a 3,14%¹⁹. A fragilidade das trocas interafricanas também era evidente, perdendo seu já reduzido espaço ao longo dos anos: em princípios da década de 1960, limitava-se a 6,3% de seu comércio total; entre 1970 e 1973, 4,9%; em 1976, 2,6%; acabando por oscilar entre 3% e 4% desta data a princípios da década de 1990 (LÓPEZ, 2001: 217). A estrutura fortemente exterior de sua produção, em grande parte voltada ao fornecimento de matérias-primas necessárias à produção manufactureira de regiões avançadas, indicaria o carácter periférico da economia africana, mantendo o papel então exercido pela região ao longo de sua história colonial.

Os países atlânticos da África Subsariana – em sua maior parte concentrados nas regiões ocidental e austral – não escapariam a esta dinâmica. A África Ocidental compreende uma vasta região delimitada, ao norte, pelo Deserto do Sahara, ao sul e a oeste, pelo Oceano Atlântico e, ao leste, pelas fronteiras orientais do Chade com o Sudão, assim como da República dos Camarões com a Nigéria (*Anexo B*), sendo este último país a sua principal economia. A Nigéria tornou-se formalmente independente do Reino Unido em Outubro de

¹⁹ UNCTAD's Statistical Database.

1960. Após aquela data, foi atingida por graves crises políticas que dificultaram a implantação de projectos consistentes de desenvolvimento para o país²⁰. A agricultura foi o seu principal sector económico até princípios da década de 1970, tendo o país ocupado a primeira posição na produção de óleo de palma, a segunda na extracção de madeira e no cultivo de cacau, a terceira de amendoim, painço e sorgo, além da quinta na extracção de borracha (LOPEZ, 2001).

Porém, a produção agrícola perdeu espaço após a descoberta de importantes jazidas fósseis na região do Delta do Rio Níger, transformando o petróleo e o gás natural nas principais fontes de divisas do país. Outros recursos minerais de importância exportadora são a columbita, o estanho, o ferro, o chumbo e o ouro. Aliado ao crescimento da exploração dos recursos minerais, desenvolveu-se um importante sector industrial de perfil siderúrgico e petroquímico que, entre 1960 e 1970, experimentaria um crescimento médio de 13% a.a. (LÓPEZ, 2001: 367). A dependência económica em relação à demanda internacional de petróleo se mostraria problemática ao longo da década de 1980 devido à forte queda dos preços desta *commodity*. A Nigéria acabou por recorrer ao auxílio financeiro do FMI no ano de 1986, experimentando uma retracção de seu PIB em 10,8% no ano seguinte, além de uma queda de sua renda *per capita* de US\$ 1.256, em 1980, para os US\$ 164, em 1994²¹. Após esse período, o país iniciaria uma fase de crescimento instável que se prolongaria por toda a década de 1990.

A África Austral, por sua vez, tem seu sector atlântico delimitado, ao norte, pela fronteira com a República Democrática do Congo (antigo Zaire), estendendo-se ao extremo sul do continente. Angola e a República da África do Sul destacam-se como as duas maiores economias da região. Angola tornou-se formalmente independente de Portugal em Novembro de 1975, após um longo conflito deflagrado entre 1961 e 1974 que, no ano seguinte, tomaria a forma de uma violenta guerra civil que se estenderia por todo o resto do século XX²². A

²⁰ A Nigéria é um país povoado por distintas etnias que, por sua vez, professam diferentes crenças religiosas (notadamente a islâmica, além de diferentes denominações cristãs e animistas). A disputa pelo poder central, empreendida por distintas lideranças regionais, também foi comum ao longo das décadas de 1960 e 1980. Por consequência, após a independência, os enfrentamentos étnicos e religiosos foram recorrentes, estimulando sucessivos golpes de Estado e a eclosão de conflitos separatistas de grande violência tais como a *Guerra de Biafra* (1967-1970), tentativa fracassada de secessão das ricas províncias petrolíferas do sudeste nigeriano (LLIFFE, 1998).

²¹ UNCTAD's *Statistical Database*.

²² Após o processo de independência, Angola encontrou-se em meio a uma disputa pelo poder do novo país envolvendo diferentes grupos político-militares. Como um conflito inserido no contexto da Guerra Fria, os grupos em disputa (*Movimento Popular de Libertação de Angola* –MPLA –, grupo majoritário que controlava a capital, Luanda; *Frente Nacional de Libertação de Angola* – FNLA –; e *União Nacional para a Independência*

situação de guerra permanente acabou por destruir a maior parte da importante estrutura económica herdada do período anterior à independência. A excepção caberia ao sector petrolífero, mantido graças à sua função estratégica enquanto gerador de divisas para o país. Sua importância foi absoluta ao longo do último quartel do século XX, representando 80% dos ingressos em 1976, chegando a atingir uma participação de 98% dos ganhos do comércio exterior ao longo da década de 1990 (LÓPEZ, 2001: 527). Neste sentido, a exploração de importantes recursos minerais – como ferro e diamantes – foi obscurecida ou acabou por cair sob o controlo de grupos opositores ao poder de Luanda.

De qualquer modo, as potencialidades de Angola eram notáveis, dadas as experiências passadas de relativo sucesso no âmbito do cultivo da cana-de-açúcar, do algodão, da extracção de madeira e da instalação de plantas industriais voltadas ao sector de alimentos e à produção têxtil. Porém, a queda do preço do petróleo ao longo da década de 1980 e a permanência do país em condição de guerra civil dificultariam a implementação estável de planos de desenvolvimento económico de longo prazo.

A República da África do Sul, por sua vez, é reconhecida como o país mais próspero do continente. Na agricultura, a produção cerealífera tem ocupado a primeira posição, sendo seguida pela cana-de-açúcar, o algodão e o cultivo de frutas para exportação. A pecuária também tem sido uma actividade destacada, assim como a pesca marítima. De qualquer modo, é mais uma vez a riqueza mineral o principal expoente da economia do país. Em 1980, o ouro foi o principal produto do sector, ocupando a África do Sul a então primeira posição na exploração deste minério. Para o mesmo ano, o país detinha importante participação na extracção de platina (75% da produção mundial), cromo (81%), manganês (46%) e alumínio (37%), além de deter importantes reservas de urânio, diamantes e carvão mineral. Tal riqueza permitiu a constituição do maior e mais diversificado parque industrial africano. A posição estratégica do país também favoreceu a actividade comercial. Ao longo da década de 1980, a rota da Cidade do Cabo recebeu, em média, 45% de toda a tonelagem anualmente transportada no hemisfério sul. No mesmo período, cerca de 70% dos produtos primários enviados à Europa a cada ano passaram pelos portos da cidade (LÓPEZ, 2001: 496-497).

De qualquer forma, o final da década de 1970 também representou o início de uma crise para a África do Sul, em grande parte intensificada graças ao movimento internacional de

Total de Angola – UNITA) receberam distintos apoios provenientes dos EUA, África do Sul, Cuba e URSS (LLIFFE, 1998). O resultado foi uma guerra civil altamente destrutiva que assolou o país até 2002, ano em que, após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, os grupos rebeldes foram parcialmente integrados ao corpo das Forças Armadas Angolanas.

embargo e restrição comercial ao país, que vivia sob o regime do *apartheid*²³. Em 1983, o país sofreria uma retração de 1,8% de seu PIB, dando início a um período de crescimento irregular marcado por recessões e breves recuperações²⁴. A queda dos preços do ouro em princípios da década de 1990 também impediria uma recuperação consistente da economia, que vivia um ambiente recessivo marcado por uma forte inflação e amplo desemprego.

2.2.2. A América Latina: modernizações e limites de uma região semiperiférica

A maior parte dos países da América Latina tornou-se independente entre os anos de 1810 e 1820. De qualquer modo, ao longo das décadas de 1970 e 2000, a despeito das rápidas transformações sofridas pela região, a América Latina continuava a enfrentar tradicionais problemas vinculados a um processo de modernização limitado e fortemente dependente de liquidez externa. Grande parte dos países da região possuíam redutos de riqueza capazes de apresentar índices de desenvolvimento equivalentes aos de economias avançadas do sistema mundial, mas que não podiam ocultar o elevado grau de exclusão social e de concentração de renda experimentado por suas sociedades. Assim, apesar de não estar, do ponto de vista agregado, entre as regiões mais pobres do mundo, a América Latina possuía níveis de desenvolvimento material e social fortemente limitados quando comparados aos principais centros económicos do período.

O século XX foi uma fase de profundas transformações para a região, graças ao incremento da urbanização e do processo de industrialização. A expansão demográfica centrou-se nas cidades, alimentada pela imigração iniciada no século XIX e pelo processo de êxodo rural experimentado ao longo do século XX. Entre as décadas de 1980 e 1990, mais de 70% da população da região vivia em cidades, expandidas no decurso de um crescimento desordenado e reprodutor das grandes desigualdades sociais e económicas de seus territórios (IBAM, 2004: 7). Do ponto de vista das trocas comerciais, a importância dos tradicionais artigos primários foi reduzindo-se ao longo do período estudado. De qualquer maneira, em

²³ Apesar de possuir uma sociedade diversa (compondo a população negra a maioria de seus habitantes), a África do Sul viveu sob um regime de segregação racial entre os anos de 1948 e 1990-94 que beneficiava a elite política do país, formada em sua maior parte por *bôeres* (a minoria branca descendente dos antigos colonos neerlandeses, alemães e franceses que ocuparam a região do Cabo a partir do século XVII). A permanência do regime provocou resistências internas por parte da população negra e inúmeras sanções e pronunciamentos condenatórios de governos e organizações internacionais (o que não impediu o recebimento de investimentos estrangeiros, notadamente europeus e estadunidenses, ao longo de grande parte do século XX) (LLIFFE, 1998).

²⁴ UNCTAD's Statistical Database.

fins da década de 1980, continuavam a representar cerca de 2/3 das exportações totais (BULMER-THOMAS, 2000: 18-19). Muitos dos produtos manufacturados latino-americanos – tais como têxteis, derivados do couro e mobiliários – estavam directamente ligados às ofertas de recursos naturais da região. Desta forma, os produtos primários continuaram sendo os principais elementos de ligação da América Latina ao comércio mundial.

Notadamente após a década de 1930 e com destaque para os maiores países (Argentina, Brasil e México), a rápida urbanização foi seguida de forte crescimento industrial. Foram instalados complexos siderúrgicos, químicos, de transformação alimentícia, fábricas de cimento e de montagem automotiva à medida que os governos locais intensificavam suas políticas de *substituição de importações*²⁵. Tal processo de modernização não seria, porém, suficiente para uma alteração definitiva do padrão de inserção económica da região no comércio internacional.

Durante grande parte do século XX o crescimento industrial foi rápido, mas não muito eficiente. As empresas industriais (incluindo as companhias multinacionais), protegidas por limitações alfandegárias e outras barreiras, exploraram o mercado interno com bens de alto preço e baixa qualidade. Portanto, quase todas resultaram incapazes de competir internacionalmente, pelo que foi necessário seguir pagando a dívida externa com as divisas obtidas por produtos primários. A rápida acumulação da dívida no decênio de 1970, depois de duas crises do petróleo, deixou a América Latina em uma situação perigosamente frágil, e as exportações de produtos primários não conseguiram produzir divisas suficientes para o serviço da dívida externa durante os oitenta. Como resultado, tomou-se consciência da necessidade de que a indústria fosse competitiva no mercado internacional, e as empresas se viram pressionadas por todos os lados para que reduzissem custos e melhorassem a qualidade. (BULMER-THOMAS, 2000: 21; *tradução nossa*).

A despeito dos limites do processo de industrialização latino-americano, já era possível perceber, em 1970, uma menor participação do sector agrícola no âmbito de importantes economias da região (*Tabela 4*).

²⁵ A *Política de Substituição de Importações* (PSI) refere-se a um modelo de planeamento da política económica voltado à industrialização tardia de economias capitalistas com forte base agro-extractiva. Com a PSI, buscar-se-ia o desenvolvimento económico e uma maior autonomia comercial com base na industrialização, tendo em vista a superação de restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários. Neste processo, esperar-se-ia a diversificação industrial em etapas sucessivas e cada vez mais capital intensivas, aliada a mecanismos de proteção cambial da indústria nacional, reduzindo as necessidades de importação em relação ao abastecimento doméstico. A PSI foi amplamente implementada na América Latina entre as décadas 1930 e 1980, com especial destaque para os casos da Argentina, do Brasil e do México. Cf. Gremaud *et alii* (2007).

Tabela 4: Participação percentual, por sectores de produção, na composição do PIB de diferentes economias latino-americanas – 1970

País	Agricultura, caça, extractivismo e pesca	Indústria			Serviços
		Manufacturas	Mineração e abastecimento energético-hídrico	Construção	
Argentina	9,07	35,8	2,79	7,14	45,2
Brasil	11,61	27,34	3,04	5,41	52,6
Chile	6,07	17,69	13,76	8,55	53,93
Colômbia	20,99	18,3	2,53	3,85	54,33
México	11,26	19,39	5,53	5,86	57,96
Uruguai	17,08	21,7	1,96	5,75	53,51
Venezuela	6,1	24,5	16,17	11,19	42,04

Fonte: UNCTAD's Statistical Database (2011)

A presença do Estado no fomento da economia não foi capaz de reduzir a desigualdade na distribuição de renda da região. Este processo teria sido reforçado graças à enorme concentração industrial e financeira experimentada ao longo do século XX, fazendo com que a América Latina detivesse uma das piores repartições de renda do mundo (KOROL, 1999).

Tabela 5: Distribuição percentual da renda nacional, por faixas socioeconómicas acumuladas, por países seleccionados

País	Ano	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos
Argentina	1989	4,1	52,6	35,9
Bolívia	1989	3,5	57,5	41,2
Brasil	1989	2,1	67,5	51,3
Chile	1989	3,7	62,9	48,9
Colômbia	1988	4,0	53,0	37,1
México	1984	4,1	55,9	39,5
Paraguai	1990	5,9	46,1	29,5
Uruguai	1989	5,4	48,3	32,6
Venezuela	1989	4,8	49,5	33,2
Suécia	1981	8,0	36,9	20,8
EUA	1985	4,7	41,9	25,0

Fonte: Bulmer-Thomas (2000: 24; tradução nossa; com adaptações)

Tal repartição dos resultados da actividade produtiva acabou por influenciar negativamente a constituição de mercados consumidores mais robustos, bem como a

formação de melhores níveis de poupança interna. Assim, já em fins da década de 1960, alguns países da região preocuparam-se em desenvolver novas formas de inserção na economia mundial, buscando menor dependência quanto à demanda externa de bens primários e tentando incluir manufacturas em sua pauta de exportações (BULMER-THOMAS, 2000). Cresceriam as tentativas de aproximação intra-regional, bem como a busca por mercados alternativos, como o africano, potenciais compradores de bens acabados. Porém, o processo de crescimento económico da região dependeu, no século XX, de um ambiente externo favorável com grande poder de compra e elevada liquidez. Esta necessidade encontrou sintonia com as transformações do sistema financeiro internacional ao longo da década de 1970, o que garantiu atractivas linhas de empréstimo a países da América Latina²⁶. Tal oferta de fundos tornou-se ainda mais forte após a *Primeira Crise do Petróleo*.

Alguns países latino-americanos, como o Brasil, continuaram a contrair fortes dívidas no estrangeiro ao longo da década de 1970, buscando sustentar o crescimento por meio de um alto nível de investimentos. De facto, o processo de *crescimento baseado na dívida* ajudou a sustentar a expansão da economia, preservando parte da demanda após o início do processo recessivo nos centros do sistema mundial moderno. Porém, a *Segunda Crise do Petróleo* indicaria que a elevação nos preços do óleo cru não seria temporária. A crise observada entre as economias avançadas estimulou a implementação de uma severa política monetária por parte de seus governos, elevando as taxas mundiais de juros. Em 1981, as taxas básicas de juros das praças de Londres e Nova Iorque superaram os 16% a.a., provocando uma subida dos juros correspondentes às dívidas com o sistema bancário internacional a uma taxa média de 20% a.a. (BULMER-THOMAS, 2000: 421). Com a queda dos lucros das exportações latino-americanas a partir de 1980, somada ao aumento dos serviços da dívida decorrentes da elevação geral dos juros internacionais, o crescimento baseado na dívida tornou-se insustentável.

Os estreitos laços financeiros entre os países latino-americanos e os mercados financeiros internacionais vincularam o destino económico da região às políticas económicas e ao desenvolvimento das EMD [Economias Mais Desenvolvidas]. Tradicionalmente, os vínculos entre ambos haviam funcionado principalmente mediante fluxos comerciais, nos quais o nível de demanda de produtos básicos das EMD era o factor decisivo. Nas novas

²⁶ Tal transformação foi fortemente incentivada pelo desenvolvimento dos mercados de *eurodólares*, formados pela gradativa acumulação de depósitos em dólares em instituições bancárias europeias, em virtude dos imensos défices comerciais e orçamentais estadunidenses registados entre as décadas de 1950 e 1970. Esta dinâmica criou um grande fundo de liquidez sob o controlo de bancos internacionais, que logo buscaram encontrar novos tomadores de empréstimo, notadamente nos países em desenvolvimento que passavam por processos de modernização. Como exemplo deste fenómeno, entre 1964 e 1970, os depósitos de eurodólares saltaram de US\$ 12 mil milhões para US\$ 57 mil milhões (BULMER-THOMAS, 2000: 417).

condições, incluiu-se um forte e instável vínculo financeiro, caracterizado por taxas de juros flutuantes e grandes somas de empréstimos com vencimentos a curto prazo. [...] Como já havia ocorrido diversas vezes no passado em momentos de crise, as EMD transferiram parte do custo de seu ajuste à periferia por meio da combinação de altas taxas nominais de juros (desta vez taxas de juros flutuantes sobre a dívida), da interrupção de empréstimos, da contracção de importações e de baixos preços para as importações de produtos básicos. (DONGHI *et alii*, 2002: 345-346; *tradução nossa*).

A região enfrentou uma profunda crise ao longo da década de 1980, notadamente após a suspensão dos pagamentos da dívida externa mexicana, em 1982, provocando uma súbita interrupção dos empréstimos externos para a maior parte dos países latino-americanos. Dar-se-ia início a um longo período de sucessivas tentativas de ajuste e de crescentes desequilíbrios interno e externo. A intensidade da crise levou as autoridades monetárias dos governos locais a dar prioridade aos objectivos de curto prazo, aos pagamentos dos serviços da dívida e ao fomento dos sectores de exportação com maior capacidade de acúmulo de divisas. Junto a profundas reformas relacionadas à diminuição do papel do Estado na economia e à abertura de seus mercados, verificou-se um baixo crescimento do PIB regional ao longo das décadas de 1980 e 1990, com elevados custos para o processo de distribuição da renda.

A crise da dívida latino-americana foi um problema global. Os défices dos países da região haviam absorvido parte significativa dos excedentes da OPEP na década de 1970, contribuindo para suavizar a recessão das economias mais avançadas do sistema. Porém, o contexto geral da crise indicou que a América Latina continuava fortemente dependente da dinâmica económica das regiões centrais do sistema mundial moderno, a despeito de haver passado pelo maior período de expansão económica de sua história entre as décadas de 1950 e 1980 (DONGHI *et alii*, 2002). A baixa liquidez interna e o fraco desenvolvimento dos mecanismos de crédito locais continuavam a exigir o acesso aos mercados financeiros mundiais.

O contexto geral da região não seria distinto para as economias da costa atlântica sul-americana, representada pela Argentina, Brasil e Uruguai. Seu conjunto é por vezes identificado como parte do *Cone Sul*, a região mais industrializada da América Latina²⁷. Em

²⁷ O *Cone Sul* possui limites imprecisos. Do ponto de vista geográfico, englobaria economias do sul da América do Sul, situadas abaixo do Trópico de Capricórnio, incluindo, portando, regiões como a Argentina, o Centro-Sul do Brasil, o Chile, o Uruguai e o Paraguai. À excepção do Paraguai, a região englobaria as economias com os mais altos índices de desenvolvimento humano da América do Sul, além dos maiores níveis de industrialização e de integração aos mercados internacionais. A inclusão do Brasil também deve ser feita com observações. Dadas as suas dimensões, o país apresenta importantes diferenças internas. De qualquer modo, sua região mais meridional (formada pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) possui fortes ligações socioeconómicas com os demais países do *Cone Sul*, sendo também caracterizada por altos índices

sentido geral, a produção agropecuária tem sido extensa e diversa, com forte presença de culturas temperadas (trigo, aveia, cevada, centeio, arroz, batata, uvas), ao sul, e tropicais (soja, algodão, cana-de-açúcar, café, fumo, borracha), no território brasileiro. Verifica-se uma importante produção hortifrutícola voltada ao abastecimento interno e externo (RAPOPORT, 2000). Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a região passou por um processo de modernização de sua actividade rural, vinculando-a a um sector agroindustrial em formação (GREMAUD *et alii*, 2007). A pecuária também tem possuído um papel de destaque como actividade exportadora, notadamente nos campos da Argentina, do Uruguai e, a partir da década de 1990, no centro-oeste brasileiro.

O subsolo dos países atlânticos sul-americanos é rico em recursos minerais, com especial destaque para as reservas de estanho, ouro, prata, bronze, ferro, manganês, bauxita, nióbio, urânio e chumbo. A região também apresenta consideráveis reservas de petróleo, concentradas na região da Patagónia argentina e no mar territorial do Brasil. Os recursos pesqueiros são especialmente importantes nas costas da região platina. Apesar do importante papel das actividades agropecuárias e de mineração, os países da costa atlântica sul-americana já apresentavam, ao longo da década de 1970, um notável grau de industrialização. Especialmente concentrado no centro-sul do continente, o parque industrial apresentava grande diversificação de actividades, desde o sector de transformação alimentícia, a siderurgia, até a produção de insumos industriais e bens de consumo duráveis. De qualquer modo, à região também faltava auto-suficiência económica. Ao longo da segunda metade do século XX, Argentina e Brasil, como os demais países sul-americanos, “continuariam dependentes de fontes externas de financiamento, de tecnologia e de produtos industriais de ponta” (BERBÉM, 1993: 222).

A Argentina, depois de passar por um período de forte crescimento industrial até meados da década de 1960, experimentaria uma fase de recuperação irregular no decênio posterior. Políticas de desvalorização cambial, aliadas a mecanismos de incentivo tributário à exportação auxiliaram na manutenção de expansão do sector manufactureiro, ainda que de maneira menos robusta comparativamente à fase anterior. De modo geral, os sectores que experimentaram expansão ao longo da década de 1970 foram aqueles com maior participação de capitais estrangeiros, como a indústria automotiva, a química e a metalúrgica. Porém, o

país continuaria a apresentar défices produtivos em sectores de insumos industriais e de bens de capital, o que influenciaria negativamente as suas contas externas (BASUALDO, 2006).

Tendo em vista a necessidade de combater os sucessivos défices na balança comercial, verificou-se ao longo da década de 1970 uma política de incremento dos sectores exportadores não tradicionais – como o automóvel e o químico – em direcção a mercados com menor grau relativo de desenvolvimento industrial (RAPOPORT, 2000). No sector agropecuário, destacavam-se as tradicionais actividades exportadoras de carnes e as culturas cerealíferas que, a partir da década de 1970, sofreriam um incremento de plantios até então pouco presentes em território argentino, como os da soja e de leguminosas voltadas aos mercados vizinhos.

Ao se iniciar a Ditadura Militar (1976-1983), a actividade industrial mantinha-se limitada graças à estrutura tradicional de parte de sua produção (com forte participação das indústrias têxtil e alimentícia) e à dependência externa de sectores mais avançados (graças à falta de liquidez interna e à necessidade de importação de insumos industriais). A estratégia do novo governo vinculou-se a uma maior abertura do sector financeiro nacional, além da diminuição de barreiras alfandegárias à importação. Seguiu-se uma forte política de redução de gastos públicos, tendo em vista o combate à inflação crescente, e de estímulo a sectores tradicionais de exportação, visando a geração de divisas em um ambiente de recrudescimento da recessão mundial.

Em um contexto de forte diminuição do mercado interno e de abertura comercial, um dos traços principais da reestruturação consistiu na saída exportadora [...]. Neste sentido, a diversificação das exportações industriais característica do último período de substituição de importações se reverteu notavelmente, e as colocações no exterior começaram a girar crescentemente em torno a um reduzido grupo de *commodities* com um menor grau de complexidade técnica e maior padronização [...]. Como balanço do período, é possível afirmar que no sector industrial se quebrou uma tendência que havia sido iniciada entre meados da década de '30 e de '40, caracterizada pelo crescimento da produção, progressiva aparição de novas actividades cada vez mais complexas e aprofundamento das relações intersectoriais [...]. Os efeitos da política económica de *Martinez de Hoz* [Ministro da Economia entre 1976 e 1981], que não foi modificada no substancial pelos ministros que o sucederam, foram precisamente os inversos: contracção da produção, desaparecimento de numerosas actividades, desarticulação das relações intersectoriais e simplificação da estrutura morfológica. (RAPOPORT, 2000: 850-851; *tradução nossa*).

O país passou por um claro processo de desindustrialização ao longo das últimas três décadas do século XX. A participação do sector manufactureiro na composição do PIB foi decrescente: em 1970, representava cerca de 35,8% do produto; em 1980; 29,39%; em 1990,

26,49%; no ano 2000, 17,52%²⁸. Tal situação foi acompanhada por hiperinflação aos fins da década de 1980, o que contribuiu para o processo recessivo. Medidas de estabilização monetária e de modernização produtiva propiciaram uma lenta recuperação a partir de 1991, a despeito da verificação da alternância entre fases de crescimento e de retracção da economia até o ano 2000.

O Brasil, por sua vez, após experimentar forte expansão económica na passagem das décadas de 1960 a 1970²⁹, enfrentaria uma fase de desequilíbrios e pressões inflacionárias. Em 1970, o país era a maior economia da América do Sul. Possuía um importante sector industrial voltado à produção têxtil, alimentícia, de eléctricos e de automóveis. Também já detinha um notável parque siderúrgico que se aproveitava das reservas de minério de ferro do centro e do norte do país. A produção agropecuária seria modernizada e diversificada entre as décadas de 1960 e 1970, com importante papel das culturas do algodão, do café, da soja, do milho, da laranja e da cana-de-açúcar. Seria uma fase de incremento sob os ditames da *revolução verde*³⁰ e de expansão da fronteira agrícola do país.

Porém, a situação de pleno emprego tendia a pressionar a economia, que encontrava sinais de aquecimento excessivo e de défices sistemáticos na balança comercial. Como verificou-se no caso argentino, a economia brasileira carecia de um sistema financeiro suficientemente desenvolvido para atender as necessidades de liquidez interna. Assim, a manutenção do ciclo de expansão, em meados da década de 1970, passou a depender de um ambiente externo favorável. No entanto, tal possibilidade não se concretizou, graças aos desdobramentos da crise internacional, principalmente após o primeiro choque do petróleo. O balanço de pagamentos continuou a apresentar défices sucessivos no saldo de transacções correntes. Tal processo deveu-se não apenas ao aumento do valor das importações de petróleo (o Brasil era um importador líquido desta *commodity*), mas também em virtude do elevado volume em bens de capital e insumos industriais obtidos no exterior e necessários à

²⁸ UNCTAD's *Statistical Database*.

²⁹ O período entre 1968 a 1973 é conhecido na historiografia brasileira como *milagre económico*. Nesta fase, as taxas de crescimento do PIB brasileiro foram as mais altas registadas mundialmente, acompanhadas por uma forte expansão industrial. Em 1968, o PIB registaria uma taxa de 9,8%, enquanto que, em 1970, verificar-se-ia o aumento de 10,4% e, em 1973, 14% (UNCTAD's *Statistical Database*). Para os mesmos períodos, o sector industrial cresceria, respectivamente, 14,2%, 10,4% e 16,6% (GREMAUD *et alii*, 2007, 402).

³⁰ Dá-se o nome de *revolução verde* ao processo de modernização da agropecuária de regiões em desenvolvimento, entre as décadas de 1960 e 1970, caracterizado pelo melhoramento genético das culturas e pela forte utilização de maquinário e implementos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) nos plantios de carácter comercial. Tais inversões possibilitaram um forte crescimento da produtividade do sector, garantindo o desenvolvimento de tecnologia própria por países caracterizados por terrenos até então considerados impróprios para a grande produção agrícola.

manutenção da produção condizente ao *milagre económico*. Como tal déficit não pôde ser coberto pela entrada de recursos, verificou-se uma queda crescente das reservas do país, revelando a vulnerabilidade externa da economia.

Por outro lado, a situação política complicava-se à medida que a crise expunha os limites do modelo de desenvolvimento do país, surgindo pressões por uma melhor distribuição de renda e por maior abertura política³¹. A partir deste momento, buscando garantir a continuidade da expansão da economia, o governo optaria por uma política de *crescimento baseado na dívida*.

O choque do petróleo significava transferência de recursos reais ao exterior e, com a existência de um “hiato potencial de divisas”, a manutenção do mesmo nível de investimento trazia a necessidade de maior sacrifício sobre o consumo. Para alcançar as mesmas taxas de crescimento do período anterior, seria necessária maior taxa de investimento. Nesse contexto, percebe-se que as opções de crescimento se haviam estreitado, e a tendência natural da economia seria a desaceleração da expansão. As opções que se colocavam naquele momento eram: *ajustamento*, que continha a demanda interna e evitava que o choque externo se transformasse em inflação permanente e correção do desequilíbrio externo; *financiamento* do crescimento, mantendo o crescimento elevado e fazendo um ajuste gradual dos preços relativos (alterados pela crise do petróleo), enquanto houvesse financiamento externo abundante. Supunha-se aqui que a crise era passageira e de pequenas dimensões. (GREMAUD *et alii*, 2007, 416-417).

O Governo optaria por uma política de financiamento do crescimento por meio da captação de empréstimos externos. O modelo pôde manter-se ao longo da segunda metade da década de 1970, com importante crescimento da economia brasileira. Assim, o PIB registaria uma taxa de crescimento média, entre 1975 e 1980, de 6,5% a.a.³². A dívida externa se expandiria de maneira incomum: de cerca de US\$ 17,16 mil milhões, em 1974, passaria para US\$ 49,9 mil milhões, em 1979 (GREMAUD *et alii*, 2007, 416).

Porém, a ampla liquidez internacional não resistiu aos choques provocados pela *Segunda Crise do Petróleo* e às políticas monetárias restritivas de importantes centros do

³¹ O Brasil viveu sob uma ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985, baseada em um regime bipartidário cuja Presidência da República, ocupada por distintos chefes militares ao longo do período, era definida indirectamente. Instaurado no contexto das disputas da Guerra Fria, o novo regime não encontrou grande oposição popular enquanto se mantiveram os fortes registos de crescimento económico. No entanto, o modelo de crescimento mostrou-se extremamente concentrador de renda, além de haver provocado desequilíbrios no desenvolvimento regional. O advento da recessão mundial fragilizaria o regime, abrindo espaço para um processo de abertura política gradual que culminou com o fim do último governo militar em 1985, em pleno período de recessão económica do país.

³² UNCTAD's *Statistical Database*.

capitalismo mundial. À deterioração da situação fiscal e ao desequilíbrio externo somou-se uma reversão das condições de financiamento, com elevação das taxas de juros internacionais. Com o rompimento dos fluxos de empréstimos voluntários à maior parte dos países latino-americanos após a moratória mexicana, o Brasil entraria em uma fase de profunda recessão, combinada com elevadas taxas de inflação que incentivariam uma mudança na política económica do país. O Brasil passaria, ao longo da década de 1980 e de boa parte da década de 1990, por um processo de ajustamento externo, em busca de *superavits* comerciais e com fortes cortes nos gastos governamentais, por meio de uma ampla política de contenção da demanda agregada, com a participação do FMI.

3. O comércio internacional no âmbito das chamadas cooperações *Sul-Sul* e *Norte-Sul*: as relações entre as costas americana e africana do Atlântico Sul e a dinâmica CEE-ACP

3.1. O surgimento das ideias de cooperação *Sul-Sul* e *Norte-Sul*

A referência à divisão do mundo entre *Sul* e *Norte* é resultante dos desdobramentos históricos das relações internacionais da segunda metade do século XX. Não fazendo parte da linguagem oficial da ONU, o uso destes termos tornou-se recorrente entre funcionários de organismos internacionais, em princípios da década de 1970, ao fazerem alusão a países desenvolvidos – o “Norte” – e em desenvolvimento – o “Sul” – (SOBERANIS, 1981). A despeito de sua simplificação, os termos foram rapidamente adotados pelos meios de comunicação internacionais, assim como por organismos responsáveis pela promoção da cooperação entre os países. Assim, estes conceitos já eram largamente utilizados aquando de sua menção na órbita do *Relatório Brandt*, aprovado em 17 de Dezembro de 1979¹:

Há óbvias objecções à visão simplificada de um mundo dividido em dois campos. O “Norte” inclui dois países industrializados ricos situados ao sul do equador: Austrália e Nova Zelândia. O “Sul” abarca desde uma nação semi-industrializada em auge económico, como é o Brasil, até países pobres sem saída para o mar ou insulares, tais como o Chade e as Ilhas Maldivas. [...] Mas, no geral, ainda que não constituam um agrupamento uniforme ou permanente, “Norte” e “Sul” amplamente são sinónimos de “rico” e “pobre”, “desenvolvido” e “em desenvolvimento”. A maior parte do diálogo entre Norte e Sul se manteve entre os países em desenvolvimento e os industrializados com economia de mercado, que é como interpretaremos, por regra geral, o termo “Norte”, neste presente relatório. Mas muitas de nossas observações são aplicáveis também aos países industrializados da Europa Oriental, que não desejam que lhes incluam junto ao Ocidente em um mesmo saco que lhes coloque em contraste com o Sul, já que consideram que a divisão Norte e Sul é consequência da história colonial. (*tradução nossa*)².

¹ O *Relatório Brandt* foi um documento de grande repercussão mediática produzido entre Janeiro de 1978 e Dezembro de 1979 pela *Comissão Independente sobre Problemas Internacionais do Desenvolvimento*. Sendo uma iniciativa de Willy Brandt, ex-Chanceler e ex-Ministro das Relações Exteriores da RFA, o projecto foi sugerido pelo então Presidente do BIRD, o norte-americano Robert McNamara, tendo em vista o objectivo de congregar diferentes autoridades e especialistas internacionais para a produção de um relatório que apontasse os principais problemas – e indicasse soluções para a melhora – nas chamadas relações *Norte-Sul*, que se encontravam em ambiente de tensão naquele período.

² COMISIÓN INDEPENDIENTE SOBRE PROBLEMAS INTERNACIONALES DEL DESARROLLO - *Informe de la Comisión Brandt para el diálogo Norte-Sur*, México-DF, Nueva Sociedad, 1981, pp. 38-39.

De facto, a ideia de *Sul Global* tomou força no pós-Segunda Grande Guerra, junto com o processo de independência de países da Ásia e África. Sua organização enquanto grupo de países tornou-se mais clara após a *Conferência Afro-Asiática de Bandung*, ocorrida entre 18 e 24 de Abril de 1955. Por meio da resolução de encerramento da Conferência, os 24 países ali representados salientaram a existência de um “desejo geral de cooperação económica entre os países participantes, com base no mútuo interesse e na soberania nacional”, além de se comprometerem a actuarem unidos na esfera internacional em prol de temas de preocupação comum para o grupo, tais como a estabilização dos preços de *commodities*, o aumento do intercâmbio técnico entre os países afro-asiáticos, bem como a instituição de um “Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Económico” (*tradução nossa*)³.

Ao longo dos anos de 1960, a coordenação entre países em desenvolvimento seria fortalecida com a criação do *Movimento dos Não-Alinhados*. Para além da pauta económica, o movimento de 25 países em desenvolvimento (entre os quais, 10 africanos) buscou construir uma linha de independência política em relação às tensões Este-Oeste que se formavam. Em sua primeira declaração, feita após conferência realizada em Belgrado, em 6 de Setembro de 1961, o grupo salientou a necessidade de “remoção do desequilíbrio económico herdado do colonialismo e do imperialismo” (*tradução nossa*), reforçando as demandas apresentadas aquando da Conferência de Bandung⁴. Com uma postura mais crítica, a declaração convidou “todos os países em desenvolvimento a cooperar de forma eficaz nos âmbitos económico e comercial, de modo a enfrentar as políticas de pressão realizadas na esfera económica, bem como os resultados nocivos que venham a ser criados pelos blocos económicos dos países industrializados” (*tradução nossa*)⁵.

O incremento das pressões dos países em desenvolvimento diante das dificuldades de inserção na dinâmica comercial regida pelo GATT propiciou a realização da primeira reunião da UNCTAD, em Genebra, concluída em 15 de Junho de 1964. Inicialmente pensada como um foro para discussão e solução de problemas referentes ao comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – notadamente no que dizia respeito aos obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de *commodities* –, a Conferência acabou por não atender às expectativas da maior parte de seus participantes. A insatisfação entre as

³ *Asian-African Conference: Communiqué, 1955*. Bandung, 24 April 1955 – First Conference Resolutions, pp. 2-4.

⁴ *Belgrade Declaration of Non-Aligned Countries, 1961*. Belgrade, 6 September 1961 – First Conference of Heads of State or Government of Non-Aligned Countries, p. 9.

⁵ *Idem*, pp. 9-10.

delegações dos países em desenvolvimento geraria a formação do *G-77*⁶ por meio de uma declaração feita no encerramento da UNCTAD, cujo conteúdo apresentava clara frustração com relação aos debates ocorridos.

Eles [os países em desenvolvimento] não consideram que os progressos que foram registados em cada um dos domínios mais importantes para o desenvolvimento económico tenham sido apropriados ou que estejam à altura das necessidades essenciais. Não houve, por exemplo, uma adequada apreciação do problema do “défice comercial” dos países em desenvolvimento. Foram feitas abordagens limitadas quanto ao comércio de *commodities* e aos regimes preferenciais à exportação de manufacturados. Da mesma forma, somente passos preliminares foram possíveis relativamente aos regimes de financiamento compensatório para atender ao processo de deterioração dos termos de troca. No entanto, os países em desenvolvimento aceitaram os resultados da Conferência na esperança de que eles estabeleçam as bases para um progresso mais substancial em um período que se avizinha. (*tradução nossa*)⁷.

Em apoio à formação do *G-77*, a declaração final da *Segunda Conferência dos Não-Alinhados*, realizada entre os dias 5 e 10 de Outubro de 1964, salientaria a necessidade de intensificação das negociações iniciadas na esfera da UNCTAD, condenando a “política imperialista empregada no Oriente Médio” (*tradução nossa*) e defendendo o direito dos países recém-independentes de dispor soberanamente de seus próprios recursos naturais⁸. No final daquele mesmo ano, o ambiente de relativa tensão contribuiria para o estabelecimento da UNCTAD como órgão permanente da ONU, passível de reunir-se trienalmente⁹.

A análise das declarações do *G-77* e dos *Não-Alinhados* na passagem da década de 1960 a 1970 indica uma visão particular da dinâmica internacional. Formou-se entre aquelas organizações uma sensação de débito das regiões desenvolvidas com relação aos países em desenvolvimento. Neste sentido, as declarações oficiais provenientes do *G-77* e dos *Não-Alinhados* não poucas vezes exigiam concessões ou demonstravam grande expectativa quanto à capacidade e à disposição dos grandes centros do capitalismo mundial em solucionar os

⁶ Grupo originalmente de 77 países em desenvolvimento constituído tendo em vista a promoção de interesses económicos comuns e a criação de uma maior capacidade de influência junto às instâncias decisórias da ONU.

⁷ *Joint Declaration of the Seventy-Seven Developing Countries made at conclusion of the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)*, 1964, Geneva, 15 June 1964, III-4.

⁸ *United Nations General Assembly*, 19th session, A/5763, 29 October 1964 – *Cairo Declaration of Non-Aligned Countries, 1964*. NAC-II/HEADS/5, Cairo, 10 October 1964 – *Second Conference of Heads of State or Government of Non-Aligned Countries*, p. 9.

⁹ *Resolución 1995 (XIX) de 30 de Diciembre de 1964 de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas* – Establecimiento de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo como órgano de la Asamblea General.

problemas do subdesenvolvimento global¹⁰. Porém, para além do discurso em prol da acção conjunta dos países em desenvolvimento, tal estratégia de cooperação foi limitada graças à sua ampla esfera de actuação e à ideia, nem sempre verdadeira, de que os países em vias de desenvolvimento tinham mais pontos em comum que divergências nas negociações comerciais internacionais. Disso resultaria a dificuldade de concordância quanto a soluções que simplesmente não poderiam ser aplicadas uniformemente com o mesmo êxito¹¹.

A década de 1970 representaria uma importante mudança na dinâmica das relações entre países centrais e periféricos graças ao anúncio da OPEP, em Outubro de 1973, do início de uma série de aumentos que quadruplicariam os preços de mercado do óleo cru. A *Quarta Conferência dos Não-Alinhados*, realizada cerca de um mês antes do anúncio da OPEP, seria encerrada com uma declaração especialmente dura. Tendo a cidade de Argel como sede (o que lhe conferiria uma importância simbólica, dados os acontecimentos futuros), a Conferência daria atenção particular à ideia de soberania sobre recursos naturais, fazendo uma advertência antecipadora:

A Conferência dá o seu apoio incondicional à aplicação do princípio da nacionalização realizada pelos Estados como uma expressão de suas soberanias a fim de proteger seus recursos naturais, implicando que cada Estado tem o direito de determinar o montante de compensação cabível bem como seu modo de pagamento, sendo que quaisquer disputas daí derivadas devem ser resolvidas no âmbito da legislação nacional. [...] os Chefes de Estado e de Governo recomendam a criação de organismos de efectiva solidariedade para a defesa dos países produtores de matérias-primas, tais como a OPEP e a CIPEC [Conselho Intergovernamental dos Países Exportadores de Cobre], capazes de promover uma ampla gama de acções a

¹⁰ As sucessivas reuniões dos *Não-Alinhados*, realizadas nos anos de 1961, 1964 e 1970, assim como as declarações do *G-77* de 1964 e 1967, eram taxativas ao exigir a formação de fundos especiais para o desenvolvimento económico, a promoção de incentivos aduaneiros às exportações dos países em desenvolvimento, o estabelecimento de participações mínimas das exportações daquelas regiões nos mercados agrícolas dos países industrializados. De qualquer modo, tais exigências encontraram pouco eco nos fóruns internacionais, o que manteve boa parte do processo de liberalização comercial limitado ao âmbito dos produtos manufacturados.

¹¹ Um exemplo da dificuldade de coordenação dos países em desenvolvimento pôde ser observado no 8º *Encontro da 23ª Sessão das Partes Contratantes do GATT*, realizado em 4 de Abril de 1966, que discutia a possibilidade do *Convénio de Yaoundé* (acordo assinado em 1963 entre a CEE e 18 ex-colónias africanas de França e Bélgica tendo em vista o intercâmbio comercial e a cooperação económica) ferir o artigo XXIV do *GATT* – que estabelecia que possíveis acordos de livre comércio deveriam abranger “substancialmente todo o comércio” entre as partes e serem implementados “dentro de um período de tempo razoável”. Enquanto representantes de países signatários do *Convénio* – como Togo, Chade e Camarões – demonstravam a perfeita harmonia entre *Yaoundé* e os princípios do *GATT*, outros países – entre eles, Gana, Indonésia e Brasil – indicavam a incompatibilidade entre os dois acordos. A *23ª Sessão do GATT* não apresentaria parecer conclusivo sobre a natureza do *Convénio de Yaoundé* – em grande parte devido aos critérios vagos apresentados pelo artigo XXIV – que, futuramente, não encontraria grandes ameaças à sua existência, tendo em vista a expansão posterior do número de seus signatários. Cf. *Eighth Meeting of the 23rd Session of the General Agreement on Tariffs and Trade Contracting Parties* – SR. 23/8, 21 April 1966.

fim de recuperar o acesso a recursos naturais e garantir o incremento das receitas de exportação e da renda real, usando tais recursos para o desenvolvimento e a elevação dos padrões de vida de seus povos. Os resultados obtidos no sector de hidrocarbonetos, que foi anteriormente explorado para o benefício exclusivo das companhias petrolíferas transnacionais, demonstra o poder e a eficácia da acção organizada e concertada entre países produtores e exportadores. (*tradução nossa*).¹²

A acção da OPEP representaria uma rara situação em que países fora do círculo das grandes economias industriais demonstrariam capacidade de exercer pressão económica de forma unilateral. Tal situação propiciaria um “novo ímpeto a todo o diálogo entre Norte e Sul” (*tradução nossa*)¹³. De facto, poucos anos após o advento da *Primeira Crise do Petróleo* – e em meio a um ambiente recessivo – foi inaugurada em Paris, por iniciativa do então Presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, a *1ª Conferência do Diálogo Norte-Sul*. Ocorrida entre Abril de 1975 e Junho de 1977, a Conferência buscou actuar como foro temporário voltado ao alcance de acordos que acelerassem o processo decisório em diferentes órgãos internacionais ligados à cooperação entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento. Para os grandes países industrializados, tratou-se de uma oportunidade para a negociação dos preços do petróleo e de seus meios de abastecimento. Ao longo deste período, a terminologia *Norte-Sul* seria absorvida pelos órgãos de comunicação mundial¹⁴.

A Conferência não alcançou o sucesso esperado por seus participantes. Depois de um longo período de debates, a Conferência corria o risco de encerrar-se sob uma crise de diálogo entre *Norte e Sul*. Neste sentido, a edição de 1º de Junho de 1977 do jornal espanhol *El País*

¹² *United Nations General Assembly*, 28th session, A/9330, 22 November 1973 – *Algiers Declaration of Non-Aligned Countries, 1973*. Algiers, 9 September 1973 – Fourth Conference of Heads of State or Government of Non-Aligned Countries, pp. 67-68.

¹³ COMISIÓN INDEPENDIENTE SOBRE PROBLEMAS INTERNACIONALES DEL DESARROLLO - *Informe de la Comisión Brandt para el diálogo Norte-Sur*, México-DF, Nueva Sociedad, 1981, p. 49.

¹⁴ Entre as décadas de 1960 e 1970, as resoluções do *Movimento dos Não-Alinhados*, bem como do *G-77*, não faziam menção às noções de *Norte e Sul*, preferindo remeter-se às ideias de *países desenvolvidos* ou *em desenvolvimento*. Para Rocuts (2003), a terminologia *Norte-Sul* seria empregada pelos países da OCDE no âmbito da *1ª Conferência Norte-Sul* tendo em vista a necessidade de enfraquecer as reivindicações quanto à instalação de uma *Nova Ordem Económica Internacional* (NOEI) e à aplicação da *Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados*. Estes dois pontos haviam sido exigências da *Declaração de Argel dos Países Não-Alinhados* e acabariam por ser aprovados pela Assembleia Geral da ONU, por meio das Resoluções 3201 e 3281, de Maio e Dezembro de 1974. Com a instalação de um foro de diálogo *Norte-Sul*, ganharia força o argumento quanto à possibilidade de construção de um ambiente de cooperação entre países centrais e periféricos capaz de resolver por si próprio os problemas de pobreza e subdesenvolvimento por meio de políticas planeadas a partir da OCDE. Deve-se salientar que a aprovação da Resolução 3281 da Assembleia Geral da ONU contou com votos contrários da Bélgica, Dinamarca, EUA, Luxemburgo, Reino Unido e da República Federal da Alemanha, além da abstenção da Áustria, Canadá, Espanha, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega e dos Países Baixos.

fazia menção “à beira do fracasso”¹⁵ em que se encontravam os representantes dos países industrializados e em desenvolvimento. Em finais da Conferência, os temas centrais de debate ainda eram a energia e o perdão da dívida externa dos países mais pobres:

A poucas horas do final, o petróleo, uma vez mais, ameaça a reunião. Das quatro comissões previstas (energia, matérias-primas, desenvolvimento e finanças), o sector da energia se funde ao das finanças, a pedido do grupo dos “dezenove” [países em desenvolvimento]. Dizem em Paris que os países “duros” da OPEP não querem se fechar em um diálogo energético entre produtores e consumidores como propõem os “oito” [países desenvolvidos]. [...] Os países consumidores de petróleo querem institucionalizar seus contactos com as nações produtoras, manobra que estas, não sem certa razão, interpretam como “interferência”. [...] Pérez Guerrero [Ministro de Estado venezuelano] insistiu que não deve haver continuidade do “diálogo Norte-Sul” como tal, “mas sim trabalhos mais profundos e concretos através dos organismos especializados das Nações Unidas” (tradução nossa)¹⁶.

No dia seguinte, a percepção da imprensa quanto ao evento era de pessimismo¹⁷, dada a elaboração de declarações separadas entre os representantes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Conferência terminaria sem avanços que atendessem às expectativas de ambas as partes.

A preocupação quanto à dificuldade de comunicação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento se manteve. Como resultado, ganhou força a ideia da elaboração de um relatório geral que expusesse os interesses e desafios comuns ao *Norte* e ao *Sul*, o que de facto se materializou sob a forma do *Relatório Brandt* em finais da década de 1970. A partir de então, teriam destaque as propostas de cooperação comercial e para o desenvolvimento entre países ricos e pobres, o que influenciaria o desenho de uma série de acordos internacionais que se celebrariam ao longo do último cartel do século XX.

Em sentido geral, estas formas de cooperação incluiriam a transferência de recursos de um país para outro, assim como a promoção de trocas comerciais de carácter diferenciado, sob a intensão de promover o desenvolvimento dos países mais pobres (PEREIRA, 2005). Tal

¹⁵ VILARO, Ramón (1977), “El diálogo ‘Norte-Sur’ al borde del fracaso”. *El País*, 1 de Julio [s.p.].

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Enrique Laborde, enviado especial do jornal espanhol *ABC*, fazia um registo dos últimos momentos da Conferência: ‘O espectáculo das salas de imprensa é revelador. Uns cochilam e outros bocejam, mas todos estão desanimados, derrotados. [...] Os jornalistas, para matar o tempo, organizam uma grande aposta: ‘A que horas terminará a sessão plenária?’. Toda a gente jogou 10 francos e todos perderam, porque ninguém acertou. Depois se elegeram ‘Miss Norte’, ‘Miss Sul’ e ‘Mr. Norte-Sul’ entre as colegas e os colegas. Mas o humor se foi abaixo com o raiar do dia. Um jornalista italiano declamava o texto de Dante: ‘Lasciate ogni speranza voi ch’entrate [Abandonai toda a esperança, vós que entraís]’. Estava certo”. Cf. LABORDE, Enrique (1977), “No hay compromiso entre ‘Ricos’ y ‘Pobres’”, *ABC*, 3 de julio, p. 32 (*tradução nossa*).

fenômeno foi por vezes entendido como uma forma organizada de acção, por meio de metas e interesses comuns às partes envolvidas. De modo preferencial, esperar-se-ia que a cooperação tivesse um aspecto voluntário, não competitivo e não conflitual. Porém, em seu desdobramento factual, a cooperação também poderia tomar um carácter competitivo, concorrencial e mesmo coercitivo. Ao analisar o quadro das relações de cooperação *Norte-Sul* ao longo da segunda metade do século XX, observaria Sandra Pereira:

Existia o risco, e isso verificou-se particularmente na época da Guerra Fria, desta ajuda ser interpretada como forma interesseira de neocolonialismo, podendo gerar no país receptor, a dependência económica e política. Corre também o risco de, quando mal enquadrada e mal acompanhada, fomentar a corrupção ligada à distribuição dos bens e produtos fornecidos, a manutenção de regimes políticos locais, despóticos ou de alimentar, ainda, se bem que indirectamente, conflitos armados. (PEREIRA, 2005: 8).

Em adição, as estratégias de cooperação e de acção conjunta de países em desenvolvimento sofreriam um revés na passagem da década de 1970 para a de 1980. A experiência de coordenação no âmbito do *G-77* e do *Movimento dos Não-Alinhados* proporcionaria marcos institucionais à relação entre países periféricos, mas não garantiriam a autonomia política e a auto-suficiência económica por vezes imaginadas por suas lideranças. Com o incremento da recessão nas regiões periféricas do capitalismo mundial e graças ao advento da crise da dívida nas Américas e em África, boa parte das prioridades destas regiões se voltaria à execução dos ajustes estruturais exigidos por instituições internacionais das quais dependiam seus financiamentos. Tratar-se-ia, então, de um período de “desmobilização na história da cooperação Sul-Sul” (SÁ E SILVA, 2010: 3). O discurso de carácter conflitivo característico do período posterior à *Primeira Crise do Petróleo* tomaria então um teor mais brando e conciliatório, como demonstraria a *Declaração de Caracas do G-77*, de 1989, ao realizar um “chamado à revitalização do diálogo Norte-Sul”:

Os países membros do Grupo possuem objectivos de desenvolvimento em meio a um ambiente externo muito desfavorável. Os menos desenvolvidos entre eles enfrentam dificuldades especiais. Muitos destes países passam por grandes esforços de ajustamento, os quais impõem imensos custos políticos e sociais. Os países em desenvolvimento estão dando seguimento a reformas de grande envergadura e estão prontos para se integrarem ao mundo de uma forma muito mais aberta do que no passado. [...] Uma abordagem multilateral, concertada e global é vital para buscar e implementar soluções realmente eficazes e duradouras para os problemas contemporâneos; e isto não pode ser alcançado através de medidas e mecanismos parciais, míopes e unilaterais. Acções arbitrárias unilaterais só

podem ter o efeito de minar a confiança do sistema multilateral, afectando negativamente as perspectivas de avanço dos países em desenvolvimento. (*tradução nossa*).¹⁸

Tal como salienta a abordagem dos sistemas-mundo, o elevado grau de integração e a notável interdependência do conjunto do sistema mundial moderno impunha limites à capacidade de acção unilateral de suas distintas regiões produtivas, fossem elas centro ou periferia, *Norte* ou *Sul*. Todavia, tal observação seria especialmente notável para o caso de economias periféricas. Assim, o carácter dos países então representados por organizações como o *G-77* lhes dava uma série de limitações quanto ao exercício de força e influência sobre o conjunto do sistema em que estavam inseridos. Enquanto economias dependentes dos padrões das demandas externas e vinculadas a centros mais desenvolvidos por meio do tradicional comércio de matérias-primas, tais regiões estavam especialmente expostas ao impacto de crises conjunturais como aquelas que atingiram a economia capitalista ao longo das décadas de 1970 e 1980.

3.2. A cooperação entre as costas americana e africana do Atlântico Sul: os casos de Argentina e Brasil

3.2.1. A Argentina e suas relações com África

As relações da Argentina com a África Subsariana – com a excepção da África do Sul – nunca ocuparam um papel de destaque no âmbito da política externa daquele país. As fases de maior ou menor contacto com o continente africano estiveram, ao longo da segunda metade do século XX, dependentes das posições definidas pelos governos que então se alternavam no poder. Deste modo, as relações argentino-africanas assumiram um carácter descontínuo ao longo do período estudado, tomando a forma de uma “política por impulsos” (LECHINI, 2006: 43). Como resultado deste perfil de interacções, a porcentagem do comércio exterior com África, no conjunto das trocas mundiais feitas pela Argentina, obteve em 1974 um pico máximo de 7,66% das importações do país platino, e de 6,23% das exportações, no ano de 1975 (LECHINI, 1986: 231). Assim, a política externa argentina para África tradicionalmente priorizou os objectivos políticos aos económicos.

Para além do carácter errático de suas relações com África, os governos argentinos das décadas de 1950 e 1960 atribuíam baixa prioridade às chamadas relações *Sul-Sul*. Seria a

¹⁸ *Caracas Declaration of the Ministers of the Foreign Affairs of the Group of 77 on the occasion of the twenty-fifth anniversary of the Group*, 1989, Caracas, 23 June 1989, I-2-6.

partir do decênio de 1970 que o país iria estimular uma política de maior acercamento junto a outras regiões periféricas, reconhecendo-se como parte daquele conjunto (BERRIO, 1988)¹⁹. Quanto aos objectivos políticos da Argentina com respeito a uma maior aproximação aos Estados africanos, deve-se salientar o interesse do país referente a possíveis apoios, no âmbito da ONU, quanto à disputa pelos territórios das Ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido desde 1833. Assim, a década de 1980 mostrar-se-ia como o período em que África deteria uma maior importância no âmbito das relações exteriores argentinas. Porém, a perspectiva de se contar com o apoio de África nas instâncias multilaterais nas quais se discutiam a questão das Malvinas foi minada graças às fortes vinculações dos países africanos às suas antigas metrópoles (e, nos casos das Áfricas Ocidental e Austral, ao Reino Unido)²⁰. Os contactos da Argentina com os países da África Subsariana também enfrentariam obstáculos graças às boas relações que o país platino mantinha, em seu período de ditadura militar, com o regime segregacionista da República da África do Sul.

As possibilidades de incremento do comércio exterior, ainda que com menor peso, também estiveram presentes nas acções de aproximação da Argentina com relação a África. A necessidade, em finais da década de 1970, do incremento de divisas decorrentes dos sectores de exportação fez com que o governo argentino se voltasse para a busca de mercados alternativos para a colocação de seus produtos. Tal necessidade tornar-se-ia especialmente importante dada a dificuldade encontrada pelo país em aceder, naquele momento, aos tradicionais mercados para seus produtos agropecuários²¹. Neste contexto, entre 1979 e 1980,

¹⁹ Seria após a *Conferência de Argel*, ocorrida em 1973, que a Argentina passaria a fazer parte do *Movimento dos Não-Alinhados*, assinando todas as declarações deste grupo ao longo das décadas de 1970 e 1980. A saída da Argentina do *Movimento dos Não-Alinhados* ocorreu em Setembro de 1991, após a *Reunião de Ministros das Relações Exteriores* do Movimento, ocorrida no mesmo ano, na cidade de Acra, em Gana. Com a rejeição das propostas argentinas (de cariz conciliatório com relação aos não-membros do Movimento) no âmbito da reunião, o Ministério das Relações Exteriores Argentino anunciaria a retirada do país do grupo, alegando que o Movimento “foi abandonando progressivamente a sua importância frente aos grandes blocos e não está hoje em condição de contribuir eficazmente à consolidação da nova ordem internacional” (*tradução nossa*). Cf. *La Nación*, “La Argentina dejó de integrar No Alineados”, 20 de Septiembre de 1991, p. 1.

²⁰ A despeito do esforço empreendido após a Guerra das Malvinas (1982) – conflito que se concluiu com a manutenção da soberania britânica sobre as ilhas –, a Argentina obteve apoios discretos às suas reivindicações territoriais. Mesmo no continente americano, o país sofreria um isolamento relativo em virtude do seu ataque não anunciado às forças britânicas instaladas no Atlântico Sul. Após o início das hostilidades, seriam divulgadas declarações de teor moderado pelo órgão de consulta do *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR) – com a abstenção do Chile, EUA e Colômbia – e da *Organização dos Estados Americanos*, que solicitariam o armistício entre as partes. Em adição, com a deflagração do conflito, resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU exigiriam a “retirada imediata de todas as forças argentinas das Ilhas Malvinas”. Cf. *Resolución 502 (1982) de 3 de Abril de 1982 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas e Resolución de la XX Reunión de 28 de Abril de 1982 del TIAR*.

²¹ Como exemplo das dificuldades experimentadas pela agricultura argentina, pode-se citar o caso do trigo, que enfrentaria importante processo de queda de preços entre finais da década de 1970 e meados da década de 1980.

foram enviadas diversas missões comerciais à África Subsariana, que firmaram os primeiros acordos de cooperação comercial entre os países da região – com a excepção do Gabão, que já detinha semelhante acordo, assinado em 1977 (LECHINI, 1995: 24). A aproximação ao continente africano iniciada no período de governo militar daria atenção especial às relações com a República da África do Sul. Porém, segundo Lechini, tal estratégia possuiria um carácter “dual e ambíguo”:

Por *política dual* entendo um discurso multilateral condenatório ao Apartheid e boas relações bilaterais com o governo branco sul-africano. Isto é, nos âmbitos internacionais, a Argentina respaldou todo tipo de medidas condenatórias ao governo racista, que abarcaram desde a ruptura de relações políticas e diplomáticas, as relações comerciais, incluída de forma especial a venda de armas, até a interrupção das relações culturais e desportivas. Mas esta posição declamada não condizia com a relação *bilateral*, que sempre gozou de instâncias por momentos muito frutíferas. “Convivia-se” com a África do Sul, subindo ou baixando o perfil da relação de acordo com as percepções dos diferentes governos. [...] Com os governos militares melhorava-se a relação bilateral com a África do Sul, enquanto que com os democráticos a política dual acentuava-se. Mas nunca se discutiu seriamente romper relações diplomáticas com Pretória. (LECHINI, 2000: 5; *tradução nossa*).

Desta forma, as relações comerciais entre os dois países estariam pouco sujeitas às pressões políticas externas, sendo mais subordinadas a factores relacionados às oportunidades de trocas e aos interesses de suas respectivas iniciativas privadas²². Seria, no entanto, após a redemocratização, sob a Presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989), que se definiria uma política africana mais clara por parte da Argentina. Em Maio de 1986, seriam rompidas relações diplomáticas com a África do Sul e se buscaria uma diversificação das relações de cooperação no continente africano, além de um reavivamento dos contactos no âmbito dos *Não-Alinhados* sem, no entanto, incompatibilizá-los com relações estáveis junto às economias centrais capitalistas. Em 1986, foram estabelecidas embaixadas no Zimbábue, na República

A grande produção mundial de trigo – notadamente no Hemisfério Norte, com forte participação da agricultura europeia, que já experimentava elevado grau de auto-suficiência e de protecção à sua produção interna – preocuparia os produtores argentinos, que encontravam dificuldades em estabelecer novos patamares de preços junto aos grandes compradores internacionais do grão (Japão e CEE). Cf. *El Litoral*, “El Mercado Internacional del Trigo”, 2 de Marzo de 1979, p. 4.

²² Assim, enquanto era aprovada a *Resolução 3151 (XXVIII)* de 14 de Dezembro de 1973 da Assembleia Geral da ONU – que estabelecia medidas de restrição às actividades comerciais, financeiras e diplomáticas junto à África do Sul –, as *Aerolíneas Argentinas* inauguravam voos regulares para a Cidade do Cabo, e a *South African Airlines* abria um escritório em Buenos Aires. Naquele mesmo ano, as exportações argentinas para a África do Sul representaram 24,38% do total destinado ao continente africano, ao tempo que suas importações vindas daquele país atingiram 16,13% das compras totais feitas em África (LECHINI, 1995: 19).

Centro-Africana e em Seychelles, que se somaram as já existentes em Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Gabão, Zaire, Quênia, Tanzânia e Etiópia, na África Subsariana. Em seguida, o então Ministro das Relações Exteriores argentino, Dante Caputo, realizou um giro de visitas ao conjunto de países africanos da costa atlântica, visitando Gana, Costa do Marfim e Angola. Em contrapartida, entre 1986 e 1987, cinco Presidentes africanos visitariam Buenos Aires (LECHINI, 1995: 42).

As actividades de cooperação junto a países africanos passaria a ser operada por meio da *Subsecretaria de Cooperación Internacional*, criada no âmbito do Ministério das Relações Exteriores com o objectivo de promover a cooperação técnica, viabilizar a abertura de novos mercados aos produtos tradicionais e não-tradicionais argentinos, assim como incentivar o intercâmbio de tecnologias (WEINER, 1988). Seriam enviadas a África duas missões de cooperação em 1986, cinco em 1987 e mais duas em 1988, destinadas a identificar possíveis áreas de cooperação e dar início a actividades de assistência técnica em matéria agrícola e florestal a países como Gana, Nigéria, Costa do Marfim e Guiné Equatorial. Desta forma, tentou-se demonstrar o fim de uma política dualista para a África, por meio da constituição de relações permanentes junto a países africanos atlânticos, ao mesmo tempo em que se construía uma posição crítica quanto ao regime de Pretória.

O processo de construção de uma política externa para África sofreria uma interrupção sob a Presidência de Carlos Menem (1989-1999). O fortalecimento do ambiente de crise levaria o novo governo a priorizar as questões económicas em relação às políticas. Como resultado, a política exterior argentina seria readequada tendo em vista a valorização dos contactos com as regiões mais desenvolvidas do capitalismo mundial, com especial destaque para os EUA. O novo Ministro das Relações Exteriores, Domingo Cavallo, analisaria criticamente a política externa argentina do período anterior:

É o realismo. Nosso país foi perdendo posições não somente económicas, mas também presença política no mundo. [...] e, em minha opinião, nossa política exterior não foi realista... não endereçamos adequadamente nossa política exterior a facilitar a solução dos problemas económicos e sociais que afligem os argentinos. Eu creio que a nova política exterior vai contrastar com esta tendência do passado, vão-nos a ver menos presentes na discussão a nível mundial de temas de nossa própria problemática e nos verão mais preocupados em fazer com que a relação com o resto do mundo facilite a integração económica da Argetina à economia mundial, a obtenção de capitais e a simplificação dos problemas gravíssimos que afligem a nossa gente. (*tradução nossa*).²³

²³ CAVALLO, Domingo, "Extractos de entrevistas al Canciller Domingo Caballo", in *América Latina Internacional*, julio-septiembre de 1989, Vol. 6, nº 21, p. 275.

A participação da Argentina nos foros dos países do *Sul* seria reduzida, o que se reflectiria, em 1991, no abandono do *Movimento dos Não-Alinhados*. Em adição, por ser então considerado como uma região marginal no processo decisório internacional, o continente africano perderia espaço na agenda argentina. Tentou-se compensar esta situação por meio da retomada, em Agosto de 1991, das relações diplomáticas com a África do Sul, dado o seu peso económico regional. Assim, foram fechadas cinco embaixadas no continente africano e a África Austral passou a ser coberta pela embaixada de Pretória, ficando o resto da África Subsariana sob a responsabilidade das missões diplomáticas da Nigéria, do Senegal e do Quênia. A década de 1990 seria marcada por uma política externa argentina caracterizada pela valorização de relações bilaterais com forte critério de selecção comercial, o que contribuiria para a diminuição das relações de cooperação com a África Subsariana.

3.2.2. O Brasil e suas relações com África

As relações económicas entre Brasil e África não são recentes, reportando-se aos fluxos comerciais realizados entre as duas costas atlânticas ao longo do século XIX. Porém, a redução gradual do comércio de escravos a partir de 1850 e o processo de colonização dos territórios africanos por parte das potências europeias, no final daquele século, contribuíram para um maior distanciamento entre as duas regiões ao longo da primeira metade do século XX. Seria a partir da década de 1970 que os governos militares do Brasil buscariam “restabelecer” correntes de intercâmbio mais intensas com a costa africana²⁴. Tal movimento relacionou-se ao amplo fenómeno de procura por maior aproximação entre as regiões periféricas do sistema mundial moderno. Esta busca era de especial interesse para economias que se encontravam em franco processo de industrialização, mas que sofriam restrições à entrada de seus produtos manufacturados nos mercados dos grandes centros do capitalismo mundial. Como visto, seguindo esta dinâmica, diferentes países da América Latina deram maior atenção aos mercados periféricos extracontinentais e o Brasil ocuparia uma posição de destaque neste processo²⁵.

²⁴ Entrevista do Ministro Mário Gibson Barboza ao “*Jornal do Brasil*” do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1972, in *Documentos de Política Externa VI*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1973.

²⁵ Calcagnoto (1985) divide a intensificação da relação *Sul-Sul* realizada pelo Brasil em três fases: a primeira, a partir de 1972, após aproximação diplomática com nações recém-emancipadas ou em luta anticolonial; a segunda, de 1974 a 1978, de abertura contínua e condenação aos regimes colonialistas e racistas de África; a terceira, a partir de 1979, em que a relação se consolida após o que o Brasil se define explicitamente como país terceiro-mundista.

[...] é a partir de 1972 que se observa uma incisiva postura de ampliação do relacionamento do Brasil com os países do Sul, especialmente os do continente africano, que à época tinha um lugar de destaque nas trocas do Terceiro Mundo. Tratava-se de uma região de grandes potencialidades, com um mercado expressivo e detentora de importantes reservas de petróleo, além de outras matérias-primas. Para o Brasil, o mercado de consumo africano, que se imaginava de grande relevância, passou a ter importância estratégica na política de intensificação das exportações, originada não apenas da necessidade de aumentar o valor destas e de contribuir para o equilíbrio do balanço de pagamentos, mas também da pragmática deliberação de ampliar as fontes de aprovisionamento externo do país em face de uma situação mundial particularmente complexa, sobretudo depois da crise petrolífera de 1973. (SANTANA, 2003: 117).

Por outro lado, na busca por maior autonomia e por melhorar sua posição em relação às antigas metrópoles, muitos países africanos aumentaram seus interesses por fontes de investimento alternativas e novas parcerias comerciais. Voltar-se-iam em boa parte a economias em desenvolvimento com relativo grau de industrialização e de carácter semiperiférico, como o Brasil. A expansão económica de África ao longo da década de 1960 geraria oportunidades para parcerias comerciais e políticas no âmbito do Atlântico com um país que dizia oferecer uma tecnologia mais próxima às necessidades africanas²⁶. As economias africanas buscavam reduzir sua dependência em relação às regiões centrais do capitalismo e o Brasil, então carente de petróleo, tinha bens e serviços passíveis de atender às demandas daquela região (SANTANA, 2003). Em adição, o movimento das exportações brasileiras em direcção aos mercados africanos também buscou compensar a limitada capacidade de absorção interna do país, gerando oportunidades ao incremento da acumulação capitalista experimentada pela economia local.

As preocupações do governo do Brasil quanto à diversificação dos destinos de sua produção já se mostravam presentes na exposição dos “possíveis rumos da política externa brasileira na década de 70”, feita em meados de 1970 pelo Ministro das Relações Exteriores:

Divisamos, na década que se inicia, sinais de que ela poderá ser marcada por novas ou reforçadas técnicas de negociação, mais no plano

²⁶ Ao ser questionado sobre as possíveis áreas de intercâmbio comercial com a costa atlântica africana, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Gibson Barboza, salientaria que os países daquela região seriam “dos mais importantes fornecedores das matérias-primas necessárias a uma economia em processo de rápida modernização como a brasileira”, constituindo “extensos mercados em crescimento” e sendo “parceiros natos do ordenamento do comércio de produtos agrícolas”. Também afirmaria: “podemos fornecer-lhes todos os tipos de bens e sobretudo serviços públicos, assistência técnica e maquinaria apropriada a condições geográficas e ecológicas semelhantes. Podemos contribuir não só para o crescimento industrial da África, mas também para o agropecuário, ali introduzindo [...] gado zebuino de alta resistência, adaptado às condições locais, muito semelhantes às brasileiras”. Cf. *Entrevista do Ministro Mário Gibson Barboza ao “Jornal do Brasil” do Rio de Janeiro, op. cit., passim.*

econômico do que no político propriamente dito, se chamarmos político o fator puramente “força”. Essa é a nossa perspectiva, isto é, a perspectiva do Brasil, pois reputo indispensável nunca perdermos de vista, no planejamento de nossa política externa, as condicionantes específicas do país [...]. O setor do comércio exterior é hoje capital para o nosso desenvolvimento e constitui fator relevante no crescimento do Produto Interno Bruto, de tal modo que a retração do primeiro acarretaria fatalmente desastrosa diminuição do outro. E para nos expandirmos no plano externo temos de nos diversificar, não apenas no que se refere à nossa própria pauta de exportação, mas também em termos de mercados.²⁷

O serviço diplomático brasileiro realizaria, entre 25 de Outubro e 20 de Novembro de 1972, um importante giro de visitas a oito países da costa atlântica africana (Camarões, Costa do Marfim, Daomé, Gana, Nigéria, Senegal, Togo, Zaire). Buscando a celebração de possíveis acordos de cooperação e comércio, a viagem marcaria uma importante mudança na postura brasileira para África. Ao longo da visita, a delegação brasileira teria sido chamada a apoiar o processo de emancipação política dos territórios portugueses em África como condição tácita a um maior intercâmbio comercial entre as duas costas atlânticas, situação que não deixaria de ser incômoda ao governo do país latino-americano²⁸. Porém, na última escala da viagem – em Lagos, na Nigéria –, a aplicação do acordo comercial então assinado esteve condicionada à manifestação brasileira de apoio à independência de Angola (SARAIVA, 1999). De facto, o acordo só teria seus dispositivos claramente definidos em Janeiro de 1974, aquando da visita ao Brasil do Comissário para Assuntos Exteriores da Nigéria, Okoi Arikpo. Na ocasião – em que seriam celebrados acordos para a transferência de tecnologia brasileira nas actividades de prospecção, refino e transporte de petróleo, assim como para a obtenção directa do óleo nigeriano, a preços mais baixos, pelo Brasil –, o Comissário salientaria que a aproximação entre o Brasil e o bloco africano teria se dado “em função da mudança política brasileira em relação ao colonialismo português e ao apartheid sul-africano”²⁹.

²⁷ Conferência do Ministro Mário Gibson Barboza, pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 17 de julho de 1970, in *Documentos de Política Externa IV*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1970, p. 166.

²⁸ O Brasil possuía um histórico de alinhamento à posição portuguesa com relação aos movimentos de independência na África lusófona. Nas palavras do Ministro Gibson Barboza: “no que se refere aos territórios ultramarinos portugueses, [...] o Brasil tem recusado resoluções que impliquem condenações a Portugal. É um assunto que está nas mãos soberanas de Portugal e temos manifestado mais de uma vez a esperança de que os portugueses saberão encaminhá-lo para uma solução própria. [...] Os países africanos sabem dos vínculos especiais que nos ligam a Portugal. [...] A nenhum estadista africano ocorreria incriminar o Brasil pela existência destas relações especiais com Portugal”. Cf. *Entrevista do Ministro Mário Gibson Barboza ao “Jornal do Brasil” do Rio de Janeiro, op. cit., pp. 277-278.*

²⁹ *Jornal do Brasil*, “Petrobrás e Nigéria decidem área de exploração conjunta”, 26 de Janeiro de 1974, p. 16. Na mesma ocasião, seriam dados os primeiros sinais de mudança da política externa brasileira. A nota oficial resultante do encontro bilateral salientaria que “os dois países [Brasil e Nigéria] manifestaram, igualmente, seu repúdio ao ‘apartheid’ e ao colonialismo”. Cf. *Veja*, “Visita petrolífera”, 30 de Janeiro de 1974, p. 22.

Após a viagem realizada por Gibson Barboza à Nigéria, em 1972, tornar-se-ia cada vez mais clara a impossibilidade de conciliar o apoio a Portugal com o processo de aproximação comercial e política em relação a África. Tal imperativo se tornaria mais premente com o advento da *Primeira Crise do Petróleo*, uma vez que o Brasil dependia enormemente do óleo proveniente do Médio Oriente e as jazidas africanas surgiram como uma alternativa à alta dos preços definidos pela OPEP³⁰. A possibilidade de acesso ao mercado africano de óleo cru teria sido demonstrada em Dezembro de 1973, quando, após um “instante dramático”, a Nigéria disponibilizaria ao Brasil – a preços especiais definidos nos mercados paralelos europeus – um carregamento originalmente destinado a Portugal³¹. Assim, após discordâncias dentro do governo militar brasileiro, decidiu-se pelo apoio aberto à independência dos territórios portugueses em África. O Brasil reconheceria a independência de Guiné-Bissau em 16 de Julho de 1974, antes do fim das negociações entre Portugal e o movimento de libertação do país africano – o que acarretaria críticas por parte do Governo português e de sectores militares brasileiros (SARAIVA, 1999). Em Setembro de 1974, por ocasião da abertura da 29ª Assembleia Geral da ONU, o novo Ministro das Relações Exteriores brasileiro confirmaria a mudança de posição do país com relação ao processo de descolonização:

Temos sobre esta questão uma posição de absoluta clareza: o Brasil acredita, sem restrições, que não se justificam protelações ou subterfúgios na condução do processo descolonizatório [...]. O Brasil prestará o seu apoio a que os povos, ainda sujeitos a formas de dominação colonial, possam alcançar, no mais curto prazo possível, a independência nacional a que aspiram. [...] O mesmo sentimento de fraternidade nos liga a Moçambique e a Angola, cuja independência desejamos ver concluída.³²

Após um novo giro de visitas de seu Ministro das Relações Exteriores ao continente africano em fins de 1974, o Brasil intensificaria a sua aproximação quanto aos

³⁰ As manifestações em prol da cooperação entre países em desenvolvimento, anunciadas na Declaração dos *Não-Alinhados* de Argel, não seriam suficientes para superar os imperativos políticos que envolviam as disputas no Médio Oriente. Por consequência, muitos países em desenvolvimento viram-se em delicada situação em virtude do aumento nos preços do petróleo. Desta forma, a missão oficial brasileira enviada à Líbia para negociar melhores preços para a renovação dos contratos de compra não obteria bons resultados: “[...] os diplomatas e funcionários da Petrobrás que compunham a delegação foram recebidos por 7 minutos pelo coronel Muammar Khaddafi, o chefe do governo revolucionário, que cuidou de revistar pessoalmente os visitantes numa ante-sala de seu ascético gabinete. Desde então, ficou clara a impossibilidade de se conseguir um barril de petróleo árabe (cada barril tem 159 litros) por menos de 8 dólares, ainda que fossem acenados vistosos acordos comerciais ou a doação de assistência técnica para a construção de fábricas”. Cf. *Veja*, “O que será de 74?”, 2 de Janeiro de 1974, p. 52.

³¹ *Idem*, p. 54.

³² *Discurso do Chanceler brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 23 de setembro de 1974*, pp. 40-41.

desdobramentos angolados, sob a alegação de “conversar com quem representa o governo, tomar contato com uma realidade política posta, sem preocupação com tendências ideológicas e partidos”³³. Assim, em Março de 1975, o Brasil estabeleceria uma representação diplomática em Luanda, o que daria início às relações comerciais junto ao governo de transição angolano. Os choques entre as diferentes forças que disputavam o poder do futuro país e a tomada da autoridade de Luanda pelo MPLA, em meados de Julho daquele ano, não modificariam a estratégia de aproximação brasileira. Em 11 de Novembro de 1975, em meio à grande tensão e aos combates que ameaçavam a futura capital, o Brasil reconheceria o governo de Luanda, declarado unilateralmente pelo MPLA³⁴. Tal decisão contribuiria para uma maior aproximação do Brasil em relação ao governo angolano e atenderia a uma exigência feita pela Nigéria e por outros países recém independentes da costa atlântica africana. Os anos seguintes seriam de incremento do comércio e dos acordos de cooperação económica entre as duas margens do Atlântico Sul³⁵.

Desde 1966, a política de comércio exterior brasileira passaria a ser formulada pelo *Conselho Nacional de Comércio Exterior* (CONCEX), ao qual também se atribuiu a definição das diretrizes básicas para as políticas de financiamento à exportação. Enquanto órgão de

³³ Declaração do Ministro Azeredo da Silveira ao repórter Carlos Henrique Santos, enviado especial de *Veja* a África. Cf. *Veja*, “Agora, a África”, 4 de Dezembro de 1974, p. 25.

³⁴ Tal decisão – tomada antes da conclusão das negociações que pretendiam constituir um governo de união nacional no país africano – foi fortemente criticada pelos EUA, Portugal e por sectores mais conservadores do governo militar brasileiro. A despeito da nota oficial salientar o desejo de “não tomar partido nas disputas travadas entre os três principais movimentos políticos angolados: o MPLA, a FNLA e a UNITA”, tornou-se claro para a imprensa brasileira que se buscava construir uma relação especial junto ao governo de Agostinho Neto. Resultado de uma disputa interna entre o Itamaraty (favorável ao MPLA) e o Ministério do Exército, a posição final seria decidida pelo então Presidente da República, general Ernesto Geisel: “Uma avaliação militar das Forças Armadas brasileiras e do Itamaraty garantiu que o MPLA iria ganhar [...]. Mas como se definir por um movimento apoiado pelos comunistas? Os militares, afinal, não queriam pragmatismo tão pragmático. Na hora decisiva, porém, o Itamaraty preparou um documento urgente e confidencial a Geisel, insistindo na adesão ao MPLA. ‘Angola é vital para a política africana do Brasil e quem vai mandar em Angola é o MPLA de Agostinho Neto’, dizia com aflição a chancelaria. Geisel dobrou os militares. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola independente”. Cf. CONDE, Carlos (1979), “O Itamaraty e o mundo”, *IstoÉ*, 21 de Fevereiro de 1979, p. 86 e *Jornal do Brasil*, “Brasil reconhece o Governo na Capital”, 11 de Novembro de 1975, p. 10.

³⁵ A recepção positiva com relação à maior aproximação política entre o Brasil e as regiões lusófonas de África seria confirmada aquando da visita do ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Joseph Garba, a Brasília, em 1977. Na ocasião, Garba elogiaria o Brasil pelo pronto reconhecimento de Angola, salientando que a amizade dos países já liberados estaria condicionada ao apoio aos movimentos de descolonização em África. Um correspondente político em Brasília diria: “Ficou claro, agora, que o Brasil teria pouco a fazer na África se não tivesse reconhecido prontamente as ex-colônias portuguesas, em especial Angola [...]”, indicando que uma posição contrária a tomada “seria o mesmo que erigir um muro no Atlântico e renunciar em definitivo a qualquer possibilidade de aproximação com a África Negra”. Cf. MARCHI, Carlos (1977), “A África confia no Brasil”, *IstoÉ*, 1 de Junho de 1977, p. 11.

carácter normativo e consultivo, foi vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio³⁶. Seu principal instrumento de acção foi o *Fundo de Financiamento à Exportação* (FINEX), destinado ao suporte – a taxas de juros vantajosamente baixas – de despesas referentes às diferentes etapas de produção de bens agrícolas, industriais e semimanufacturados exportáveis. O FINEX era operado por meio do Banco do Brasil, por intermédio de sua *Carteira de Comércio Exterior* (CACEX)³⁷. Por fim, particularmente voltado ao sector industrial, o *Programa Especial de Exportação* (BEFIEX), também vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio, beneficiaria fabricantes de produtos manufacturados, nacionais ou estrangeiros instalados no Brasil, com a isenção de impostos sobre a importação de bens industrializados e maquinário³⁸. Tal mecanismo seria intensamente utilizado por empresas transnacionais presentes no país, que receberiam isenções entre 15% a 25% do valor dos produtos por elas importados. Assim, em meados da década de 1970, a *Volkswagen* do Brasil daria início a exportação de automóveis para a Nigéria e Angola, instalando, posteriormente, montadoras nos respectivos países. (SANTANA, 2003: 120).

A partir de meados da década de 1970, as negociações para a venda de tecnologia e de serviços (notadamente nas áreas de engenharia civil, usinas de açúcar e etanol e projectos ferroviários) ganhariam destaque na relação entre o Brasil e os países da costa atlântica de África. Progressivamente, em seus contactos com os mercados africanos, o Brasil ocuparia a função de exportador de produtos manufacturados e semimanufacturados, importando produtos primários. Tais operações foram executadas por meio da acção de agências governamentais e empresas estatais brasileiras que, associadas a transnacionais instaladas no país, promoveriam contactos comerciais com África. O governo brasileiro disponibilizaria incentivos às empresas exportadoras por meio de mecanismos como o FINEX e o BEFIEX,

³⁶ O CONCEX seria composto por 12 membros, sob a presidência do ministro da Indústria e Comércio e com a participação de representantes das áreas de relações exteriores, planeamento, agricultura e marinha mercante, assim como representantes da iniciativa privada. A partir do Conselho seriam gerenciados todos os programas de créditos e incentivos às exportações brasileiras a África, fazendo com que tal colegiado detivesse importante influência nas relações do Brasil com aquele continente. Cf. BRASIL. Lei n.º 5.025 de 10 de Junho de 1966. *Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional de Comércio Exterior, e dá outras providências.*

³⁷ Criada em 1953, a CACEX era responsável não apenas por concentrar e gerenciar diversos fundos destinados às vendas ao exterior, como também possuía a atribuição de emitir as licenças necessárias às actividades de exportação e importação no país. Com a criação do FINEX na década seguinte, suas actividades concentrar-se-iam na tarefa de gerenciar o novo fundo, assim como exercer a função fiscalizadora sobre os agentes exportadores e importadores que operavam a partir do Brasil. Cf. BRASIL. Lei n.º 2.145 de 29 de Dezembro de 1953. *Cria a Carteira de Comércio Exterior. Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências.*

³⁸ BRASIL. Decreto-lei n.º 1.219, de 15 de Maio de 1972. *Dispõe sobre a concessão de estímulos à exportação de manufacturados e dá outras providências.*

possibilitando a execução de negócios frente à concorrência – em sua maior parte, proveniente das antigas metrópoles – que dominava os mercados africanos (PIMENTEL, 2000). Obter-se-ia, desta forma, uma ampla margem para as vendas internacionais, reduzindo preços de mercado a níveis entre 40% a 50% abaixo daqueles verificados internamente (SANTANA, 2003: 118).

A intensificação das relações comerciais entre Brasil e África foi auxiliada pelo Banco do Brasil que, ao longo da década de 1970, possuía agências em diversas capitais da região atlântica de África. Tais agências facilitavam o acesso a linhas de crédito para a compra de bens de capital, bens de consumo duráveis e de serviços brasileiros para países como Angola, Costa do Marfim, Gabão, Guiné-Bissau, Mali, Moçambique, Níger, Senegal e Togo. Em adição, o Governo brasileiro chegaria a deter, em finais da década, 20% das acções do Banco Internacional da África Ocidental e participaria com cerca de US\$ 20 milhões no Fundo Africano de Desenvolvimento (D’ADESKY, 1980: 10). As trocas comerciais entre Brasil e África também eram auxiliadas pelos mecanismos de *countertrade*³⁹ que, por sua vez, alimentavam o sector de armas e equipamentos militares, de notável importância na pauta de exportações brasileiras para África entre as décadas de 1970 e 1980. Tal comércio, de difícil percepção, disponibilizava tanques, armas manuais, artilharia e aviões para países como Gabão, Líbia, Nigéria e Zimbábue⁴⁰.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a presença brasileira em África concentrou-se nas actividades de prestação de serviços de infra-estrutura, na construção civil, exploração de petróleo e implantação de projectos agrícolas e minerais. A construção de estradas e aeroportos, além das actividades de abastecimento também detiveram certo destaque⁴¹. Tais relações comerciais eram estimuladas graças ao pouco interesse brasileiro em intervir

³⁹ O sistema de *countertrade* é caracterizado pela possibilidade de pagamento total ou parcial de mercadorias por meio de outras mercadorias, tornando desnecessário o uso de divisas internacionais e minimizando os problemas de contacto junto a fundos emprestáveis de acesso cada vez mais difícil a países em desenvolvimento ao longo da década de 1980. No caso do petróleo, foi a principal modalidade responsável pelo deslocamento das compras brasileiras deste produto do Medio Oriente para África. Assim, em meados da década de 1980, o Brasil obteria uma média de 100 mil barris diários de petróleo junto à Nigéria e exportaria o equivalente a 40 mil barris em veículos e peças. Com Angola, por exemplo, tal modalidade foi utilizada para a construção da usina hidrelétrica de Capanda, sendo a construtora brasileira *Odebrecht* parcialmente paga, a partir de 1984, pelo fornecimento diário de 10 mil barris pela execução das obras. Cf. SANTANA (2003: 121-122).

⁴⁰ *Jornal do Brasil*, “Livro revela segredos da indústria bélica”, 9 de Junho de 1991, p. 14.

⁴¹ Empreiteiras brasileiras, como a *Mendes Júnior* e a *Odebrecht*, foram responsáveis pela execução de obras como a Transmauritânia (que liga as capitais de Mauritânia e Argélia) e a rodovia Morogoro-Dodoma, na Tanzânia, além de explorações auríferas no Zaire. Quanto ao abastecimento, deve-se destacar as actividades do Grupo *Pão-de-Açúcar*, que manteve uma rede de fornecimento de géneros de supermercado na cidade de Luanda, mantendo-a ao longo do período em que a capital esteve sitiada pelas forças da FNLA e da UNITA. Cf. *Jornal do Brasil*, “Empresas brasileiras executam obras e projetos em 34 países”, 26 de Julho de 1981, p. 35.

directamente nos regimes políticos africanos com os quais mantinha negócios, sendo, desta forma, uma alternativa em relação a parceiros do ocidente desenvolvido ou do Este europeu.

Porém, com o advento da crise da dívida e a dificuldade na captação de recursos no exterior, o Brasil diminuiria progressivamente a sua presença nas economias africanas a partir de meados da década de 1980. Graças ao forte endividamento público, os ramos exportadores também entrariam em processo de estagnação. Isto porque grande parte dos produtores voltados a mercados alternativos como o africano dependiam do complexo sistema de incentivos mantido graças à intervenção estatal no sector. As políticas de forte ajustamento fiscal e de abertura do mercado brasileiro estimulariam a queda no volume de incentivos e subsídios à exportação: de uma média de 3,1% do PIB em 1981-1984, seus valores cairiam para cerca de 1,3% em 1990 (SANTANA, 2003: 119). Desta forma, o comércio no âmbito das relações *Sul-Sul* seria enfraquecido. Parceiros tradicionais do Brasil – como os EUA, a Europa e o Japão – aumentariam a sua participação no comércio com o país ao longo da década de 1990, enquanto que, graças ao Mercosul, as trocas junto aos países da Bacia do Prata experimentariam forte expansão. A presença do continente africano nas exportações brasileiras reduzir-se-ia drasticamente, mantendo-se estagnada ao longo da década de 1990.

3.3. A Europa e suas relações com África no âmbito das Convenções de Lomé

Quando o *Tratado de Roma* foi assinado em Março de 1957 – constituindo, assim, a CEE –, as relações da Europa com o chamado *Terceiro Mundo* tinham um carácter notadamente unilateral. A maior parte dos países que constituiriam o *Grupo ACP* ainda era formada por colónias. O amplo sistema de cooperação comercial derivado das *Convenções de Lomé* tem suas origens no âmbito daquele tratado⁴². Porém, o período entre os anos de 1960 e 1970 foi marcado pelo acesso de diversas colónias europeias à independência política. Ao

⁴² O Tratado de Roma previa, no artigo 136 de sua Parte IV, o estabelecimento de um *Convénio de Aplicação sobre os Países e Territórios de Ultramar (PTU)* para dispor sobre a criação de um regime especial de comércio entre as regiões que dispusessem de “relações especiais” com quaisquer dos Estados membros, além de prever a formação de um fundo de desenvolvimento para elas. Tal convénio geraria efeitos nos cinco anos seguintes à celebração do Tratado. Assim – tal como previam os artigos 132 e 133 da Parte IV do Tratado –, o regime de intercâmbios comerciais aplicado entre os Estados membros seria igualmente otorgado para os PTU que, por sua vez, estenderiam os regulamentos que aplicassem ao Estado europeu com o qual mantinham relações especiais aos demais membros da Comunidade (então formada pela *Europa dos Seis* – Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e RFA). A associação dos PTU ao regime geral de relacionamento entre os países comunitários havia sido uma exigência de França para a sua participação no processo de integração europeu, tendo em vista a preocupação daquele país em manter relações privilegiadas com seus territórios e possessões em África. Cf. COMUNIDADES EUROPEAS (1987), *Tratados Constitutivos de las Comunidades Europeas, Tratado de Roma de 25 de Marzo de 1957*.

mesmo tempo, a Europa experimentaria uma fase de forte prosperidade económica. Naquela etapa, os países africanos recém independentes encontravam-se diante da tarefa de construir suas respectivas instituições próprias de governo e promover um desenvolvimento económico em grande parte baseado no sector industrial. Assim, por consequência das transformações políticas ocorridas no continente africano, especialmente entre os territórios dependentes de Bélgica e França, as disposições do *Tratado de Roma* que regiam as relações entre Europa e grande parte de África – e que possuíam forte cariz colonial – não podiam mais ser aplicadas.

Já em 19 de Outubro de 1960, o Conselho da CEE havia declarado intenções de continuar a manter a associação com as distintas regiões de África que porventura dessem início ao seu processo de emancipação política, estabelecendo o dia 31 de Dezembro de 1962 – data prevista para a expiração do convénio que estabelecia relações entre a CEE e os PTU – como limite para a confirmação de medidas que reflectissem este interesse conjunto⁴³. A manutenção da associação entre a CEE e suas antigas colónias em África seria possível graças aos dispositivos do artigo 238 do *Tratado de Roma*, que permitia à Comunidade celebrar acordos de associação que implicassem direitos e obrigações recíprocas, a partir de um modelo de elaboração comum aprovado por todos os interessados⁴⁴. Assim, as sucessivas negociações entre a CEE e uma série de países recém independentes de África culminariam, em 20 de Julho de 1963, na celebração do *Primeiro Convénio de Yaoundé*, nos Camarões.

O *Convénio de Yaoundé* vincularia, por cinco anos, dezoito Estados africanos – os *Estados Africanos e Malgache Associados* (EAMA), todos francófonos, a excepção da Somália – à *Europa dos Seis* (*Anexo C*). Tal acordo estabeleceu 18 zonas de livre comércio (uma para cada um dos EAMA), sob a predominância do princípio da reciprocidade, além de articular programas de cooperação técnica e financeira suportados pelo *Fundo Europeu de Desenvolvimento* (FED) e pelo *Banco Europeu de Investimento* (BEI). O Convénio previa, em seu quarto ano de funcionamento, o exame entre as partes tendo em vista a sua renovação, o que de facto ocorreu para o período 1969-1975, a despeito de relativa contestação no âmbito internacional⁴⁵. A assinatura do *Convénio de Yaoundé* foi importante para a definição do tipo

⁴³ COMUNIDAD ECONÓMICA EUROPEA (1960), “*Decisión del 19 de Octubre sobre las relaciones de la Comunidad con los Países y Territorios que Acceden a la Independencia*”.

⁴⁴ COMUNIDADES EUROPEAS (1987), *op. cit.*

⁴⁵ Como visto, a celebração do *Convénio de Yaoundé* e de seu regime preferencial de comércio seriam mal recebidas por países industrializados não pertencentes à CEE, o que contribuiu para a sua contestação junto ao GATT. Em adição, o movimento de países em desenvolvimento mostrar-se-ia cada vez mais intenso no âmbito de foros internacionais como a UNCTAD e o G-77, que advogavam uma actuação conjunta em prol de interesses comuns às regiões periféricas, tais como a estabilização dos preços de importantes *commodities*, a maior abertura comercial aos fluxos internacionais de matérias-primas e o estabelecimento de ajudas financeiras

de relação que se estabeleceria entre Europa e África no âmbito das dinâmicas *Norte-Sul*. Instituiu-se um sistema preferencial de âmbito económico e geográfico, que envolveria ajudas provenientes de fundos orçamentais europeus e dotado de instituições com a representação de todas as partes signatárias (além de um *Conselho de Associados* e de uma *Comissão Parlamentar* – responsáveis pela execução e elaboração de resoluções –, o Convénio previa a existência de uma *Corte Arbitral* para resolver desavenças entre as partes aderidas ao acordo). Tal formato serviria de base para a assinatura da *Convenção de Lomé* entre a CEE e os primeiros 46 países ACP em 1975, em um ambiente marcado por tensões nas negociações entre o *Norte* e o *Sul* globais.

A primeira convenção de Lomé marcou igualmente uma mudança capital. O conflito israelo-árabe e o grande “choque petrolífero” que se seguiu mudaram logo a conjuntura mundial. Este período foi também um período de pessimismo profundo no Ocidente. Os “Golden Sixties” tinham permitido acabar o mal-estar social, político e económico, e a formação dum cartel único, a OPEP, parecia o fim da supremacia económica do Ocidente, baseada na indústria. Não era irrealista rezear que o que tinha acontecido para o petróleo, pudesse igualmente reproduzir-se para outros produtos de base, particularmente o açúcar, o urânio, o café e o cacau. O Sul parecia em condições de exercer o poder económico no domínio de produtos de base. (KENIS, 1991: 26).

Com a assinatura, em 22 de Janeiro de 1972, das actas de adesão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca à CEE, retomaram-se os diálogos relativamente à inclusão dos países da *Commonwealth* no âmbito de um acordo mais amplo aos moldes de *Yaoundé*⁴⁶. Verificar-se-ia uma resistência inicial entre os Estados africanos não pertencentes aos *Convénios de Yaoundé*. Até então mais preocupados com os processos de negociação global envolvendo a liberalização do comércio de matérias-primas, tais países mostrar-se-iam receosos quanto ao carácter supostamente “neocolonialista” da proposta da CEE (RODRÍGUEZ, 2004). Porém, diante das dificuldades de se alcançar um acordo em escala mundial, seriam intensificados os

institucionalizadas na esfera da ONU. No entanto, diante do pouco êxito quanto ao alcance de tais reivindicações – e dada a vontade da CEE em manter a continuidade da associação –, os EAMA manifestariam interesse na renovação dos dispositivos de *Yaoundé*, sendo assinada a sua segunda versão em 29 de Julho de 1969.

⁴⁶ Desde a suspensão das negociações de adesão do Reino Unido à CEE, em 1963, discutia-se a inserção de países da *Commonwealth* – de estruturas económica e produtiva comparáveis aos EAMA – a convénios semelhantes aos de *Yaoundé*. De facto, chegariam a ser celebrados, entre 1966 e 1968, convénios (*Acordos de Lagos e Arusha I e II*) voltados à aproximação comercial da CEE à Nigéria e aos Estados da *Comunidade da África do Este*, sem nunca, no entanto, serem efectivamente postos em prática.

contactos entre a *Organização da Unidade Africana* (OUA) e os países europeus⁴⁷. Desta forma, iniciar-se-ia, em 17 de Outubro de 1973, um longo e difícil processo de negociação tendo em vista a criação de um futuro acordo de cooperação comercial. Após 18 meses de conversações, suspensões do diálogo e retomadas do processo, seria assinada na capital do Togo, em 28 de Fevereiro de 1975, a *Primeira Convenção de Lomé* entre os 9 países da CEE e outros 46 Estados distribuídos entre África, Caraíbas e os territórios insulares do Pacífico⁴⁸.

A *Convenção de Lomé* foi resultado de um acordo intermediário entre a proposta da CEE e dos países ACP. Tomou a forma de uma estrutura bipolar – voltada ao comércio e à ajuda ao desenvolvimento – baseada em um regime de preferências comerciais não-recíprocas, com a vigência de cinco anos (1975 a 1980). No âmbito do regime geral de trocas de *Lomé* – estabelecido entre os artigos 2 e 11 da Convenção –, os produtos originários dos Estados ACP entrariam na CEE isentos de tributação alfandegária, desde que tal tratamento não fosse mais favorável que aquele dispensado aos demais países comunitários. Tais produtos também não seriam sujeitos a restrições de carácter quantitativo, salvo no caso de seus géneros estarem sob regramentos específicos, tais como os da PAC. Nos demais casos, a CEE asseguraria um regime de importação mais favorável que o aplicado aos mesmos produtos provenientes de países terceiros beneficiários da *cláusula da nação mais favorecida*⁴⁹. Em resposta, em seus intercâmbios com a CEE, os países ACP não poderiam exercer discriminação entre os Estados membros, devendo-lhes conceder um tratamento não menos favorável que o regime aplicado à *nação mais favorecida*.

⁴⁷ Aquando da realização da Cimeira da OUA, entre 27 e 28 de Maio de 1973, os ministros de comércio dos países membros confirmariam o interesse em iniciar negociações “bloco a bloco” com a CEE tendo em vista a celebração de um convénio de cooperação e desenvolvimento. Diante de uma proposta (o Memorando *Denieu*) apresentada pela Comunidade em Abril daquele ano – que visava estender, com pequenas modificações, os dispositivos de *Yaoundé* a um número mais amplo de países africanos, caribenhos e insulares do Pacífico –, a OUA defenderia uma convenção mais ousada, dando destaque a não reciprocidade de vantagens comerciais e tarifárias, em benefício dos países ACP; supressão de direitos de aduana comunitários para produtos transformados ou não, cobertos ou não pela Política Agrícola Comum (PAC); garantia de preços estáveis aos bens exportados ao mercado europeu; aumento da ajuda financeira aos países associados com a participação dos países ACP na gestão do FED. Seria esta a proposta levada pelos ACP à *Conferência Intergovernamental de Bruxelas*, ocorrida entre os dias 25 e 26 de Julho de 1973, com vistas a verificar a viabilidade das negociações entre a CEE e aquelas regiões em desenvolvimento. Cf. Heredia (1985: 126-127).

⁴⁸ Para verificar a evolução no número de Estados signatários da Convenção ao longo de suas sucessivas renovações, consultar o *Anexo D* deste trabalho.

⁴⁹ Porém, o artigo 4 da Convenção estabelecia que poderiam ser impostas restrições a importações, exportações ou ao trânsito de mercadorias em casos motivados por questões de “moralidade, ordem e segurança públicas, proteção à saúde humana, animal ou vegetal, bem como a tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico, além de protecção à propriedade comercial e industrial” (*tradução nossa*). Cf. *The Courier*, “The Complete Text of the Lomé Convention”, n.º. 31, March 1975, p. 42.

No contexto do regime geral de trocas de *Lomé*, adquiriria especial importância o conceito de *produto originário*. De acordo com o Protocolo n.º 1 da Convenção, considerar-se-iam *produtos originários* aqueles totalmente obtidos em um ou vários países ACP, tais como minérios extraídos de seus respectivos solos ou mares, animais nascidos e criados em território dos ACP, produtos vegetais ali colectados ou cultivados, mercadorias regionalmente fabricadas a partir de produtos também provenientes dos Estados ACP. Também seriam considerados *originários* aqueles bens objecto de transformação nos países ACP e que contivessem produtos obtidos no âmbito da CEE ou de seus territórios ultramarinos⁵⁰. Por fim, o artigo 5 do referido Protocolo exigia que tais produtos, em seus translados desde os países ACP até a CEE, não poderiam tocar um território distinto às partes contratantes da Convenção, salvo em casos de limitações geográficas, necessidades de transporte ou de força maior mediante justificação⁵¹.

Para além do regime geral de trocas, a Convenção previa protocolos especiais para produtos como bananas, rum, carne bovina e açúcar provenientes dos Estados ACP, visando garantir o abastecimento regular da CEE, o compromisso de compra de quantidades específicas ou a importação a valores que evitassem a excessiva flutuação de preços. Quanto a este último aspecto, a *Convenção de Lomé* disporia de um mecanismo ampliado de protecção aos preços de *commodities*, o *Sistema de Estabilização das Rendias de Exportação* (STABEX). As exportações cobertas pelo STABEX seriam aquelas provenientes de uma lista específica de produtos dos países ACP (*Anexo E*) e destinados à CEE que tivessem sofrido uma deterioração excessiva de seus preços em um dado período de tempo⁵². As quantias transferidas, salvo nos casos dos Estados ACP menos desenvolvidos, teriam que ser restituídas ao FED (sua fonte pagadora) nos cinco anos seguintes ao recebimento da transferência, sem a incidência de taxas de juros. Todavia, a partir de 1990, com a celebração

⁵⁰ *The Courier, idem.*

⁵¹ A excessiva rigidez das *normas de origem* foi objecto de constantes críticas por parte dos Estados ACP. Ao longo das sucessivas renovações da Convenção, tais normas seriam flexibilizadas, sendo permitida, após *Lomé III*, a admissão de até 5% de componentes não-originários nos produtos dos ACP (após *Lomé IV*, tal admissão foi elevada para 10%) (RODRÍGUEZ, 2004: 149).

⁵² Diante de uma queda excessiva nos preços internacionais do produto em questão, o artigo 17 da Convenção garantia ao Estado ACP prejudicado a demanda junto à Comissão da CEE de uma transferência financeira no caso de seus ganhos efectivos procedentes daquela exportação serem inferiores, ao longo de um ano corrente, em ao menos 7,5% do *nível de referência* (ou em 2,5% para Estados ACP menos desenvolvidos, sem litoral ou insulares). O *nível de referência* seria calculado para cada Estado ACP e para cada produto, como a média das receitas de exportação dos quatro últimos anos. A diferença entre o *nível de referência* e o ganho efectivo constituiria a *base de transferência* a partir da qual a Comissão, em contacto com o país solicitante, estabeleceria uma *convenção* para a transferência do recurso. Cf. *The Courier, op.cit.*, p. 26.

de *Lomé IV*, seria eliminada a obrigação de restituição dos recursos transferidos pelo STABEX. Para o período de vigência da Convenção, estaria a disposição do STABEX uma quantia ao redor de 375 milhões de u.c.⁵³, a serem geridos pela Comissão da CEE. Países e territórios ultramarinos sob a soberania dos Estados membros da CEE também poderiam beneficiar-se do STABEX.

A *Convenção de Lomé* também previa a disposição de recursos por meio do FED e do BEI para operações de cooperação financeira e técnica com os Estados ACP. Ofertados por meio de empréstimos a baixas taxas de juros e maiores prazos de carência, estariam geralmente destinados ao fomento de projectos industriais, de exploração mineral e turismo, bem como à capacitação de mão-de-obra. Para o período de vigência da Convenção, seriam destinados aproximadamente 3.015 milhões de u.c para operações de empréstimo, subvenções e capacitação técnica no âmbito dos países ACP⁵⁴. Tais recursos e acções eram geridos com o auxílio da estrutura institucional criada pelos dispositivos de *Lomé*. Herdeira da experiência de gestão colegiada de *Yaoundé*, a Convenção estabeleceu três instituições de diálogo e administração do acordo: o *Conselho de Ministros* (com funções de carácter político), assessorado por um *Comité de Embaixadores* (sua esfera diplomática) e uma *Assembleia Consultiva* (órgão parlamentar).

Caberia ao *Conselho de Ministros* a formulação de resoluções e directrizes referentes à Convenção, sendo o órgão máximo de consulta quanto à solução de diferenças de interpretação relativas aos dispositivos de *Lomé*. Era formado, de uma parte, por membros do Conselho e da Comissão da CEE e, por outra, por um representante de cada um dos Estados ACP, devendo reunir-se ao menos uma vez ao ano, sendo sua presidência alternada entre os dois grupos de países. Caberia ao *Comité de Embaixadores* assistir ao Conselho, executando mandatos confiados por esta instituição. Seria formado por representantes de cada Estado membro da ACP e da CEE (além de um membro da Comissão da CEE). Por fim, a *Assembleia Legislativa* seria formada por parlamentares provenientes do Parlamento Europeu

⁵³A *Unidade de Conta Europeia* (u.c.) foi uma unidade de conta usada pela *Comunidade Europeia* a partir de 1975. Sua composição era estabelecida mediante a participação proporcional das nove moedas dos países comunitários (levando-se em conta critérios como a participação das divisas no comércio intracomunitário e o PIB dos respectivos Estados), estando tal unidade monetária cotada em US\$ 1,29, em 12 de Fevereiro de 1975. Foi substituída pela *Unidade Monetária Europeia* (ECU) em 1979. Cf. COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, *Information Directorate-Generale*, “The Units of Account as a Factor of Integration – Information 87/75”, [1975?], p. 7.

⁵⁴*The Courier*, *op.cit.*, p. 32. Ao longo das renovações da *Convenção*, tais volumes de recursos sofreriam as seguintes evoluções aproximadas: 4.980 milhões de u.c. (*Lomé II*), 7.575 milhões de u.c. (*Lomé III*), 10.500 milhões de u.c. (*Lomé IV*) e 12.825 milhões de u.c. (*Lomé IV-revisado*) (RODRÍGUEZ, 2004: 167, 170 e 172).

e por representantes designados pelos Estados ACP, exercendo funções relacionadas à intermediação entre os signatários e suas respectivas comunidades. Os principais âmbitos e instrumentos de cooperação estabelecidos pela *Convenção de Lomé* podem ser vistos de maneira esquemática por meio do *Anexo F* deste trabalho.

A celebração da *Segunda Convenção de Lomé*, em 31 de Outubro de 1979 – para a vigência de mais cinco anos –, foi marcada por uma menor expectativa em relação ao seu original⁵⁵. De qualquer modo, o novo Acordo tornou a cooperação mais profunda, estendendo o regime preferencial a um maior número de produtos agrícolas, estabelecendo aumentos no volume de carne bovina exportável e ampliando a lista de bens básicos protegidos pelo STABEX, bem como o volume de recursos para tal sistema⁵⁶. A inovação mais destacável no âmbito de *Lomé II* foi a criação do *Sistema de Mineração* (SYSMIN), instrumento de financiamento especial destinado à garantia da capacidade de produção e de fornecimento de uma série de minerais estratégicos para o mercado europeu⁵⁷. Para o período de vigência desta segunda Convenção, estariam disponíveis 280 milhões de u.c. no âmbito do SYSMIN⁵⁸. De qualquer modo, os impactos da conjuntura económica mundial sobre a CEE, naquele período, contribuiriam para a renovação da Convenção em termos pouco ousados.

⁵⁵ Após a assinatura da Convenção, o chefe da delegação europeia para as negociações de cooperação comercial, Jean Durieux, seria sincero: “Como qualquer acordo alcançado depois de longas e difíceis negociações, Lomé II é um compromisso que não satisfaz integralmente ambas as partes.” Porém, o parlamentar francês afirmaria que a própria celebração do acordo seria surpreendente, tendo em vista o “ambiente internacional desfavorável que devastou a maior parte das negociações entre o Norte e o Sul e lançou uma sombra sobre as previsões económicas e sociais da CEE.” Por outro lado, Bernard St. John, presidente do conselho de ministros dos ACP, salientaria que “nós dos ACP não poderíamos escapar do sentimento de profunda frustração quanto às legítimas reivindicações por livre acesso de nossos produtos agrícolas [...] ao mercado europeu e por uma maior liberalização na estrutura das regras de origem para os nossos produtos semi-processados” (*tradução nossa*). Cf. *The Courier*, nº. 58, November 1979, *passim*.

⁵⁶ Os aumentos de recursos disponíveis para o STABEX ao longo das renovações da *Convenção* foram de 550 milhões de u.c. (*Lomé II*), 925 milhões de u.c. (*Lomé III*), 1.500 milhões de u.c. (*Lomé IV*) e 1.800 milhões de u.c. (*Lomé IV-revisado*). (RODRÍGUEZ, 2004: 154).

⁵⁷ Resultado da pressão dos Estados ACP e de importantes economias industriais europeias (RFA, Bélgica e Países Baixos), o SYSMIN possuiria um funcionamento parecido ao do STABEX. Poderia ser accionado pelos países ACP que, durante os quatro anos anteriores à solicitação do recurso, tivessem obtido ao menos 15% de seus ingressos graças à exportação à CEE dos minérios então listados e que tivessem registado uma queda de ao menos 10% em suas capacidades de produção ou exportação. Os recursos estariam disponíveis sob a forma de empréstimos com prazos de pagamento de até 40 anos e carências de até 10 anos, a juros de 1% a.a. (após 1990, os recursos do SYSMIN foram transformados em subvenções sem necessidade de reembolso). Os minérios inseridos na lista da Segunda Convenção eram o cobre, o cobalto, os fosfatos, o manganês, a bauxita, o alumínio, o estanho, a pirita e o minério de ferro (em *Lomé IV*, o SYSMIN também estaria disponível para a exploração de urânio e ouro). Cf. Rodríguez (2004: 157-160).

⁵⁸ *The Courier*, “Safeguarding and Developing Mineral Production”, nº. 58, November 1979, p. 30.

A Comunidade, com um alto desemprego e uma crescente inflação – e ante o custo da Política Agrícola Comum, a incerteza ocasionada pelos primeiros passos do Sistema Monetário Europeu, as pressões do Reino Unido para que se revisasse o Orçamento Europeu e a provável incorporação da Grécia –, advogava pela continuidade do *Sistema* criado sob Lomé I, aceitando tão-somente leves *retoques* para introduzir disposições que assegurassem o respeito aos *Direitos Humanos* e à protecção dos investimentos e de condições mínimas de trabalho. (RODRÍGUEZ, 2004: 133-134; *tradução nossa*).

De facto, a inclusão de cláusulas especiais relacionadas aos direitos humanos foi um ponto de constante enfrentamento na esfera das Convenções de *Lomé II* (1979-1985), *Lomé III* (1985-1990) e *Lomé IV* (1990-2000)⁵⁹. No âmbito da cerimônia de assinatura de *Lomé II*, o representante dos países ACP, Bernard St. John, consideraria desnecessária a inclusão de uma cláusula especial quanto à defesa dos direitos humanos. Porém, em *Lomé III*, os Estados ACP finalmente concordariam com a redação do preâmbulo da Convenção contendo a reafirmação de adesão aos princípios da ONU quanto à defesa dos direitos humanos e à igualdade de direitos entre homens e mulheres, após a CEE condenar, em declaração conjunta, o regime de *apartheid* sul-africano⁶⁰. Finalmente, no âmbito de *Lomé IV*, seria incorporada uma cláusula de suspensão de ajuda em caso de violação dos direitos humanos ou de não respeito aos princípios do Estado Democrático de Direito por parte dos Estados ACP.

As sucessivas Convenções de Lomé sempre sofreram críticas quanto ao carácter de suas estruturas, voltadas ao estímulo de sectores fornecedores de minerais estratégicos e géneros tropicais à Europa. Seus dispositivos de protecção de preços, segundo seus críticos, visariam antes salvaguardar a capacidade de fornecimento de insumos ao mercado europeu, em detrimento do desenvolvimento das economias dos Estados ACP. Como consequência, Lomé dispunha de poucos mecanismos de fomento à transformação industrial de matérias-primas podendo, muitas vezes, desestimulá-la. As limitações apontadas por Carmen Rodríguez (2004) aos dispositivos de *Lomé II* seriam igualmente válidas para as Convenções posteriores:

[...] a segunda Convenção de Lomé voltou a suscitar, igual a sua predecessora, críticas que a qualificavam de impulsora do clientelismo político e económico dos Estados ACP com relação à Comunidade Europeia. Foi acusada de ser a causa da divisão entre os países em desenvolvimento,

⁵⁹ Atendendo a uma velha reivindicação da CEE, *Lomé IV* teria o seu prazo de vigência estabelecido em 10 anos, devendo o seu *Protocolo Financeiro*, no entanto, ser renovado e aprovado para dois períodos (1990-1995 e 1995-2000), o que dividiu a conceituação da *Quarta Convenção de Lomé* em “*Lomé IV (1990-1995)*” e “*Lomé IV-revisada (1995-2000)*” (RODRÍGUEZ, 2004: 140-141).

⁶⁰*The Courier*, “In the end, the dictates of mutual self-interest and interdependence which characterize ACP-EEC economic relations prevailed”, n.º. 89, January-February 1985, p. 4.

de ser muito rígida e pouco adequada às distintas relações entre os signatários, e de não contribuir realmente para o alcance da *Nova Ordem Económica Internacional*. Mais uma vez, o ponto mais débil da Convenção era a escassez relativa de recursos financeiros de que dispunha dado o maior número de países beneficiários e o estado das economias às quais se dirigiam. Porém, o *Sistema Lomé* tomou especial relevância ante a ausência, praticamente total, de projectos que a nível mundial tentassem aliviar a extrema pobreza que sofria, no momento da assinatura desta segunda Convenção, dois terços da população mundial. (RODRÍGUEZ, 2004: 191; *tradução nossa*).

De facto, a importância da manutenção dos dispositivos de *Lomé*, diante da rigidez nas discussões relativamente à criação de mecanismos de desenvolvimento globais, seria constantemente celebrada pelos representantes da CEE. Após a assinatura da *Terceira Convenção de Lomé*, em Dezembro de 1984, Gaston Thorn, Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, salientaria a importância da cooperação ACP-CEE, argumentando que o “diálogo Norte-Sul” encontrava-se “paralisado pelo egoísmo dos grandes poderes” diante da “falta de imaginação e da ausência de vontade” verificada na *VI Sessão da UNCTAD*, ocorrida entre Junho e Julho de 1983, em Belgrado, sendo *Lomé* “o exemplo mais completo de como o Diálogo Norte-Sul sempre deveria ser” (*tradução nossa*)⁶¹. Porém, tal visão não seria completamente compartilhada por outros parceiros na esfera das relações ACP-CEE. Demonstrando insatisfação quanto aos avanços parciais dos dispositivos de *Lomé*, o Presidente togolense Gnassingbé Eyadéma, salientaria:

Para nós, outra ideia auspiciosa é a criação de um Fundo Especial sob a autoridade do Banco Mundial, destinado ao estímulo das economias dos países africanos em maiores dificuldades, e os nossos parceiros europeus deveriam encorajar isto. Neste mundo de egoísmo e falta de compreensão, onde a voz dos pobres está longe de ser ouvida, os países do Terceiro Mundo devem começar por confiar em seus próprios esforços. Se por meio da Convenção de Lomé estamos dando uma mão a nações mais dotadas que nós, parece-me que a outra deve ser dada aos nossos irmãos que se encontram na mesma situação que nós mesmos. Com isto quero dizer que devemos investigar formas e meios de intensificar a cooperação Sul-Sul e, particularmente, entre os ACP. (*tradução nossa*)⁶².

Desta forma, nem mesmo os dispositivos da *Convenção de Lomé* pareciam alheios a um processo mais amplo de conexões produtivas geradas por uma divisão ampla da produção mundial. Ao contrário, fortaleciam e, inclusive, representariam de forma esquemática a

⁶¹ *The Courier*, “A Sense of Responsibility”, n.º. 89, January-February 1985, p. 9.

⁶² *The Courier*, “At the Signing Ceremony”, n.º. 89, January-February 1985, p. 14.

composição de um *sistema interestatal* baseado na relação económica entre centros e periferias.

4. Análise das trocas comerciais entre as regiões seleccionadas das costas atlânticas de África, América do Sul e Europa

4.1. Apresentação geral

A presente investigação está voltada à análise do comércio internacional entre os anos de 1970 e 2000, levando-se em conta dois grandes eixos de trocas projectados a partir do comércio de África com a América do Sul e a Europa. Uma série de trabalhos ligados ao tema indica a existência de visões distintas quanto às chamadas cooperações *Norte-Sul* e *Sul-Sul*. Nestes debates, por vezes são apresentados argumentos salientando a existência de um carácter mais cooperativo no âmbito das relações *Sul-Sul*, comparativamente aos canais de relação *Norte-Sul*, supostamente marcados por maiores assimetrias decisórias e condicionalidades comerciais (SÁ E SILVA, 2010; SIMPLÍCIO, 2010).

Por outro lado, também se observam críticas no que diz respeito à cooperação *Sul-Sul*, apontando sua incapacidade de ultrapassar a tradicional dinâmica que rege as relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (DAVIES, 2010). A cooperação *Sul-Sul* também poderia estar “motivada não por caridade, mas por vínculos econômicos e comerciais mútuos, incluindo o acesso a recursos naturais cada vez mais escassos”, o que, dadas as diferenças crescentes entre os países em desenvolvimento, seria passível de contribuir para a formação de um “Sul dentro do Sul” (LADD, 2010: 5-6). Ao estimular a liberação do comércio em favor de países exportadores em desenvolvimento, a cooperação *Sul-Sul* nem sempre se mostraria consciente dos impactos negativos causados aos parceiros mais frágeis, dependentes do acesso aos seus próprios mercados (KWA, 2010). Neste sentido, o estudo visa concentrar-se em um período em que a aproximação entre os países em desenvolvimento começa a se tornar mais intensa. Buscou-se, por meio de uma contribuição pontual, verificar se esta fase de aproximação entre América do Sul e África já indicava uma dinâmica distinta daquela que se observaria entre este último continente e a Europa.

Para além das séries históricas referentes aos fluxos comerciais entre os países, o trabalho também se voltou, ao longo do terceiro capítulo, a uma pesquisa documental que permitiu maior entendimento do ambiente de disputa que envolvia as negociações comerciais do pós-Segunda Grande Guerra. Apesar da existência de regiões com distintos graus de complexidade económica, aquele período seria marcado por um forte processo de integração do comércio mundial. Esta situação pôs em destaque o fenómeno da hierarquização de

actividades produtivas, manifestado por meio da diversidade de *cadeias mercantis* que formariam o histórico comércio em longas distâncias, tão caro à abordagem dos *sistemas-mundo*. Neste sentido, os países localizados às duas margens do Atlântico Sul oferecem uma interessante oportunidade de observação. Eles permitem estudar a dinâmica das relações comerciais de um conjunto de países periféricos africanos em relação a parceiros provenientes das Américas e da Europa.

4.2. Aspectos metodológicos

4.2.1. O problema da investigação

O *problema da investigação* tomou a forma de uma pergunta. O carácter comparativo do trabalho levou em conta três regiões continentais – África, América do Sul e Europa – nas quais foram seleccionados conjuntos de países de destacada importância económica. Foram eles, para África: Angola, Nigéria e República da África do Sul (as três maiores economias da costa atlântica africana); para a América do Sul: Argentina e Brasil (tendo em vista que o Uruguai, o terceiro país atlântico do continente, possuía reduzidas relações comerciais com África); e para a Europa: França, Reino Unido e RFA (os principais parceiros comerciais europeus do continente africano ao longo do período estudado)¹. Assim, o termo “países seleccionados” utilizado na pergunta operacional refere-se a estes oito países, organizados em seus respectivos blocos continentais. A pergunta formulada foi:

A repartição dos ganhos comerciais e a respectiva distribuição dos tipos de produtos intercambiados entre os países sul-americanos e africanos seleccionados seguiram, ao longo dos anos de 1970 e 2000, a mesma dinâmica verificada nas relações entre os países europeus e africanos seleccionados?

Desta maneira, o *problema da investigação* deu atenção a duas variáveis principais: 1) *repartição dos ganhos comerciais*; 2) *tipo de produtos transaccionados*.

A *repartição dos ganhos comerciais* visou identificar o carácter da distribuição dos *superavits* entre os países seleccionados. Tratou-se de verificar se, nos dois grupos de países,

¹ Em 1970, Angola, Nigéria e África do Sul representavam, juntos, 68,37% do PIB da costa atlântica africana (formada pelas regiões ocidental, central e austral do continente), sendo responsáveis por 62,46% das exportações da região. Para o mesmo ano, Argentina e Brasil representavam 59,74% do PIB sul-americano, responsabilizando-se por 38,7% das exportações da região. França, Reino Unido e a RFA representavam 53,15% do PIB das *Economias Desenvolvidas da Europa*, representando 46,07% das exportações do continente. Cf. *UNCTAD's Statistical Database*.

as maiores economias proporcionaram aos parceiros menores uma fonte de dinamismo no que diz respeito ao saldo comercial. Tal informação pôde ser captada por meio da *balança comercial*, parte referente ao registo geral do *balanço de pagamentos* de um país². A existência de acordos de cooperação e de preferência comercial entre os países pode estar relacionada aos ganhos advindos de relações económicas mais próximas (BAUMANN, 2009). Custos de transação mais baixos poderiam estimular o comércio e o investimento, garantindo a exploração de mercados mais amplos. Na celebração de acordos deste tipo, poder-se-ia verificar a presença de uma ou mais economias com potencial significativamente mais expressivo que os demais parceiros. Para Baumann (2009), isto poderia ser positivo. A capacidade de consumo dos parceiros de destaque seria capaz de demandar, em maior volume, as exportações dos demais países, garantindo a produção de *superavits* e disponibilizando recursos para investimentos. A contrapartida seria o benefício de mercados seguros para produtos com maior valor agregado. Por outro lado, as assimetrias produtivas entre os parceiros também poderiam ser prejudiciais nos casos em que as menores economias carecessem de competitividade para exportação. Tais desequilíbrios comerciais, quando repetitivos, seriam fortemente negativos a cooperações de longo prazo.

A *tipificação dos produtos transaccionados*, por sua vez, possibilitou a verificação da natureza e do grau de diversificação dos produtos comercializados entre os países seleccionados. Tal informação pôde ser adquirida graças às listas de bens intercambiados, disponíveis por meio do acesso às bases de dados utilizadas no estudo. Sob a perspectiva dos países africanos, tratou-se de identificar de que maneira as relações comerciais com a costa sul-americana e a Europa propiciaram uma maior diversidade na qualidade dos produtos exportados. Tradicionalmente, identifica-se a economia africana como herdeira das antigas relações comerciais que envolveram, ao longo da primeira metade do século XX, aquele continente e suas antigas metrópoles. Desta forma, suas economias continuariam especializadas no atendimento às necessidades de matérias-primas das regiões centrais do capitalismo mundial, possuindo limitada capacidade de diversificação produtiva (CHAMBERLAIN, 1997; LÓPEZ, 2001). Tal situação contribuiria para a falta de estímulo à

² O *balanço de pagamentos* de um país é um resumo contábil das transacções económicas feitas com o resto do mundo, durante determinado intervalo temporal. Com base neste balanço é possível avaliar a situação económica de um país e, por consequência, a sua respectiva *balança comercial*. A balança comercial inclui a relação das exportações e importações de mercadorias realizadas por uma economia. Para o estudo proposto, considerar-se-á o registo da balança FOB (*free on board*), em que gastos com fretes e seguros de transportes não estão incluídos nas despesas relativas ao valor das mercadorias (evitando-se assim o registo CIF – *cost, insurance and freight*). O saldo da balança comercial é obtido por meio da diferença entre os valores monetários das exportações e importações realizadas.

modernização das economias locais, tornando-as dependentes dos ciclos de demanda dos mercados de *commodities*, estabelecidos internacionalmente e de pouco controlo por parte dos países fornecedores (FOREMAN-PECK, 1995).

Acordos como os de *Lomé* salientavam a possibilidade de maior agregação de valor aos produtos africanos por meio de acções e programas de investimentos voltados à modernização produtiva, sem deixar de garantir mercado para as tradicionais vendas de *commodities*. Desta forma, a *tipificação dos produtos transaccionados* possibilitou verificar o grau de diversificação da exportação dos países escolhidos e, por consequência, a participação de matérias-primas, produtos acabados e industrializados nas vendas africanas destinadas a Europa. Tal classificação também foi importante para o estudo das relações entre os países africanos e sul-americanos seleccionados. Não apenas garantindo comparabilidade às relações Europa-África, o acompanhamento do comércio entre as duas margens do Atlântico Sul permitiu verificar se as economias em recente processo de industrialização sul-americanas fomentaram relações de trocas mais diversificadas com os parceiros africanos, ou se reproduziram dinâmicas de intercâmbio que fortaleciam o papel periférico de África enquanto fornecedora tradicional de alimentos, produtos não-acabados e matérias-primas em geral.

4.2.2. Hipótese, objectivos e delimitações operacionais

A hipótese apresentada no presente trabalho possuiu um carácter estritamente orientador. Seu objectivo foi apenas garantir uma direcção de estudo tendo em vista o *problema da investigação* e as variáveis consideradas. A hipótese tomou a seguinte forma:

Entre os anos de 1970 e 2000, a repartição dos ganhos comerciais e a distribuição dos tipos de produtos intercambiados entre os países sul-americanos e africanos seleccionados seguiram uma dinâmica distinta daquela observada nas relações entre os países europeus e africanos seleccionados.

Neste sentido, ter-se-ia observado a seguinte dinâmica:

1º Enunciado: Quanto à repartição dos ganhos comerciais, verificou-se, na relação Europa-África, uma concentração dos superavits entre os países africanos seleccionados, enquanto que, na relação América do Sul-África, observou-se uma concentração dos superavits entre os países sul-americanos seleccionados;

2º Enunciado: Quanto à distribuição dos tipos de produtos intercambiados, verificou-se uma menor participação do sector de alimentos e matérias-primas nas exportações africanas destinadas à costa sul-americana, em comparação às exportações realizadas pelos mesmos países africanos destinadas à Europa.

Ao supor uma diferenciação na dinâmica da repartição dos ganhos comerciais e da distribuição dos tipos de produtos intercambiados entre os grupos, a hipótese desdobrou-se em dois possíveis enunciados. Primeiramente, conjecturou-se que a capacidade de consumo comparativamente maior das economias europeias contribuiu para a formação de *superavits* em território africano. Em adição, a notável coordenação alcançada nas relações comerciais entre Europa e África – graças a acordos baseados em preferências não-recíprocas, como os de *Lomé* – proporcionou melhores condições para a formação de saldos positivos na balança dos países africanos.

Em segundo lugar, ao se conjecturar uma menor participação do sector de alimentos e matérias-primas nas exportações africanas destinadas à costa sul-americana (o que poderia indicar uma pauta mais diversificada de vendas, com maior presença de bens com algum grau de industrialização), foi suposto que a condição semiperiférica da costa atlântica sul-americana não a permitiu exercer uma relação tão assimétrica – comparativamente ao caso europeu – no âmbito da sofisticação tecnológica dos produtos transaccionados. O carácter parcialmente agro-exportador das economias do Atlântico Sul americano não somente estimularia a compra de produtos industrializados – mesmo com menores valores agregados – junto a parceiros alternativos, como também proporcionaria uma maior presença de produtos primários em suas próprias pautas de exportações em direcção a África.

Desta maneira, sob a forma do *objectivo geral*, buscou-se *verificar o carácter da distribuição dos ganhos comerciais entre os países africanos e sul-americanos seleccionados, bem como entre os países africanos e europeus seleccionados, entre 1970 e 2000, classificando o volume transaccionado em distintas categorias de produtos*. Foram definidos, por extensão, os *objectivos específicos* a serem atendidos:

1) Identificar a incidência dos défices/*superavits* comerciais bilaterais entre o conjunto dos países sul-americanos seleccionados com relação aos países africanos seleccionados, entre os anos de 1970 e 2000;

2) Identificar a incidência dos défices/*superavits* comerciais bilaterais entre o conjunto dos países europeus seleccionados com relação aos países africanos seleccionados, entre os anos de 1970 e 2000;

3) Classificar, segundo distintas categorias de produto, o volume das trocas comerciais feitas entre as regiões seleccionadas da América do Sul e de África, entre os anos de 1970 e 2000;

4) Classificar, segundo distintas categorias de produto, o volume das trocas comerciais feitas entre as regiões seleccionadas da Europa e de África, entre os anos de 1970 e 2000.

Por questões operacionais, decidiu-se analisar as variáveis mencionadas com base em intervalos de tempo anuais, entre as datas de 1970 e 2000. A organização dos fluxos comerciais foi feita tendo em vista valores monetários em dólares americanos a preços correntes. O carácter restrito da investigação e o limite temporal para a sua execução também exigiram uma redução do extenso número de dados relativamente às trocas entre os países. Por consequência, para a análise da repartição dos ganhos comerciais, agregou-se o comércio dos três países africanos, assim como dos três países europeus, tendo em vista necessidades de apresentação gráfica. Ao longo da compilação das fontes quantitativas para os países americanos, verificou-se uma limitação quanto aos dados disponíveis para o comércio entre as margens do Atlântico Sul³. Assim, decidiu-se por considerar, para a sua apresentação gráfica, apenas as relações do Brasil com respeito aos três países africanos agregados. De qualquer modo, os dados referentes ao comércio argentino também foram abordados ao longo do texto de análise, estando a sua tabela de detalhamento das trocas com África – assim como a dos demais países seleccionados – disponível no *Apêndice B* do presente trabalho. A “concentração dos *superavits*” em relação ao parceiro comercial foi considerada quando se verificou a incidência de saldos positivos em ao menos mais da metade dos anos apurados para cada grupo ou par de países.

As limitações temporais também exigiram uma solução operacional para a tipificação dos produtos transaccionados. Decidiu-se por restringir tal análise ao conjunto das trocas

³ Para o período de estudo, a base de dados não forneceu informações completas quanto à exportação de Angola e Nigéria em direcção ao Brasil e à Argentina. Para o Brasil, o falta de dados restringiu-se a Angola, com a ausência de registo de apenas 4 anos de exportações. Com relação à Argentina, porém, o hiato somou 22 anos acumulados, para Angola, e 5 anos acumulados, para a Nigéria. Quaisquer conclusões relativamente ao comércio entre Argentina e Angola estariam fortemente limitadas. Por consequência, optou-se por retirar o país platino da análise gráfica agregada, tendo em vista que seu comércio representou (no universo dos dados consultados) pouco mais de 9,5% do total transaccionado entre os países seleccionados nas duas costas do Atlântico Sul. Para maiores detalhes quanto às limitações das fontes utilizadas, consultar o tópico 4.2.3. do presente trabalho.

feitas a cada quinquénio entre os países africanos seleccionados e as principais economias individuais da América do Sul (Brasil) e da Europa (RFA)⁴, cuja apresentação detalhada está disponível, em tabelas, no *Apêndice C* do presente trabalho. A base de dados consultada permite a análise ampla de trocas comerciais em 10 secções de produtos que, por sua vez, subdividem-se em 1.312 partidas básicas usadas para identificar mercadorias segundo níveis de elaboração, materiais utilizados e grau de importância no mercado mundial. Tal disponibilidade de informação permitiria o estudo comparado anual de uma ampla gama de economias localizadas em África, nas Américas e Europa. Porém, apesar de tais informações estarem disponíveis para países como Argentina, França e Reino Unido, suas análises demandariam um tempo além daquele disponível para a elaboração do presente trabalho. A análise da “participação do sector de alimentos e matérias-primas” nas exportações africanas foi feita por meio da agregação das mercadorias contidas nas 10 secções de produtos em duas grandes categorias funcionais: 1- *Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados*; e 2- *Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos*. Consideraram-se como anos de “menor participação do sector de alimentos e matérias-primas” aqueles em que tal categoria detivesse uma presença em proporção inferior a 50% do total do volume monetário transaccionado pelo país.

4.2.3. As bases de dados da investigação

As principais variáveis a serem consideradas terão como fonte de investigação a *United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade)*. Trata-se de uma base electrónica que disponibiliza o acesso aos dados produzidos no âmbito da *Secção de Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias (International Merchandise Trade Statistics Section – IMTTS)*, unidade de investigação pertencente à *Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistics Division – UNSD)*. A IMTTS é responsável pelo desenvolvimento e manutenção das metodologias de pesquisa relativamente ao estudo das *Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias (IMTT)*, que obedecem à

⁴ Tais economias detinham, para seus respectivos conjuntos continentais, participações expressivas no volume de comércio com os países africanos seleccionados: o Brasil foi responsável (no universo dos dados consultados) por cerca de 90,5% do valor monetário exportado aos três parceiros africanos em destaque, enquanto que o comércio alemão representou 42,28% do valor monetário exportado para os mesmos países, entre os três Estados europeus seleccionados. Cf. *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Classificação Padrão para o Comércio Internacional (Standard International Trade Classification – SITC⁵).

A *UN Comtrade* contém estatísticas detalhadas quanto a importações e exportações de mercadorias reportadas pelas autoridades estatísticas de mais de 170 países e regiões (desconsiderando bens em condição de trânsito, ouro monetário e moedas de curso legal). Seu tratamento é feito por meio de séries históricas anuais, iniciadas a partir de 1962 e se estendendo a 2010. As informações enviadas pelas autoridades nacionais são constantemente recebidas pela UNSD, que as compila e padroniza respeitando os regramentos da SITC.

Para o presente estudo, foram consideradas as padronizações relativas à primeira revisão da SITC (*SITC Rev. 1*), ocorrida em 1963 e que dispõe da mais ampla base de dados em relação aos países e período seleccionados⁶. Os valores das mercadorias são convertidos das moedas nacionais para dólares americanos utilizando-se as taxas de câmbio fornecidas pelos países ou por meio de taxas mensais nos mercados cambiais, levando-se em conta o volume de comércio. As quantidades, quando informadas – e havendo a possibilidade –, são convertidas em unidades métricas. O acesso às informações da *UN Comtrade* pode ser feito por meio de sua página electrónica, de modo gratuito ou através de inscrição mediante o pagamento de taxas⁷. A página electrónica disponibiliza dados sob a forma de tabelas de contingência que relacionam países aos produtos ou fluxos comerciais seleccionados (importações e exportações de mercadorias, agregadas ou discriminadas por categorias). Esta será a base de dados considerada para a verificação da *repartição dos ganhos comerciais*

⁵ A SITC é a classificação de produtos comerciais mais difundida internacionalmente para o estudo do comércio exterior (CEPAL, 2004), agrupando as mercadorias em distintas categorias. Seu tratamento permite tomar conhecimento da ampla variedade de bens transaccionados, identificados como produtos alimentícios, matérias-primas, produtos químicos e minerais, maquinaria, materiais de transporte, *etc.*, também possibilitando, dentro dos subgrupos, distinguir graus de elaboração e de origem industrial. Tendo sua primeira versão elaborada em 1950 pela *Comissão de Estatística da Secretaria das Nações Unidas*, a SITC encontra-se hoje em sua 4ª revisão, passível de correspondência com relação às suas versões anteriores. (NACIONES UNIDAS, 2008).

⁶ A *SITC Rev. 1* possui um sistema de classificação com base em dígitos que representam 10 grandes secções de mercadorias: 0 – Produtos alimentícios e animais vivos; 1 – Bebidas e tabaco; 2 – Materiais crus não-comestíveis, excepto combustíveis; 3 – Combustíveis, lubrificantes minerais e produtos conexos; 4 – Óleos e gorduras de origem animal e vegetal; 5 – Produtos químicos; 6 – Artigos manufacturados classificados principalmente segundo o material; 7 – Maquinaria e equipamentos de transporte; 8 – Artigos manufacturados diversos; e 9 – Mercadorias e transacções não-classificadas. Tais secções desdobram-se em sub-classificações de maior especificidade, segundo o número de dígitos, sendo 60 capítulos (00), 177 grupos (000), 625 sub-grupos (0000), e 1.312 partidas (00000). A apresentação do conjunto de secções e capítulos da *SITC Rev. 1* estão disponíveis no *Anexo G* do presente trabalho.

⁷ A base de dados da *UN Comtrade* disponibiliza o acesso gratuito de até 1.000 registos por consulta através de sua página electrónica. Para o acesso a um número superior de registos, bem como a microdados e aos serviços de assistência técnica especializada, é necessário o pagamento de uma assinatura anual, de taxas variáveis em relação às condições de acesso.

entre os países seleccionados. A tipificação dos produtos transaccionados foi feita por meio da agregação das 10 secções da *SITC Rev. 1* a duas grandes categorias funcionais, obedecendo ao seguinte padrão: 1- *Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados (secções 0, 1, 2, 3 e 4)*; e 2- *Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos (secções 5, 6, 7, 8 e 9)*.

Por depender da informação voluntariamente disponibilizada por distintos países, a base de dados possui limitações. Nem todos os países reportam anualmente as suas estatísticas comerciais à UNSD. Por critérios de confidencialidade, os detalhamentos relativos ao comércio total entre parceiros também podem ser omitidos pelas autoridades estatísticas governamentais. Por consequência, para alguns casos, os valores reportados podem não representar a integridade do comércio realizado por um país ou conjunto de países. Em adição, o processo de conversão cambial, a actualização das informações para classificações mais recentes e os descontos dos custos CIF podem gerar pequenas variações – para cima ou para baixo – quanto ao valor monetário total informado e o somatório das vendas por secção. A *UN Comtrade* não possui estimativas para o percentual de registos sujeitos a tais variações no âmbito do universo total de seus dados. Porém, para o conjunto do comércio analisado pelo presente trabalho, a porcentagem de variação entre o valor monetário total e o somatório das vendas por secção foi da ordem de 0,075%. Para evitar maiores variações quanto aos valores registados, decidiu-se considerar os dados de exportação e importação reportados pelas autoridades estatísticas europeias e sul-americanas em relação ao comércio com África⁸.

Por fim, cabe destacar que informações gerais quanto ao conjunto das transformações económicas do período estudado – apresentadas ao longo dos capítulos anteriores e parcialmente utilizadas no tópico 4.3.1., introdutório à apresentação dos resultados – foram consultadas por meio de outra base de dados electrónica: a *UNCTAD's Statistical Database*. Por meio desta base de informações, a UNCTAD compila, processa e valida dados colectados de fontes nacionais e internacionais referentes a relações comerciais, volumes de investimentos realizados, fluxos financeiros internacionais e demais indicadores relativos ao desenvolvimento regional (tais como PIB agregado e *per capita*, taxas de nações mais favorecidas, movimentos migratórios, transporte marítimo de mercadorias). Tais informações estão disponíveis para diferentes recortes temporais, no âmbito de margens históricas que se

⁸ A *UN Comtrade* permite a análise das trocas comerciais a partir da posição de quaisquer dos países registados. Porém, os dados reportados pelos países africanos seleccionados possuem grandes interrupções de tempo, o que não permitiria um estudo com o intervalo temporal ora definido. Assim, decidiu-se consultar os dados reportados pelas autoridades africanas apenas nas situações em que eles pudessem complementar a ausência de informações por parte do parceiro extra-continental, cujos casos foram devidamente informados nas tabelas contidas no *Apêndice B* deste trabalho.

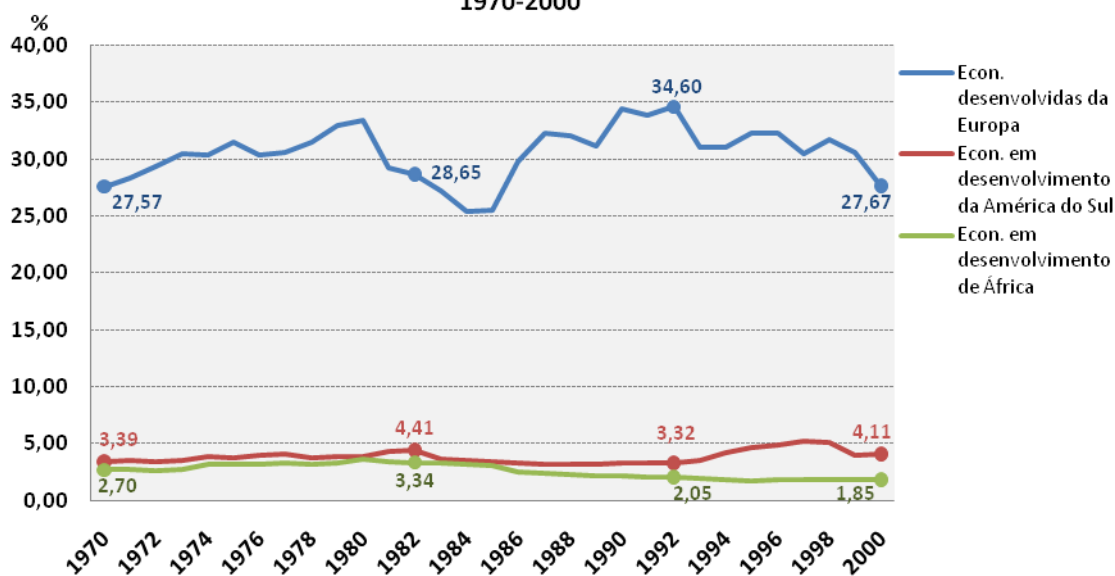
estendem entre 1948 e 2010. As informações recebidas pela *UNCTADStat* também são compiladas e harmonizadas em uma plataforma comum, por meio de séries históricas anuais, por país ou conjunto de países. Tais informações são actualizadas periodicamente e estão disponíveis de modo gratuito por meio da página electrónica da *UNCTADStat*.

4.3. Resultados

4.3.1. Breve exposição introdutória: as regiões seleccionadas e suas relações com algumas variáveis referentes à economia mundial

Como visto ao longo do segundo capítulo, os períodos de expansão e de retracção da economia mundial – vividos ao longo da segunda metade do século XX – atingiram desde as regiões centrais até as zonas periféricas do sistema capitalista. Seus impactos, no entanto, não provocaram grandes modificações na hierarquia económica das regiões estudadas. O acompanhamento de determinadas variáveis possibilita uma melhor percepção das diferenças entre as economias de África, América do Sul e Europa ao longo dos anos entre 1970 e 2000. O exame da participação destas regiões no PIB mundial permite verificar não apenas uma clara diferenciação da importância de seus países na composição da riqueza global, como também uma forte estabilidade do peso económico de cada um de seus blocos continentais, ao longo dos 31 anos abarcados pelo estudo.

Gráfico 1: Participação percentual das regiões seleccionadas no PIB mundial
1970-2000

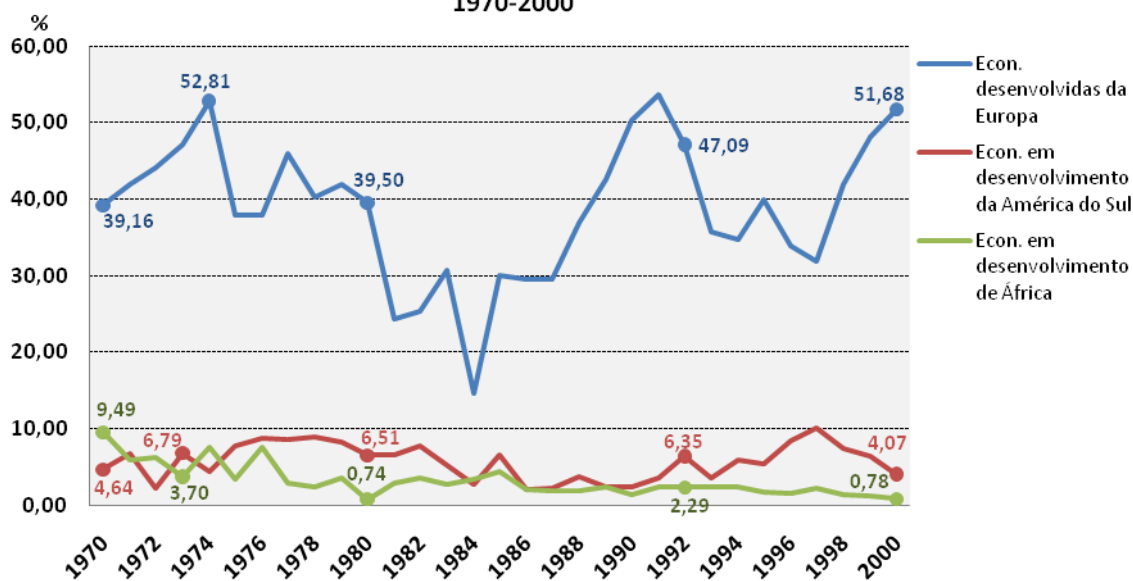


Fonte: UNCTAD's Statistical Database (2011)

A participação das *economias desenvolvidas da Europa* na composição do PIB mundial foi crescente entre 1970 e 1980, quando, neste último ano, representou cerca de 33,41% do produto mundial. Logo após esta data, tais economias diminuíram sua participação, chegando a uma proporção mínima de 25,35% do produto, em 1984. Os anos posteriores experimentaram etapas de recuperação e de retração, nunca ultrapassando as margens entre 25% e 35%. Por fim, tais economias terminaram o período com praticamente o mesmo índice de contribuição ao PIB mundial verificado no princípio do intervalo. As *economias em desenvolvimento de África* e da *América do Sul* cumpriram dinâmicas mais estáveis. Com um peso muito pequeno em relação ao total mundial, a América do Sul teve participações que experimentaram variações entre pouco mais de 3% e 5%, enquanto que África, após 1980, passaria por uma redução de sua participação no PIB mundial, terminando o período com uma presença de 1,85% no produto total.

Ao analisar o processo de acumulação contemporânea, Wallerstein (1987) apontaria a aparente assimetria na distribuição do produto como um fenómeno esperado na esfera do sistema mundial moderno. A permanência, no âmbito das economias de maior destaque, de sectores produtivos com altos níveis de qualificação e capitalização tenderia a automanutenção, uma vez que a economia-mundo recompensaria essencialmente o capital acumulado. Tal processo seria alimentado pelas forças de mercado, que contribuiriam para a manutenção das relações centro-periferia através das distintas cadeias mercantis, por períodos de tempo relativamente longos. Este aparente desequilíbrio na distribuição do produto também se reflectiria na dinâmica da circulação de capitais, concentrados nas zonas centrais do sistema. A participação das regiões continentais seleccionadas no fluxo mundial de *investimentos estrangeiros directos* (IED) recebidos entre 1970 e 2000 também apontou para esta tendência.

Gráfico 2: Participação percentual das regiões continentais seleccionadas no fluxo mundial de Investimentos Estrangeiros Directos (IED) recebidos 1970-2000



Fonte: UNCTAD's Statistical Database (2011)

Em sentido amplo, os gastos com *investimentos* dizem respeito a quaisquer aquisições de bens de produção – de capital ou intermediários –, com o objectivo de ampliar a produção futura. Os IED, mais especificamente, referem-se a inversões de carácter permanente de um investidor estrangeiro em empresas e/ou empreendimentos que operem fora do seu país de origem. Assim, os IED incluem os fluxos de capitais de não-residentes (ou de matrizes empresariais) aplicados no país e referentes à aquisição, subscrição e ao aumento do capital social de empresas de residentes (ou de filiais empresariais), além dos empréstimos concedidos pelas empresas matrizes às suas filiais instaladas em diferentes países⁹.

As *economias desenvolvidas da Europa*, a despeito das notáveis flutuações na recepção de IED – e de uma forte diminuição de sua participação ao longo da década de 1980 –, terminariam o período como um destino apreciado para investidores externos. A África, por sua vez, após experimentar uma participação relativamente importante na recepção de IED em princípios da década de 1970 – provável reflexo da fase de expansão económica pela qual passou no decénio anterior –, sofreria uma paulatina queda de tendência entre os anos de 1980 e 2000, terminando o período com a recepção de apenas 0,78% dos IED mundiais. A América

⁹ A UNCTAD somente considera como IED aquelas inversões capazes de conferir ao investidor (matriz) certo grau de controlo sobre o empreendimento (filial). Tal controlo é indicado pela propriedade de, pelo menos, 10% das acções ordinárias (com direito a voto) em empresas de capital aberto, ou pela posse de ao menos 10% do capital de empresas limitadas.

do Sul aumentaria a sua participação quanto ao recebimento de IED em meados da década de 1970. Todavia, tal dinâmica não suportaria a recessão e o impacto causados pela crise da dívida dos anos de 1980, fazendo com que o continente recuperasse parcialmente a sua participação nos fluxos de investimentos mundiais somente em meados da década de 1990¹⁰.

Ao longo do período estudado, dinâmicas mais amplas da economia mundial afectaram os padrões de produção e de investimento nas regiões seleccionadas – como salientam as flutuações em relação às variáveis analisadas –, porém não foram capazes de provocar alterações substanciais na hierarquização de suas economias continentais. Antes, elas apontam para a distinção dos níveis de desenvolvimento e de sofisticação de suas estruturas produtivas, o que, por sua vez, afectaria os padrões de comércio entre seus países, tal como foi possível observar ao longo da realização do presente estudo.

4.3.2. Análise do comércio entre os países seleccionados

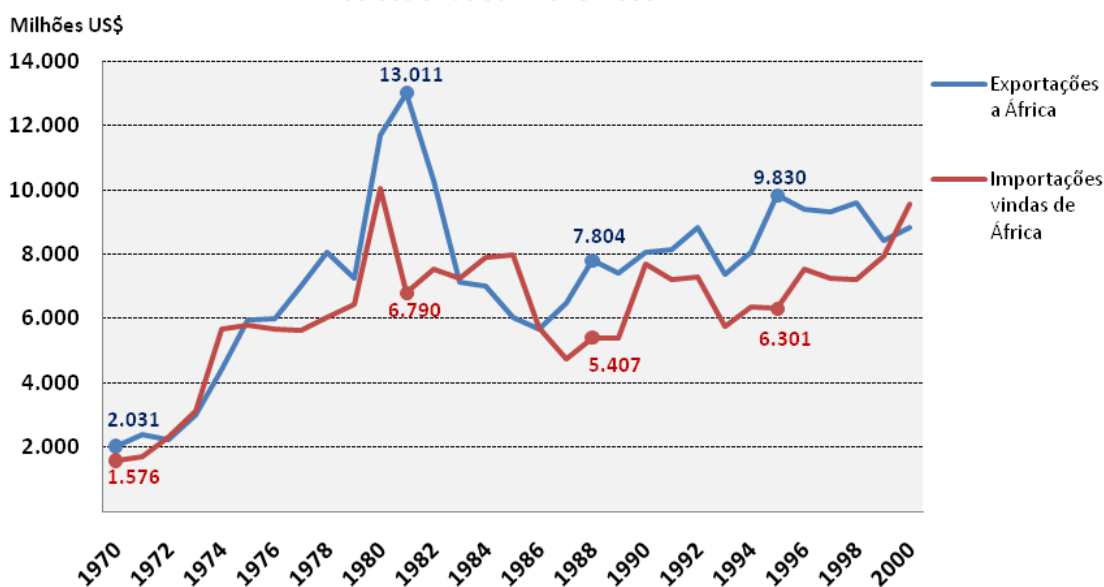
A análise do comércio entre os países seleccionados buscou constatar os dois enunciados contidos na hipótese de investigação, tal como se segue:

1º Enunciado: Quanto à repartição dos ganhos comerciais, verificou-se, na relação Europa-África, uma concentração dos superávits entre os países africanos seleccionados, enquanto que, na relação América do Sul-África, observou-se uma concentração dos superávits entre os países sul-americanos seleccionados;

As fontes consultadas indicaram que, para o período entre 1970 e 2000, as relações de trocas entre os países seleccionados da Europa e de África favoreceram à acumulação dos ganhos comerciais entre os países europeus. Foram verificados *superávits* no saldo comercial dos países africanos com relação aos países europeus em apenas 8 anos, o que representou 25,81% do total dos 31 anos abarcados pelo estudo. Tais *superávits* concentraram-se em três períodos distintos (1972-1974, 1983-1986 e em 2000), compondo um valor acumulado da ordem de US\$ 5,19 mil milhões. Tal evolução pode ser acompanhada por meio do *Gráfico 3*.

¹⁰ A tabela completa quanto aos valores, em dólares correntes, dos IED recebidos pelas regiões e países seleccionados, ao longo do período de estudo, está disponível no *Apêndice D* do presente trabalho.

Gráfico 3: Balança comercial dos países europeus seleccionados - em milhões de US\$ a preços correntes - com relação aos três países africanos seleccionados - 1970-2000



Fonte: United Nations Commodity Trade Statistics Database

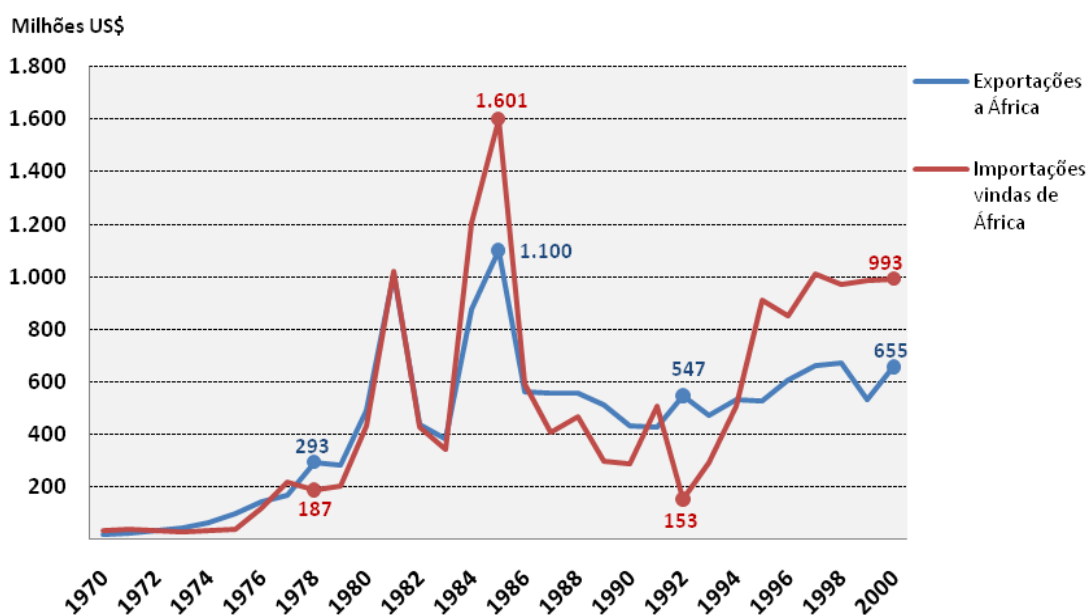
Em sua relação com os países de África, os países europeus seleccionados detiveram ganhos significativos ao longo de 23 anos, representando um valor acumulado de US\$ 39,21 mil milhões. Tais *superavits* atingiram o seu pico no ano de 1981, após o que experimentaram uma trajectória descendente até 1986. Depois deste ano, as vantagens no comércio com os países de África se mantiveram até 1999. Porém, a análise agregada das relações comerciais entre os países de África e Europa esconde dinâmicas particulares que também merecem atenção. Para a maior dentre as economias europeias seleccionadas (a RFA), as trocas comerciais mostraram-se mais equilibradas para Angola e Nigéria. Angola deteria 14 anos de *superavits* acumulados com a RFA, representando 45,16% dos anos abarcados (sem, por consequência, apresentar saldos positivos em mais da metade do período considerado). A Nigéria teria uma relação especialmente positiva com a RFA, experimentando 25 anos (80,64%) de *superavits* com o país. A África do Sul, no entanto, não provou saldos comerciais positivos no comércio com a RFA ao longo dos 31 analisados.

Foram verificadas situações mistas relativamente aos demais países europeus seleccionados. O Reino Unido deteve ganhos comerciais acumulados com relação a todos os países africanos sob estudo. Assim, Angola deteria 9 anos (29,03%) de *superavits* comerciais com aquele país, a Nigéria, apenas 4 anos (12,9%), e a África do Sul, 10 anos (32,26%). Com França, apenas a Nigéria experimentaria fortes ganhos na balança comercial, com 29 anos de *superavits* (93,55%), enquanto que Angola (7 anos, 22,58%) e África do Sul (12 anos,

38,71%) apresentariam uma situação de défice acumulado no período entre 1970 e 2000. Assim, entre os países africanos – e considerando o carácter operacional da hipótese proposta –, apenas a Nigéria experimentaria, com relação à RFA e França, saldos comerciais positivos em ao menos mais da metade dos anos apurados pelo estudo. Como tal situação tampouco pôde ser constatada na relação agregada entre os dois conjuntos de países, o enunciado da hipótese não pôde ser corroborado.

Em suas relações com o Brasil – no âmbito dos dados consultados –, os países africanos apresentaram, de modo agregado, 15 anos (48,39% do total de anos abarcados) de saldos comerciais positivos. Estes *superavits* foram verificados em variados intervalos temporais (1970-1972, 1977, 1981, 1984-1986, 1991, 1995-2000), compondo um valor acumulado de US\$ 3,1 mil milhões. Tais flutuações podem ser vistas por meio do *Gráfico 4*.

Gráfico 4: Balança comercial do Brasil - em milhões de US\$ a preços correntes - com relação aos três países africanos seleccionados 1970-2000



Fonte: United Nations Commodity Trade Statistics Database

Em suas trocas com os países atlânticos de África, o Brasil deteve ganhos da ordem de US\$ 1,62 mil milhão, acumulados em 16 anos de *superavits* comerciais (portanto, em mais da metade do período estudado). Esta informação, porém, aponta para um aspecto importante da dinâmica de trocas entre os países do Atlântico Sul. Apesar de um maior número de anos com balanças comerciais positivas relativamente aos países africanos, o Brasil teria um défice de US\$ 1,48 mil milhão no acumulado do período investigado. Tal situação deveu-se ao facto

do país sul-americano ter experimentado volumes de importação muito elevados em seus anos de déficit comercial, especialmente entre os períodos de 1984-1985 e 1995-2000. Tratava-se de importações compostas principalmente por combustíveis fósseis e seus derivados, vindos da Nigéria. Assim, em 1984 e 1985, as compras de petróleo cru nigeriano representariam, respectivamente, 84,57% (US\$ 1,02 mil milhão) e 88,8% (US\$ 1,4 mil milhão) do total das importações brasileiras vindas dos três países de África. Em 1995, a Nigéria seria responsável por cerca de 57% das compras do Brasil provenientes dos parceiros africanos ora analisados, fornecendo combustível automotor e demais óleos leves, enquanto que, no ano de 2000, venderia o equivalente a 73,42% das exportações totais do grupo ao mercado brasileiro, por meio do envio de petróleo cru e gás natural àquele país.

Uma análise exclusivamente centrada na verificação dos défices/*superavits* anuais, apesar de fornecer uma visão geral do carácter das trocas, não seria capaz de verificar detalhes importantes para o entendimento da relação entre os países estudados. Por consequência, optou-se por sintetizar as transacções gerais entre os países por meio de uma tabela que informasse não apenas o número de anos favoráveis ao comércio atlântico, mas também os saldos monetários acumulados provenientes do contacto entre as economias estudadas:

Tabela 6: Incidência de *superavits* comerciais anuais dos Estados africanos relativamente a seus parceiros extracontinentais (e seus respectivos saldos monetários acumulados)

1970-2000

Países não-africanos	Angola		Nigéria		África do Sul	
	<i>Superavits</i> /Total de anos	Saldo monetário acumulado (US\$ correntes)	<i>Superavits</i> /Total de anos	Saldo monetário acumulado (US\$ correntes)	<i>Superavits</i> /Total de anos	Saldo monetário acumulado (US\$ correntes)
Reino Unido	9/31 (29,03%)	-142.550.752	4/31 (12,90%)	-20.159.360.984	10/31 (32,26%)	-7.079.695.840
RFA	14/31 (45,16%)	521.031.596	25/31 (80,64%)	14.259.863.896	0/31 (0)	-32.273.061.776
França	7/31 (22,58%)	-400.290.197	29/31 (93,55%)	12.693.433.081	12/31 (38,71%)	-1.437.001.810
Brasil	12/31 (38,71%)	-397.249.532	16/31 (51,61%)	2.159.488.220	11/31 (35,48%)	-284.167.386
Argentina	5/31 (16,13%)	-299.698.479	8/31 (25,81%)	45.130.888	13/31 (41,93%)	-1.519.522.456

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Percebe-se que os *superavits* africanos acumulados, quando verificados, tenderam a ser notadamente maiores nas relações com os países europeus, em detrimento do comércio realizado com a costa sul-americana. Isto se deveu, claramente, ao tamanho das economias europeias e ao volume de seu comércio, que não podia ser equiparado pelas zonas

semiperiféricas do Atlântico Sul. De qualquer modo, em linhas gerais, verificou-se que os ganhos comerciais agregados experimentados pelas economias africanas deveram muito ao comércio nigeriano, quase que exclusivamente voltado ao fornecimento de combustíveis fósseis e seus derivados aos países sul-americanos e europeus. Na diversidade das trocas bilaterais observadas na *Tabela 6*, dos 5 saldos monetários acumulados positivos de África, 4 pertenciam à Nigéria. Em adição, deve-se ressaltar que as situações de *superavit* para quaisquer dos países africanos indicados na tabela representaram apenas 1/3 do total observado (dada a apresentação de 15 blocos de saldos monetários acumulados por meio da *Tabela 6*).

Assim, salienta-se mais uma vez que o primeiro enunciado da hipótese não pôde ser corroborado. O comércio com os países europeus não proporcionou aos países africanos seleccionados saldos positivos em ao menos mais da metade dos anos apurados. Por outro lado, quanto à relação africana com a costa atlântica da América do Sul, ainda que se tenha verificado uma concentração dos *superavits* na balança brasileira (em uma estreita relação de 16/31), salienta-se o carácter limitado da constatação graças à ausência de dados que permitissem uma melhor análise do comércio argentino. De qualquer modo, os dados disponíveis mostraram uma pequena vantagem nigeriana no comércio com o país platino, ainda que faltassem informações relativamente a 5 cinco anos de possíveis vendas da Nigéria à Argentina. Com respeito à África do Sul – país africano com o qual a Argentina deteve as mais fortes relações comerciais ao longo do período estudado –, a economia argentina mostrou-se superavitária, conforme o esperado. Infelizmente, não foi possível tecer conclusões no âmbito da relação Angola-Argentina graças à pouca disponibilidade de dados para tanto (a despeito do registo de um déficit acumulado para o período sob estudo, não foi possível obter dados para 22 anos de possíveis vendas angolanas para a Argentina).

2º Enunciado: Quanto à distribuição dos tipos de produtos intercambiados, verificou-se uma menor participação do sector de alimentos e matérias-primas nas exportações africanas destinadas à costa sul-americana, em comparação às exportações realizadas pelos mesmos países africanos destinadas à Europa.

Inicialmente, faz-se necessário salientar que, durante o processo de compilação dos dados, percebeu-se uma clara diferenciação do padrão de compra e venda sul-africanos comparativamente aos demais países africanos seleccionados. Tal situação deveu-se, como observado no segundo capítulo, ao estágio relativamente avançado de industrialização da

República da África do Sul ao longo do período estudado. Assim, decidiu-se analisar o comércio dos países africanos agregando apenas os volumes transaccionados por Angola e Nigéria, mantendo-se o exame do comércio sul-africano por meio de tabelas independentes.

Mais uma vez, a análise das séries históricas não permitiu a corroboração do enunciado da hipótese. No comércio dos países seleccionados de África com as principais economias sul-americana e europeia, verificaram-se distribuições muito semelhantes quanto à participação das duas grandes categorias de produtos consideradas. Foi observada, inclusive – ainda que de modo residual –, uma maior participação do sector de alimentos e matérias-primas nas exportações angolanas e nigerianas destinadas ao Brasil comparativamente ao caso alemão. A excepção caberia ao ano de 1975 – de reduzidas exportações angolanas e nigerianas ao Brasil, totalizando US\$ 7,71 milhões –, em que o país sul-americano importaria de Angola em torno de US\$ 5,2 milhões em utensílios de cobre, alumínio e zinco, têxteis e aparelhos para circuitos eléctricos. De qualquer modo, a experiência de 1975 não se repetiria, fazendo com que as vendas nigerianas e angolanas para o mercado brasileiro voltassem a se concentrar na categoria de alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados nos intervalos posteriores.

Tal situação pode ser melhor observada por meio da *Tabela 7*:

Tabela 7: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das exportações agregadas de Angola e Nigéria em direcção aos países seleccionados 1970-2000

Ano ²	Rep. Fed. da Alemanha ¹		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970/71	98,79	1,21	99,99	0,01
1975	99,25	0,75	1,66	98,34
1980	99,77	0,23	100,00	0,00
1985	99,62	0,38	99,99	0,01
1990	99,12	0,88	99,87	0,13
1995	98,97	1,03	99,97	0,03
2000	98,46	1,54	99,67	0,33

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as exportações destinadas à Alemanha Unificada;

2- Para as relações entre Brasil e Angola, considerou-se o ano de 1971 em lugar do ano de 1970 (mantido para as relações entre RFA e Angola).

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

As vendas de Angola e Nigéria para o Brasil focaram-se no sector de combustíveis, com alguma presença de minérios e produtos vegetais não-alimentícios. Quanto ao sector de combustíveis, para ambos os países africanos, as vendas concentraram-se quase que exclusivamente em seu produto mais básico, o petróleo cru. Para a Nigéria, o cru representou, em 1970 e entre 1980-2000, de 94% a 99,9% das exportações ao Brasil. Em 1995 e 2000, o petróleo cru seria parcialmente substituído por combustíveis automotivos, óleos leves e gás natural. Para o caso angolano, as exportações de combustíveis fósseis seriam registadas somente após 1980. Após aquele ano, o petróleo cru também seria o principal produto de exportação ao mercado brasileiro, sendo progressivamente incrementado pelas vendas de gás natural (que representou mais de 99% das vendas totais de Angola ao Brasil, em 2000).

As exportações de Angola e Nigéria para a RFA também detiveram importante participação do sector de combustíveis. Em 1970, 85% das vendas nigerianas à RFA foram compostas de petróleo (cru ou parcialmente refinado), registando-se pequena participação de sementes oleaginosas (8% do total exportado). Entre 1975 e 2000, porém, o petróleo cru representaria de 91% a 98% das vendas da Nigéria à RFA. Angola, por sua vez, teria uma pauta de comércio mais diversificada. Em 1970, 75% de suas vendas à RFA seriam oriundas do sector de minério, notadamente de ferro. Em 1975, suas exportações estariam essencialmente distribuídas entre petróleo cru e refinado (29%), materiais crus não-combustíveis (31%) e utensílios diversos de cobre (10%). Em 1980, cerca de 73% de suas vendas ao mercado alemão ocidental foram de café, verde ou torrado. A partir de 1985, as exportações concentrar-se-iam no sector de combustíveis fósseis e lubrificantes (para 1985, essencialmente de óleos combustíveis; entre 1990 e 2000, petróleo cru).

Desta forma, ainda que de maneira residual, o comércio de Angola e Nigéria com a RFA mostrou-se mais diversificado que aquele praticado com o Brasil. Verificou-se uma maior participação de secções de produtos não ligados ao sector de combustíveis fósseis, ainda que com reduzida presença do comércio de bens acabados. A relação de vendas dos países africanos com o mercado brasileiro tendeu a ofertar produtos específicos, constituindo uma dinâmica comercial menos sofisticada, mais pontual (observando-se a ausência, por longos períodos, de qualquer venda oriunda da categoria de bens acabados, maquinaria ou industrializados). Todavia, a observação do fluxo de mercadorias em direcção contrária – das *importações* de Angola e Nigéria vindas do Brasil e da RFA – mostrariam uma dinâmica distinta.

Tabela 8: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das importações agregadas de Angola e Nigéria vindas dos países seleccionados 1970-2000

Ano ²	Rep. Fed. da Alemanha ¹		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970/71	2,88	97,12	7,27	92,73
1975	8,75	91,25	7,13	92,87
1980	13,58	86,42	17,70	82,30
1985	8,16	91,84	67,45	32,55
1990	6,14	93,86	37,36	62,64
1995	5,90	94,10	60,58	39,42
2000	5,83	94,17	52,16	47,84

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as importações vindas da Alemanha Unificada;

2- Para as relações entre Brasil e Angola, considerou-se o ano de 1971 em lugar do ano de 1970 (mantido para as relações entre RFA e Angola).

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

No período de 1970-1980, a Nigéria importaria do Brasil principalmente artigos industrializados do sector têxtil, metalúrgico e automotivo. Em 1975, cerca de 71% das importações nigerianas vindas do mercado brasileiro seriam compostas por maquinarias e equipamentos de transporte, com destaque para compras de veículos ligeiros e autocarros. A partir de 1985, a participação do sector automotivo seria paulatinamente reduzida, com o maior destaque para as compras de gêneros alimentícios. Como resultado deste processo, no ano de 2000, cerca de 46% das importações totais da Nigéria vindas do Brasil seriam formadas pela compra de açúcar, em detrimento da obtenção de veículos ligeiros, autocarros e camiões (que representariam, naquele ano, cerca de 24% das importações totais). Verificar-se-ia situação semelhante para Angola. Se, ao longo da década de 1980, as importações angoladas vindas do Brasil concentravam-se na compra de camiões, tractores e implementos agrícolas, a partir da década de 1990 daria prioridade à obtenção de carnes, artigos hortifrutícolas e laticínios, ocupando a secção de maquinaria e equipamentos de transporte a segunda posição nas vendas brasileiras a Angola, nos anos de 1995 e 2000 (representando cerca de 20% e 26% das vendas totais, respectivamente).

As importações de Angola e Nigéria vindas da RFA, por sua vez, apresentariam maiores diversidade e estabilidade quanto à categoria dos bens fornecidos. Assim, a economia alemã

venderia aos parceiros africanos produtos provenientes de praticamente todas as secções discriminadas. A maior parte das vendas, porém, estaria concentrada em três secções principais, tanto para o caso angolano quanto para o nigeriano: *produtos químicos, artigos manufacturados classificados segundo o material* e, principalmente, *maquinaria e equipamentos de transportes*. Entre 1970 e 2000, os bens provenientes destas três secções representariam entre 92% e 71% das vendas totais alemãs para a Nigéria (incluindo produtos tais como veículos ligeiros, camiões, fertilizantes sintéticos, químicos derivados do petróleo, fármacos, electrónicos diversos e artigos industriais de ferro e aço). Quanto a Angola, a situação seria muito parecida, tendo este país africano prioritariamente importado da RFA bens provenientes das três secções de manufacturados já mencionadas. De qualquer forma, nos anos de 1995 e 2000, Angola também importaria volumes consideráveis de açúcar, cereais e laticínios alemães, compondo a secção de produtos alimentícios 18% e 7%, respectivamente, do total importado do país europeu.

A dinâmica de exportações da África do Sul com destino ao Brasil e à RFA mostrou-se claramente distinta daquela observada para Angola e Nigéria.

Tabela 9: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das exportações da África do Sul em direcção aos países seleccionados 1970-2000

Ano ²	Rep. Fed. da Alemanha ¹		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970	57,19	42,81	52,70	47,30
1975	66,06	33,94	23,74	76,26
1980	57,97	42,03	4,56	95,44
1985	49,98	50,02	32,96	67,04
1990	48,11	51,89	42,11	57,89
1995	41,67	58,33	28,40	71,60
2000	26,59	73,41	20,86	79,14

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as exportações destinadas à Alemanha Unificada;

2- Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Nas exportações para o Brasil, apenas o ano de 1970 seria caracterizado por uma maior participação de minérios (cerca de 48%) no total transaccionado pela África do Sul. Em todos os demais períodos, verificar-se-ia uma participação de destaque dos produtos acabados, notadamente utensílios e equipamentos industriais de aço e cobre. Em adição, os percentuais relativamente ao comércio com o Brasil apresentariam índices inferiores de exportações de produtos alimentares e matérias-primas, comparativamente às exportações sul-africanas destinadas à RFA. Desta forma, somente nas relações da África do Sul com o Brasil seria possível verificar concordância com o segundo enunciado da hipótese.

Deve-se salientar a posição particular que a economia sul-africana ocupa no conjunto de África. Trata-se de um país de elevado nível de industrialização, comparativamente aos demais Estados do continente, com uma diversificada riqueza mineral e com considerável capacidade de mobilização de seus recursos. Tal situação propiciaria à África do Sul estabelecer relações mais equilibradas não somente com o Brasil, mas também com a própria RFA (a despeito de sua balança comercial não ter sido superavitária nas relações com este país europeu, no período considerado). Entre as décadas de 1970 e 1980, a África do Sul teria sido uma grande fornecedora de minerais não-combustíveis à RFA. Porém, ao longo da década de 1990, veria aumentada as suas vendas de manufacturados diversos – especialmente na secção de *maquinarias e equipamentos de transporte* – à economia alemã. Tal situação de maior diversidade e equilíbrio de produtos intercambiados, no entanto, sofreria considerável alteração na esfera dos produtos importados pela África do Sul, vindos do Brasil e da RFA:

Tabela 10: Distribuição percentual - em duas grandes categorias de produtos - das importações da África do Sul vindas dos países seleccionados 1970-2000

Ano ²	Rep. Fed. da Alemanha ¹		Brasil	
	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos	Alimentos, matérias-primas e produtos semi-acabados	Produtos acabados, maquinaria e industrializados diversos
1970	1,92	98,08	73,25	26,75
1975	2,31	97,69	25,12	74,88
1980	1,86	98,14	36,43	63,57
1985	2,56	97,44	34,40	65,60
1990	2,84	97,16	25,66	74,34
1995	2,76	97,24	16,66	83,34
2000	1,69	98,31	19,51	80,49

Chamadas: 1- a partir de 1995, consideram-se as importações vindas da Alemanha Unificada;
 2- Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

As importações sul-africanas vindas da RFA seguem o mesmo padrão verificado para o caso de Angola e Nigéria: uma concentração consistente das compras nas secções de *produtos químicos, artigos manufacturados classificados segundo o material* e de *maquinaria e equipamentos de transportes*, representando entre 93% e 76% do total transaccionado ao longo dos intervalos considerados. Para o caso brasileiro, porém, a situação se alteraria. Enquanto que, para Angola e Nigéria, o Brasil passaria a se tornar paulatinamente um provedor de alimentos, para a África do Sul o país sul-americano reduziria as participações percentuais de produtos alimentícios, em benefício de um comércio de maior valor agregado.

O segundo enunciado da hipótese não pôde ser corroborado, pois supunha que os países africanos, de modo agregado, apresentariam menor participação do sector de alimentos e matérias-primas no comércio com o Brasil. Porém, tal situação pôde ser observada apenas para a África do Sul. Tal constatação merece uma reiteração: a República da África do Sul é uma economia de características particulares no cenário africano. Como esperado para economias de carácter semiperiférico, foi capaz de acolher e absorver valor de actividades periféricas (como a extracção mineral, especialmente em suas relações com a RFA) e de transferir valor para actividades de carácter central (em suas exportações de maquinários aos mercados brasileiro e alemão). Tal condição, ao final, mostrou-se benéfica a um país de perfil como o Brasil, que encontrou um parceiro capaz de consumir maiores volumes de seus produtos manufacturados.

De qualquer modo, a condição semiperiférica da economia brasileira também contribuiu para a constituição de uma dinâmica assimétrica no comércio com Angola e Nigéria. Em adição, graças ao perfil limitado de sua capacidade de consumo, proporcionaria ganhos menores aos países africanos comparativamente às relações destes com os parceiros europeus seleccionados. Ademais, como visto ao longo do segundo e terceiro capítulos do presente trabalho, tal política de comércio voltada a África não pôde se manter em virtude da fragilidade das economias sul-americanas, incapazes de sustentar forte ritmo de crescimento – e, por extensão, de demanda externa – em meio ao ambiente recessivo experimentado pela América Latina nas décadas de 1980 e 1990.

Conclusão

O objectivo geral da investigação foi verificar o carácter da repartição dos ganhos comerciais de um conjunto específico de países africanos em suas relações com parceiros sul-americanos e europeus, entre os anos de 1970 e 2000. Em adição, buscou-se classificar os volumes transaccionados entre tais países em distintas categorias de produtos. O estudo da repartição dos ganhos comerciais visou averiguar se as maiores economias proporcionaram às menores uma fonte de dinamismo por meio do acúmulo de *superavits* em suas respectivas balanças comerciais. A tipificação dos produtos teve a finalidade de analisar a diversidade dos bens comercializados entre as partes, dado o interesse em constatar o nível de especialização das economias africanas. O trabalho foi desenvolvido sob o auxílio interpretativo da abordagem dos sistemas-mundo, levando-se em consideração as contribuições de Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi.

A investigação realizou uma breve exposição relativamente às transformações económicas experimentadas ao longo da segunda metade do século XX. Seu objectivo foi apresentar, em linhas gerais, as estruturas regentes da ordem económica mundial do pós-Segunda Grande Guerra, salientando os elementos que contribuíram para as fases de crescimento e desaceleração produtivos do período. Constatou-se que o sucesso no incremento das trocas internacionais deveu-se, em grande parte, ao processo de liberalização comercial especialmente verificado no âmbito dos sectores produtivos de maior valor agregado. Tal dinâmica beneficiaria de modo particular as zonas mais avançadas da economia mundial, responsáveis pela concentração da maior parte da riqueza então produzida.

O estudo também se voltou a uma pesquisa documental. Esta etapa permitiu verificar a existência de uma clara hierarquização de actividades produtivas entre os países, em meio a um ambiente de forte integração económica. Tal situação contribuiria não apenas para a partilha de diferentes etapas de produção entre regiões centrais e periféricas, mas também para o incremento de reivindicações – vindas de regiões menos desenvolvidas – em prol da modificação das normas que regiam o comércio internacional. Este processo seria em parte responsável pela identificação conceitual das distintas regiões do mundo entre *Norte* e *Sul* globais, concorrendo para o fomento de novas dinâmicas cooperativas entre os países. Tais relações de cooperação seriam verificadas entre regiões em desenvolvimento (cooperações *Sul-Sul*) ou entre estas e zonas desenvolvidas (cooperações *Norte-Sul*). A aproximação comercial entre países da América do Sul e de África e a celebração de acordos como a

Convenção de Lomé, entre Europa e os países ACP, seriam exemplos históricos destes fenómenos.

Os dados da investigação indicaram que as relações de trocas entre os países seleccionados da Europa e de África favoreceram a acumulação de *superavits* anuais e de ganhos comerciais entre os países europeus. Por outro lado, o Brasil experimentaria défice em relação ao comércio feito com os países africanos. A análise das séries históricas também indicou uma grande concentração das exportações angolanas e nigerianas – destinadas tanto ao Brasil quanto à Alemanha Ocidental – no sector de alimentos e matérias-primas. Tal dinâmica não se observaria para a África do Sul, que teria um comércio mais equilibrado com seus parceiros extracontinentais. Desta forma, os enunciados da hipótese não puderam ser corroborados.

A pergunta da investigação mostrou-se excessivamente simples diante de problemas de natureza complexa. Neste sentido, os enunciados da hipótese detiveram limitada capacidade de explicação. Inicialmente, imaginou-se que o elevado grau de complementaridade entre as economias europeias e africanas acabaria por contribuir para um maior volume de compras por parte dos países mais avançados, ocasionando *superavits* nas balanças comerciais de África. Com efeito, o volume de comércio europeu mostrou-se consideravelmente superior ao sul-americano. Todavia, ele não foi suficiente para garantir o acúmulo de saldos líquidos positivos às economias periféricas de África. Os défices africanos estiveram presentes em boa parte do período estudado, especialmente após o ano de 1986.

O alto nível de valor adicionado dos produtos exportados pelas economias europeias provocou, de modo agregado, a formação de saldos negativos na balança africana. Assim, ao contrário do inicialmente suposto, a elevada complementaridade observada entre grupos de países com tamanha assimetria produtiva acabou por ser prejudicial aos parceiros menores. Do ponto de vista da diversidade dos bens transaccionados entre a Alemanha Ocidental e África, verificou-se um claro desequilíbrio. Ao longo de todo o período estudado, Angola e Nigéria mantiveram-se como tradicionais exportadores de matérias-primas, comprando produtos industrializados da economia alemã. Imagina-se que Angola e Nigéria dificilmente teriam condições de atender a uma maior demanda externa por produtos manufacturados, dado o alto grau de especialização de suas economias, fornecedoras de produtos primários não somente aos centros, mas também a regiões semiperiféricas da economia mundial. Nesta dinâmica, acordos como os de *Lomé* acabariam por ter forte influência no desestímulo a uma maior diversificação produtiva.

Para Angola e, especialmente, para Nigéria (o signatário africano mais antigo dentre os países seleccionados), *Lomé* não teria sido capaz de fomentar o desenvolvimento de exportações de maior valor agregado. De facto, como foi possível observar ao longo do terceiro capítulo, os dispositivos de *Lomé* estimulariam a especialização produtiva das economias africanas, antes atendendo às necessidades da CEE quanto ao acesso a matérias-primas essenciais à produção realizada em suas economias. Ainda que a participação do comércio africano fosse pequena em comparação ao total das importações da CEE, ele seria de importância fundamental para o processo de acumulação experimentado em mercados avançados como o alemão. A *Convenção de Lomé* não estava alheia aos processos de formação de *cadeias mercantis* responsáveis pela ampla divisão da produção mundial.

As relações de Angola e Nigéria com uma economia semiperiférica como o Brasil não se mostraram plenamente vantajosas. O número de défices anuais na balança daqueles Estados com o Brasil também foi elevado (apesar dos países africanos terem sido, de modo agregado, superavitários em seu comércio com o país sul-americano). Neste sentido, a hipótese subestimou a grande distinção entre as economias africanas e a brasileira. Do ponto de vista de diversidade dos bens transaccionados, o carácter semiperiférico da economia brasileira contribuiu, de certa forma, para a constituição de uma relação assimétrica com os dois países de África. Por outro lado, limitou o volume de seu comércio com os mesmos, proporcionando-lhes menores ganhos anuais comparativamente à Europa. Ademais, tal política de comércio voltada a África, tanto para o caso brasileiro quanto para o argentino, não pôde se manter graças à fragilidade das economias sul-americanas, incapazes de realizar forte ritmo de crescimento – e de demanda externa – em meio ao ambiente recessivo das décadas de 1980 e 1990. Tratar-se-ia de um problema típico de regiões semiperiféricas: economias industrializadas ou em rápido processo de industrialização fortemente dependentes de liquidez ou dinâmica exteriores.

Com relação a Angola e Nigéria, o Brasil também exerceria a função de importador de matérias-primas, notadamente de combustíveis fósseis. A distinção se encontraria na dinâmica de vendas brasileiras àqueles países, compostas tanto por bens industrializados, quanto por alimentos (produtos em relação aos quais o Brasil, enquanto economia também agro-exportadora, detinha boas vantagens comparativas). Neste sentido, deve-se salientar – como indicou a pesquisa documental – que Brasil e Argentina eram países que buscavam uma melhor inserção mundial por meio do contacto privilegiado com regiões periféricas. Tratar-se-ia não apenas de garantir a venda de seus produtos acabados, menos competitivos nos mercados mais avançados, mas também do acesso a importantes insumos (como o petróleo)

necessários à crescente produção doméstica. Os países sul-americanos tampouco estariam alheios às dinâmicas globais que explicavam a condição periférica de economias como a angolana e a nigeriana.

A África do Sul mostrou-se um caso especial. Tratou-se de um país com relações mais equilibradas com as economias europeias e americanas. Tal situação poderia ser explicada graças à condição semiperiférica da economia sul-africana. Ao longo do período estudado, já se trataria de um país de economia relativamente diversificada e com capacidade industrial considerável. A condição sul-africana seria especialmente interessante para o Brasil, ao permitir a evolução de um comércio bilateral que favoreceu a troca de manufacturados sem a desconsideração de um importante comércio de bens primários. Tal situação poderia sugerir que a semelhança de estruturas produtivas e de padrões de procura estimularia uma exploração mais diversificada dos mercados parceiros.

A investigação teve suas limitações. Dadas as restrições de tempo e de extensão do trabalho, o estudo concentrou-se em um número reduzido de países. Tal condição limitou a extensão das conclusões acima propostas, dando-lhes carácter parcial. Antes, elas fornecem possíveis direcções a estudos futuros também voltados à dinâmica das relações comerciais *Sul-Sul* e *Norte-Sul*. Uma observação mais pormenorizada, por exemplo, do comércio dos países africanos com suas antigas metrópoles poderia sugerir dinâmicas distintas daquelas observadas. Por outro lado, em alguns casos – como o argentino – a ausência de dados impediu conclusões mais consistentes. A investigação também se concentrou exclusivamente no acompanhamento dos fluxos de mercadorias, não levando em conta o sector de serviços. Actividades como a contratação de empreiteiras e a realização de frete marítimo – serviços importantes para as relações do Brasil com África, por exemplo – , não foram consideradas no âmbito do presente estudo. Por fim, a investigação voltou-se essencialmente a variáveis de comércio exterior. Aspectos relacionados à dinâmica interna dos países – tais como a organização institucional, as relações e disputas pelo poder nacional, a implementação de políticas de desenvolvimento interior – não foram exaustivamente abordados no estudo. Isto não quer dizer que se desconheça a importância de tais aspectos da realidade social (notamente para o caso africano, dados os desafios de estabilização política e administrativa enfrentados pelo continente ao longo do período estudado), mas que se optou por estabelecer um foco de estudo. A extensão da análise a variáveis da dinâmica interna dos países demandaria uma investigação de pretensões superiores às do presente trabalho.

Apesar destas indicações, pode-se afirmar que a investigação fez contribuições quanto ao maior conhecimento da dinâmica do comércio de países africanos com relação a

economias avançadas e em desenvolvimento, sugerindo problemas e elementos de estudo para trabalhos posteriores. A análise documental indicou um período de grande discussão dos temas relacionados ao comércio mundial, apresentando as posições de diferentes regiões do mundo, dados seus distintos graus de complexidade produtiva. Tal processo foi especialmente importante – e influente – para a criação dos conceitos de *Norte* e *Sul*. Enquanto construções históricas, *Norte* e *Sul* foram significações construídas em ambientes políticos muito particulares, marcados por amplos processos de integração produtiva entre regiões com distintos graus de desenvolvimento humano. Esta reflexão também poderia ser importante no âmbito de estudos posteriores.

A abordagem dos sistemas-mundo mostrou-se conveniente, fornecendo importantes elementos explicativos diante da impossibilidade de corroboração da hipótese. A ideia de divisão do processo produtivo entre zonas centrais e periféricas ajudou a entender não somente a dinâmica da concentração de riqueza em regiões como a Europa, mas também a condição periférica do continente africano. A exploração económica de África visou atender a diferentes etapas de expansão do capitalismo mundial. Neste processo, o continente manteve uma função periférica, fornecendo produtos primários a regiões de estrutura produtiva mais complexa. Tal papel foi, por vezes, alimentado e confirmado não apenas por zonas centrais, mas também por economias em processo de modernização produtiva (como o Brasil). Assim, ao analisar a economia africana, seria necessário reflectir não apenas sobre a relação assimétrica que zonas desenvolvidas deteriam com África, mas também sobre o tipo de ligação que o resto do mundo possuiria com este continente.

De qualquer modo, a análise por meio das noções de sistemas-mundo também possui seus limites. Como visto, a perspectiva cíclica especialmente presente nas reflexões de Arrighi está sujeita a uma série de críticas, notadamente no âmbito da historiografia contemporânea, pouco afecta à ideia de uma realidade social repetitiva. Porém, não se pode deixar de reconhecer que as diversas situações do presente são herdeiras da longa sucessão de acontecimentos passados, que moldam caminhos e oferecem opções mais ou menos evidentes (ou possíveis). Tal observação não pode ser desconsiderada ao se buscar compreender o processo de acumulação capitalista em sua perspectiva histórica. Neste sentido, o aspecto cíclico da análise de Arrighi pode ser reconsiderado em favor de uma perspectiva mais ampla e menos fixa, que observa o capitalismo como um processo de acumulação que tem se desenvolvido a partir de centros dotados de dinamicidade produtiva destacada, capazes não apenas de estimular, mas também de integrar economicamente distintas regiões. Tão logo verificada a baixa dinamicidade produtiva de um centro em questão, tal processo voltar-se-ia

a outras regiões de maior potencial e capacidade de aproveitamento de activos desempregados, de acordo com princípios de acumulação historicamente definidos e passíveis de transformação ao longo do tempo. Esta dinâmica desenvolve distintas regiões, aproveita-se do carácter periférico de outras e garante o processo de acumulação, bem como a sobrevivência do sistema. Tal perspectiva não é necessariamente cíclica – tendo em vista que seus princípios de acumulação poderiam sofrer notáveis alterações temporais –, mas se mantém fortemente vinculada à noção braudeliana de longa duração.

Não se trata de saber ou desvendar as próximas etapas do processo de acumulação capitalista. Tal exercício de previsão fugiria às pretensões da investigação histórica. Trata-se de contribuir para a compreensão do mundo contemporâneo e dos acontecimentos presentes a partir de um olhar sobre o passado. Tal abordagem nos parece indicar que, para continuar sua expansão, o actual processo de acumulação necessitaria manter sua contínua busca por regiões capazes de proporcionar elevada dinamicidade produtiva e notável capacidade de absorção de liquidez. Contemporaneamente, distintas regiões da Ásia oferecem perspectivas interessantes quanto a tais elementos. Porém, tal avaliação não pode ir muito além da previsão mais ou menos qualificada que, mais uma vez, foge aos pressupostos da investigação histórica. Todavia, também é certo que, para se expandir, o sistema tem dependido de contínua disponibilidade de recursos – naturalmente limitados – em quantidades até o presente momento crescentes. Esta situação impõe desafios tecnológicos para os quais ainda não existem respostas claras, tendo em vista a intensidade da demanda global e o facto de vivermos em um mundo de fronteiras ainda limitadas e de recursos escassos.

Tais questões nos remetem à essência da preocupação da História Económica, relacionada ao modo como os homens e suas sociedades buscaram alocar, ao longo do tempo e em diferentes regiões, os recursos escassos de que dispunham para atender às suas necessidades. Um olhar sobre a dinâmica da economia capitalista em seus aspectos comerciais, tal como o proposto no presente trabalho, expõe não apenas o seu carácter concentrador de riqueza, mas também abre janelas para uma melhor compreensão do seu funcionamento, bem como dos possíveis limites de acumulação das sociedades em que vivemos.

Referências

- ÁLVAREZ, Maria Concepción, ESCUDERO, Victoria, ROMERO, Dionisio (Eds.), *Prácticas de Historia Económica Mundial y de España*, Madrid, ESIC, 2001.
- ARIENTI, Wagner, FILOMENO, Felipe, “Economía política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi”, in *Ensaio Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v. 28, nº. 1, Jul. 2007.
- ARRIGHI, Giovanni, *El Largo Siglo XX: dinero y poder en los orígenes de nuestra época*, Madrid, Akal, 1999.
- AURELL, Jaume, *La Escritura de la Memória: de los positivismos a los postmodernismos*, Valencia, Universitat de València, 2005.
- BASUALDO, Eduardo, *Estudios de Historia Económica Argentina: desde mediados del siglo XX a la actualidad*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2006.
- BAUMANN, Renato, “Integração da América do Sul: dois temas menos considerados”, in *Seminário sobre Integração da América do Sul*, Rio de Janeiro, Itamaraty, 2009.
- BEAN, Charles, CRAFTS, Nicholas, “British Economic Growth Since 1945: relative economic decline... and renaissance?”, in *Economic Growth in Europe Since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- BERBÉM, António Neves, *O Atlântico (a) Sul como Questão Estratégica Mundializada*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1993.
- BERRIO, Raúl Martín, *Las Malvinas en las Relaciones Internacionales del Atlantico Sur*, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1988 (Tese de Doutoramento).
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilización Material, Economía y Capitalismo: el tiempo del mundo – Siglos XV-XVIII*, Madrid, Alianza, 1984, 3 v.
- BULMER-THOMAS, Victor, *La Historia Económica de América Latina desde la Independencia*, México-DF, Fondo de Cultura Económica, 2000.

CALCAGNOTO, Giberto, “O Relacionamento Econômico Brasil-África: corda bamba entre cooperação econômica e a nova dependência Sul-Sul”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 11, 1985.

CARLIN, Wendy, “West German Growth and Institutions, 1945-90”, in *Economic Growth in Europe Since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

CARRERAS, José Urbano, *Historia de la Descolonización (1919-1986): las independencias de Asia y África*, Madrid, Istmo, 1987.

CASTRO, Therezinha de, “O Atlântico Sul: contexto regional”, in *A Defesa Nacional*, n. 714, Rio de Janeiro, 1984.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), *Clasificaciones Estadísticas Internacionales Incorporadas en el Banco de Datos del Comercio Exterior de América Latina y el Caribe de la CEPAL (Revisión 2)*, Santiago de Chile, Naciones Unidas, 2004.

CHALIAND, Gerard, RAGEAU, Jean Pierre, *Atlas Stratégique, Géopolitique des Rapports de Forces dans le Monde*, Bruxelles, Editions Complexe, 1988.

CHAMBERLAIN, M. E., *La Descolonización: la caída de los imperios europeos*, Barcelona, Ariel, 1997.

CRAFTS, Nicholas, TONIOLO, Gianni, “Postwar Growth: an Overview”, in *Economic Growth in Europe Since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

D’ADESKY, J., “Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 4, 1980.

D’ADESKY, J., “As Relações Econômicas Brasil-África no Contexto das Relações Internacionais”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 11, 1985.

DAVIES, Penny, “Cooperação Sul-Sul: em Direção a uma Nova Dinâmica”, in *Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul*, Brasília, n. 20, 2010.

DONGHI, Tulio Halperín *et alii*, *Historia Económica de América Latina: desde la independencia a nuestros días*, Barcelona, Crítica, 2002.

FERNANDES, Marcelo P., “O Papel dos Estados Unidos no Fim do Regime de Bretton Woods”, in *Revista Dialética*, Salvador, Ano 1, nº.1, Julho de 2010.

FIORI, José Luís, “O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações”, in *Crítica y Emancipación: revista latinoamericana de ciencias sociales*, Buenos Aires, Ano 1, n.º 2, 1º Sem. 2009.

FOREMAN-PECK, James, *Historia Económica Mundial: relaciones económicas internacionales desde 1850*, Madrid, Prentice Hall, 1995.

GARVY, George, “La teoría de los ciclos largos de Kondratieff”, in IZQUIERDO, Manuel, *Los Ciclos Económicos Largos : ¿una explicación de la crisis?*, Madrid, Akal, 1979.

GOMES, José Carlos, MANZALLI, Maurício, “Novos Papéis das Instituições de Bretton Woods”, in *Revista de Economia Política e História Económica*, n. 06, Dez. 2006.

GREMAUD, Amaury, VASCONCELOS, Marco Antonio, TONETO JR., Rudinei, *Economia Brasileira Contemporânea*, São Paulo, Atlas, 2007.

HEREDIA, José Manuel, *Las Relaciones de Cooperación para el Desarrollo CEE-Estados ACP*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1985.

HUNT, E. K., *História do Pensamento Econômico*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

IGGERS, Georg, *La Ciencia Histórica en el Siglo XX: las tendencias actuales*, Barcelona, Idea Books, 1998.

IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), *Urbanização de Assentamentos Informais e Regularização Fundiária na América Latina*, IBAM, Rio de Janeiro, 2004.

KENIS, Godelieve, *O Regime Comercial da IV Conveção de Lomé e uma Pré-Consideração acerca dos Prováveis Efeitos do Mercado Único nas Relações Comerciais CEE-ACP*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991 (Dissertação de Mestrado).

KONDRATIEFF, Nicolai, “Los Ciclos Económicos Largos”, in IZQUIERDO, Manuel, *Los Ciclos Económicos Largos : ¿una explicación de la crisis?*, Madrid, Akal, 1979.

KOROL, Juan Carlos, *Historia Económica de América Latina: problemas y procesos*, México-DF, Fondo de Cultura Económica, 1999.

KWA, Aileen, “Os Desafios do Comércio Sul-Sul”, in *Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul*, Brasília, n. 20, 2010.

LADD, Paul, “Entre o Fogo e a Fogueira: PMDs no Mundo do G-20”, in *Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul*, Brasília, n. 20, 2010.

LECHINI, Gladys, *Así es África: su inserción en el mundo, sus relaciones con Argentina*, Buenos Aires, Fraterna, 1986.

LECHINI, Gladys, *As Relaciones Argentina-Sudáfrica desde el Proceso hasta Menem*, Rosario, Cerir, 1995.

LECHINI, Gladys, “Argentina y Sudáfrica en el África Austral”, in *Anais do X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos*, Rio de Janeiro, X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000.

LECHINI, Gladys, *Argentina y África en el Espejo de Brasil: ¿política por impulsos o construcción de una política exterior?*, Buenos Aires, CLACSO, 2006.

LLIFFE, John, *África: historia de un continente*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

LÓPEZ, José Luis Cortés, *Historia Contemporánea de Africa: de Nkrumah a Mandela (desde 1940 hasta nuestros días)*, Madrid, Mundo Negro, 2001.

MADDISON, Angus, *Historia del Desarrollo Capitalista: una visión comparada a largo plazo*, Barcelona, Ariel, 1991.

MANDEL, Ernest, “Las ‘ondas largas’ en la Historia del Capitalismo”, in IZQUIERDO, Manuel, *Los Ciclos Económicos Largos : ¿una explicación de la crisis?*, Madrid, Akal, 1979.

MIGUEZ, Alberto, SANCHEZ-GIJON, Antonio, *El Atlântico Sur: un estudo político-estratégico*, Madrid, Instituto de Cuestiones Internacionales, 1984.

NACIONES UNIDAS, *Clasificación Uniforme para el Comercio Internacional – Revisión 4*, Nueva York, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de las Naciones Unidas, 2008.

NUNES, Ana Bela, VALÉRIO, Nuno, *História da Economia Mundial Contemporânea*, Lisboa, Presença, 1997.

NUNES, Ana Bela, *A Globalização Numa Perspectiva Histórica: o que há de novo no processo de globalização?*, Lisboa, Gabinete de História Económica e Social, 1998.

- PEREIRA, Sandra Maria de J., *Cooperação UE-ACP: a dimensão política dos acordos*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- PIMENTEL, José Vicente, “Relações entre o Brasil e a África Subsaariana”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano/vol. 43, número 001, 2000.
- RAPOPORT, Mario, *Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880-2000)*, Buenos Aires, Macchi, 2000.
- RANGEL, Ignácio, “O Quarto Ciclo de Kondratieff”, in *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol.10, n.º 4 (40), Out.-Dez. 1990.
- REIS, Rafael, HENDLER, Bruno, “O Modelo Arrighiano e o ‘Novo’ Caos: limites e possibilidades”, in *Anais do IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo*, Santa Catarina, IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2010.
- ROCUTS, Asthriesslav, “Participación Democrática y Representatividad: Quién toma las decisiones? Y en interés de quién?”, in *Revista IdeaSostenible*, Barcelona, Año 1, nº 2, 1 de Diciembre del 2003.
- RODRÍGUEZ, Carmen María, *El Sistema Lomé: análisis empírico de la cooperación comercial ACP-UE*, Granada, Universidad de Granada, 2004.
- ROJAS, Carlos A. Aguirre, *Immanuel Wallerstein: crítica del sistema-mundo capitalista*, México-DF, Era, 2007.
- SÁ E SILVA, Michelle M., “Como Chegamos até Aqui? Os Caminhos de Cooperação Sul-Sul”, in *Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul*, Brasília, n. 20, 2010.
- SACCHETTI, António Emílio, “Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico”, Lisboa, *Instituto Superior Naval de Guerra*, 1987.
- SANTANA, Ivo de, “Notas e Comentários sobre a Dinâmica do Comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 46 (2), Brasília, 2003.
- SARAIVA, José Flávio, “Um Momento Especial nas Relações Brasil-Angola: do Reconhecimento da Independência aos Desdobramentos Atuais”, in PANTOJA, Selma;

SARAIVA, José Flávio (Org.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

SICSIC, Pierre, WYPLOSZ, Charles, “France, 1945-92”, in *Economic Growth in Europe Since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

SIMPLÍCIO, Francisco, “Além das Melhores Práticas”, in *Poverty in Focus – Cooperação Sul-Sul*, Brasília, n. 20, 2010.

SOBERANIS, Jaime Álvarez, “La Transferencia Internacional de Tecnología y el Diálogo Norte-Sur”, in *Jurídica: Anuário del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana*, México-DF, Tomo I, nº. 13, 1981.

WAINER, Pedro, “La Cooperación Internacional en Nuestro País”, in *Anales del Primer Congreso Nacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos (ALADAA)*, Buenos Aires, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel, *El Moderno Sistema Mundial: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750*, México-DF, Siglo XXI, 1984, 2 v.

WALLERSTEIN, Immanuel, *El Moderno Sistema Mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*, México-DF, Siglo XXI, 1987, 1 v.

WALLERSTEIN, Immanuel, *El Capitalismo Histórico*, Madrid, Siglo XXI, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel, *The Essential Wallerstein*, New York, New York Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel, *Unthinking Social Science: the limits of the nineteenth-century paradigms*, Philadelphia, Temple University Press, 2001.

Fontes

Jornais:

El Litoral, “El Mercado Internacional del Trigo”, 2 de Marzo de 1979. *Biblioteca del Instituto de Iberoamérica, Salamanca, España*. Cota: IP/323.2 (82) ARG lit.

Jornal do Brasil, “Petrobrás e Nigéria decidem área de exploração conjunta”, 26 de Janeiro de 1974. *Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Sessão de Periódicos*. Acervo: 516425, Número de Chamada: 981.02 G766j.

Jornal do Brasil, “Brasil reconhece o Governo na Capital”, 11 de Novembro de 1975. *Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Sessão de Periódicos*. Acervo: 516425, Número de Chamada: 981.02 G802j.

Jornal do Brasil, “Empresas brasileiras executam obras e projetos em 34 países”, 26 de Julho de 1981. *Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Sessão de Periódicos*. Acervo: 516425, Número de Chamada: 981.02 G986j.

Jornal do Brasil, “Livro revela segredos da indústria bélica”, 9 de Junho de 1991. *Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Sessão de Periódicos*. Acervo: 516425, Número de Chamada: 981.02 I156j.

La Nación, “La Argentina dejó de integrar No Alineados”, 20 de Septiembre de 1991. *Biblioteca del Instituto de Iberoamérica, Salamanca, España*. Cota: IP/323.2 (82) ARG nac

LABORDE, Enrique (1977), “No hay compromiso entre ‘Ricos’ y ‘Pobres’”, *ABC*, 3 de julio, p. 32. Disponível em: <<http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1977/06/03/052.html>>. Acesso em: 15 de Junho de 2011.

VILARO, Ramón (1977), “El diálogo ‘Norte-Sur’ al borde del fracaso”. *El País*, 1 de Julio [s.p.]. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/VANCE/_CYRUS/GISCARD_D/ESTAING/_VALERY/TERCER_MUNDO/PAISES_INDUSTRIALIZADOS/ORGANIZACION_DE_PAISES_EXPORTADORES_DE_PETROLEO/_OPEP/dialogo/Norte-Sur/borde/fracaso/elpepiint/19770601elpepiint_5/Tes>. Acesso em: 15 de Junho de 2011.

Revistas:

CAVALLO, Domingo, “Extractos de entrevistas al Canciller Domingo Caballo”, in *América Latina Internacional*, julio-septiembre de 1989, Vol. 6, nº 21. *Biblioteca del Instituto de Iberoamérica, Salamanca, España*. Cota: IP/Revistas (15) AML.

CONDE, Carlos (1979), “O Itamaraty e o mundo”, *IstoÉ*, 21 de Fevereiro de 1979. *Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Sessão de Periódicos*. Acervo: 934855, Número de Chamada: 796.332 H673c

MARCHI, Carlos, “A África confia no Brasil”, *IstoÉ*, 1 de Junho de 1977. *Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Sessão de Periódicos*. Acervo: 934855, Número de Chamada: 796.332 H722m

The Courier, “The Complete Text of the Lomé Convention”, nº. 31, March 1975. *Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitória, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España*. Cota: CD/Revistas 1026-2350 n 31.

The Courier, nº. 58, November 1979. *Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitória, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España*. Cota: CD/Revistas 1026-2350 n 58.

The Courier, nº. 89, January-February 1985. *Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitória, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España*. Cota: CD/Revistas 1026-2350 n 89.

Veja, “O que será de 74?”, 2 de Janeiro de 1974. *Acervo digital de Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 30 de Junho de 2011.

Veja, “Visita petrolífera”, 30 de Janeiro de 1974. *Acervo digital de Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 30 de Junho de 2011.

Veja, “Agora, a África”, 4 de Dezembro de 1974. *Acervo digital de Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 30 de Junho de 2011.

Declarações, resoluções e comunicados internacionais:

Asian-African Conference: Communiqué, 1955 (Excerpts). Bandung, 24 April 1955 – First Conference Resolutions. *Sección Internacional “C”*. Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitoria, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España. Cota: CD/C 1.2 PRO con.

Belgrade Declaration of Non-Aligned Countries, 1961. Belgrade, 6 September 1961 – First Conference of Heads of State or Government of Non-Aligned Countries. *Sección Internacional “C”*. Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitoria, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España. Cota: CD/C 1.2 PRO bel.

Caracas Declaration of the Ministers of the Foreign Affairs of the Group of 77 on the occasion of the twenty-fifth anniversary of the Group, 1989, Caracas, 23 June 1989, I-2-6. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/Caracas%20Declaration.html>>. Acesso em: 14 de Junho de 2011.

Joint Declaration of the Seventy-Seven Developing Countries made at conclusion of the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 1964, Geneva, 15 June 1964. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>>. Acesso em: 14 de Junho de 2011.

Resolución 1995 (XIX) de 30 de Diciembre de 1964 de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas – Establecimiento de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo como órgano de la Asamblea General. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/documents/ga/res/19/ares19.htm>>. Acesso em: 10 de Julho de 2011.

Resolución 3151 (XXVIII) de 14 de Diciembre de 1973 de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas – Política de Apartheid del Gobierno de Sudáfrica. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/documents/ga/res/28/ares28.htm>>. Acesso em: 16 de Julho de 2011.

Resolución 3281 (XXIX) de 12 de Diciembre de 1974 de la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas – Carta de Derechos y Deberes Económicos de los Estados. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/documents/ga/res/29/ares29.htm>>. Acesso em: 10 de Julho de 2011.

Resolución 502 (1982) de 3 de Abril de 1982 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/docs/sc82/scres82.htm>>. Acesso em: 16 de Julho de 2011.

Resolución de la XX Reunión de 28 de Abril de 1982 del TIAR. Biblioteca del Instituto de Iberoamérica, Salamanca, España. Cota: IP/32 (02) INT port.

Resolución 37/9 (A/RES/37/9) de 4 de Noviembre de 1982 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – Cuestión de las Islas Malvinas (Falkland Islands). Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/documents/ga/res/37/list37.htm>>. Acesso em: 16 de Julho de 2011.

Resolution 3201 (S-VI) of 1 May 1974 of the General Assembly of the United Nations Organization – Declaration on the Establishment of a New International Economic Order. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/documents/instruments/docs_sp.asp?year=1970>. Acesso em: 10 de Julho de 2011.

United Nations General Assembly, 19th session, A/5763, 29 October 1964 – Cairo Declaration of Non-Aligned Countries, 1964. NAC-II/HEADS/5, Cairo, 10 October 1964 – Second Conference of Heads of State or Government of Non-Aligned Countries. Disponível em: <[http://www.namegypt.org/Relevant%20Documents/02nd%20Summit%20of%20the%20Non-Aligned%20Movement%20-%20Final%20Document%20\(Cairo_Declaration\).pdf](http://www.namegypt.org/Relevant%20Documents/02nd%20Summit%20of%20the%20Non-Aligned%20Movement%20-%20Final%20Document%20(Cairo_Declaration).pdf)>. Acesso em: 14 de Junho de 2011.

United Nations General Assembly, 28th session, A/9330, 22 November 1973 – Algiers Declaration of Non-Aligned Countries, 1973. Algiers, 9 September 1973 – Fourth Conference of Heads of State or Government of Non-Aligned Countries. Disponível em: <[http://www.namegypt.org/Relevant%20Documents/04th%20Summit%20of%20the%20Non-Aligned%20Movement%20-%20Final%20Document%20\(Algiers_Declaration\).pdf](http://www.namegypt.org/Relevant%20Documents/04th%20Summit%20of%20the%20Non-Aligned%20Movement%20-%20Final%20Document%20(Algiers_Declaration).pdf)>. Acesso em: 14 de Junho de 2011.

Documentos diversos:

BRASIL. Lei n.º 2.145 de 29 de Dezembro de 1953. *Cria a Carteira de Comércio Exterior. Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L2145.htm>. Acesso em: 20 de Julho de 2011.

BRASIL. Lei n.º 5.025 de 10 de Junho de 1966. *Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional de Comércio Exterior, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5025.htm>. Acesso em: 20 de Julho de 2011.

BRASIL. Decreto-lei n.º 1.219, de 15 de Maio de 1972. *Dispõe sobre a concessão de estímulos à exportação de manufaturados e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=200286>>. Acesso em: 20 de Julho de 2011.

COMISIÓN INDEPENDIENTE SOBRE PROBLEMAS INTERNACIONALES DEL DESARROLLO, *Informe de la Comisión Brandt para el diálogo Norte-Sur*, México-DF, Nueva Sociedad, 1981, 346 p. *Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitória, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España*. Cota: FV/M 918 DIA bra

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, Information Directorate-Generale, “The Units of Account as a Factor of Integration – Information 87/75”, [1975?]. *Archive of the European Integration (AEI), University of Pittsburgh*. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/7861/1/31735055281731_1.pdf>. Acesso em: 25 de Julho de 2011.

COMUNIDAD ECONÓMICA EUROPEA (1960), “Decisión del 19 de Octubre sobre las relaciones de la Comunidad con los Países y Territorios que Acceden a la Independencia”, in *Boletín de la Comunidad Económica Europea*, nº 10, Diciembre, Bruselas. *Biblioteca Francisco de Vitória, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España*. Cota: FV/Revistas/DP 205.

COMUNIDADES EUROPEAS (1987), *Tratados Constitutivos de las Comunidades Europeas, Tratado de Roma de 25 de Marzo de 1957*, Oficina de Publicaciones Oficiales de

las Comunidades Europeas. Luxemburgo. *Biblioteca Francisco de Vitoria, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España*. Cota: FV/Y M804 TRA man.

Conferência do Ministro Mário Gibson Barboza, pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 17 de julho de 1970, in Documentos de Política Externa IV, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1970. Biblioteca Histórica do Itamaraty, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, Brasil. Acervo: 130623, Exemplar: 251778, Número de Chamada: 605,03,025.

Discurso do Chanceler brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 23 de setembro de 1974, in Resenha de Política Exterior do Brasil II, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974. Biblioteca Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Ministério das Relações Exteriores-Itamaraty, Brasília, Brasil. Acervo: 5506, Número de Chamada: R 327(81) B823r.

Eighth Meeting of the 23rd Session of the General Agreement on Tariffs and Trade Contracting Parties – SR. 23/8, 21 April 1966. Sección Internacional “C”. Centro de Documentación Europea, Biblioteca Francisco de Vitoria, 2ª planta, Campus Miguel de Unamuno, Salamanca, España. Cota: CD/C 2.7 GAT me.

Entrevista do Ministro Mário Gibson Barboza ao “Jornal do Brasil” do Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1972, in Documentos de Política Externa VI, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1973. Biblioteca Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Ministério das Relações Exteriores-Itamaraty, Brasília, Brasil. Acervo: 43905, Caixa Registro: 58533, Número de Chamada: R 327(81) B823dp.

Páginas Electrónicas Consultadas

- UnctadStat – *UNCTAD’s Statistical Database*

<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1584&lang=1>

- Comtrade – *United Nations Commodity Trade Statistics Database*

<http://comtrade.un.org/>

Apêndice A

Breve nota relativamente às fontes documentais utilizadas no estudo

As fontes documentais utilizadas ao longo do presente trabalho detinham distintas procedências. Foram essencialmente compostas por artigos de revistas e jornais voltados ao acompanhamento da economia e da política exteriores, por declarações, resoluções e comunicados feitos por organismos internacionais, bem como por legislações referentes aos países estudados, alguns relatórios técnicos e colectâneas referentes à actividade diplomática brasileira.

Para consultá-los, fez-se uso de arquivos responsáveis pela guarda dos referidos documentos. Muitos destes arquivos possuíam acervos em meio electrónico que permitiram a consulta, em formato PDF ou HTML, de seus conteúdos. Para os demais casos foram realizadas visitas presenciais ou solicitações, por correspondência electrónica, a funcionários responsáveis pelos arquivos que, tendo a disponibilidade para tanto, enviaram cópias digitalizadas das referências solicitadas (o que muito facilitou a análise das informações).

As visitas presenciais foram feitas em arquivos da Universidade de Salamanca, em Espanha, com especial destaque para o *Centro de Documentación Europea* e para a *Biblioteca del Instituto de Iberoamérica*. Em seus arquivos foram consultados documentos relativos a declarações e comunicados oficiais de organizações como o *Grupo dos Não-Alinhados*, informativos técnicos, tratados e decisões provenientes da CEE, bem como as edições especiais da revista *The Courier*, publicação comum da Comunidade Europeia e dos países ACP editada maioritariamente entre os anos de 1970 e 2003, financiada com recursos do FED e destinada à divulgação das acções promovidas notadamente no âmbito da *Convenção de Lomé*.

A consulta a acervos em linha foi possível por meio de hemerotecas digitais mantidas por publicações como *El País*, *ABC* e *Veja*. *El País* é um periódico espanhol fundado em 1976, guardando certa postura não-conservadora e tendências centristas. É o jornal líder do país, tendo conquistado tal posição ao longo da década de 1980,

período em que apoiaria o processo de transição à democracia em Espanha. Ao longo do período estudado, deu amplo destaque às temáticas políticas, económicas e internacionais. *ABC* foi fundado em 1903, em Madrid, também possuindo, a partir de 1929, edições especiais produzidas em Sevilha. De tendências mais conservadoras, monarquista, chegou a ocupar, após o fim da Guerra Civil Espanhola, a primeira posição quanto ao volume de tiragem nacional. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, perderia paulatinamente tal posição. *Veja*, por sua vez, é uma revista semanal brasileira fundada em 1968. Voltada a generalidades e a temas de carácter nacional, também abordava temáticas de política e economia internacionais. Trata-se de uma publicação de tendência conservadora, sendo, ainda hoje, a revista de maior circulação no Brasil. O acesso ao conjunto de resoluções da ONU, bem como de boa parte das declarações oficiais do *G-77* e dos *Não-Alinhados* também foi possível graças a acervos electrónicos mantidos pelas Nações Unidas, pelo próprio *G-77* e pelo *Ministério de Assuntos Exteriores do Egipto*, respectivamente.

A comunicação electrónica mantida com os serviços de atendimento de bibliotecas localizadas no Brasil também permitiu o acesso a um importante conjunto de documentos. Os contactos feitos junto ao *Arquivo Histórico do Itamaraty* (o Ministério das Relações Exteriores brasileiro) possibilitou a recepção de textos referentes a conferências, discursos e entrevistas feitas por autoridades diplomáticas por ocasião de suas visitas aos parceiros comerciais de África. As consultas junto à *Biblioteca Central da Universidade de Brasília* também permitiram o contacto com as publicações da revista *IstoÉ* e do *Jornal do Brasil*. Fundada em 1976, *IstoÉ* é também uma revista de generalidades, principal concorrente de *Veja* no mercado editorial brasileiro. Possui posições mais moderadas comparativamente a sua concorrente, sem, no entanto, declarar-se como uma revista de posições liberais ou de esquerda. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, foi fundado em 1891. Inicialmente monarquista, chegou a apoiar a deposição do governo civil em 1964, que culminou com a instauração de uma ditadura militar no país até o ano de 1985. No âmbito da temática política e económica internacional, no entanto, tendeu a posições mais centristas ao longo do período estudado.

Apêndice B

Balanças comerciais dos países europeus e sul-americanos seleccionados com relação às economias africanas sob estudo

Balança comercial do Reino Unido - em US\$ a preços correntes - com relação a três países africanos seleccionados 1970-2000

Ano	Angola			Nigéria			África do Sul ¹		
	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo
1970	32.695.956	21.405.234	11.290.722	263.070.064	296.190.688	-33.120.624	779.254.656	441.146.624	338.108.032
1971	43.020.952	10.063.434	32.957.518	394.677.472	338.026.752	56.650.720	947.638.080	439.574.048	508.064.032
1972	32.522.990	16.452.294	16.070.696	376.868.192	389.750.368	-12.882.176	747.419.072	544.275.840	203.143.232
1973	41.227.440	41.178.620	48.820	408.842.112	505.922.880	-97.080.768	893.556.352	668.570.752	224.985.600
1974	49.939.332	97.517.680	-47.578.348	513.894.208	861.075.520	-347.181.312	1.234.618.496	694.355.392	540.263.104
1975	31.172.712	14.698.342	16.474.370	1.132.892.621	694.364.186	438.528.435	1.526.685.934	1.330.647.963	196.037.971
1976	13.104.690	9.799.791	3.304.899	1.389.556.864	568.494.784	821.062.080	1.167.472.128	1.247.912.192	-80.440.064
1977	18.291.858	9.605.211	8.686.647	1.865.601.280	382.961.536	1.482.639.744	1.029.110.336	1.698.319.360	-669.209.024
1978	39.010.702	85.976.250	-46.965.548	2.174.889.360	550.600.582	1.624.288.778	1.292.726.660	1.554.683.060	-261.956.400
1979	64.262.568	105.264.495	-41.001.927	1.354.404.360	394.988.924	959.415.436	1.544.524.590	13.267.670	1.531.256.920
1980	64.351.328	17.861.024	46.490.304	2.645.187.840	322.881.600	2.322.306.240	2.200.655.872	1.073.651.328	1.127.004.544
1981	79.652.952	12.825.491	66.827.461	2.879.099.950	190.696.724	2.688.403.226	2.482.149.660	1.353.891.170	1.128.258.490
1982	45.013.511	12.895.684	32.117.827	2.140.678.640	624.318.077	1.516.360.563	2.105.302.060	1.408.977.760	696.324.300
1983	34.613.660	69.347.547	-34.733.887	1.212.455.330	588.246.871	624.208.459	1.701.285.610	1.318.738.520	382.547.090
1984	47.705.606	212.875.830	-165.170.224	1.030.331.900	581.673.026	448.658.874	1.638.218.620	1.131.315.140	506.903.480
1985	55.867.530	194.129.010	-138.261.480	1.243.134.840	854.348.388	388.786.452	1.326.904.060	1.383.622.190	-56.718.130
1986	45.285.565	63.271.304	-17.985.739	828.650.188	482.492.125	346.158.063	1.270.130.850	1.318.943.090	-48.812.240
1987	48.593.622	3.797.505	44.796.117	791.301.685	261.742.617	529.559.068	1.587.451.210	1.174.264.500	413.186.710
1988	46.532.127	12.976.752	33.555.375	660.256.387	217.774.274	442.482.113	1.933.515.010	1.503.839.233	429.675.777
1989	39.155.064	2.075.191	37.079.873	625.916.800	209.245.696	416.671.104	1.708.941.568	1.523.779.840	185.161.728
1990	48.628.524	9.158.840	39.469.684	858.122.688	522.677.696	335.444.992	1.998.739.200	2.010.994.816	-12.255.616
1991	50.839.516	114.367.800	-63.528.284	817.890.048	433.030.848	384.859.200	1.586.046.080	1.745.126.016	-159.079.936
1992	113.001.572	254.162.259	-141.160.687	1.093.004.025	294.719.043	798.284.982	1.951.749.202	1.679.657.016	272.092.186
1993	41.303.345	34.301.679	7.001.666	952.846.990	181.806.036	771.040.954	1.733.965.089	1.767.766.153	-33.801.064
1994	36.316.534	18.658.012	17.658.522	702.241.912	190.939.426	511.302.486	2.211.116.792	1.625.736.162	585.380.630
1995	43.293.180	35.371.896	7.921.284	644.260.992	277.773.632	366.487.360	2.618.138.880	1.629.441.280	988.697.600
1996	70.040.224	13.749.991	56.290.233	603.506.048	451.983.808	151.522.240	2.757.108.224	1.939.658.880	817.449.344
1997	133.289.830	29.506.734	103.783.096	698.156.314	200.506.735	497.649.579	2.730.532.624	2.554.611.936	175.920.688
1998	68.758.215	12.424.762	56.333.453	776.676.307	232.845.500	543.830.807	2.630.655.318	2.597.512.786	33.142.532
1999	106.696.809	17.504.994	89.191.815	702.549.121	203.796.855	498.752.266	1.981.823.666	3.135.575.965	-1.153.752.299
2000	115.306.550	3.720.056	111.586.494	808.598.166	124.326.523	684.271.643	2.134.788.520	3.862.671.897	-1.727.883.377

Chamada: 1- Entre 1970 e 1999, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

**Balança comercial da Rep. Fed. da Alemanha - em US\$ a preços correntes - com relação a três países africanos seleccionados
1970-2000**

Ano	Angola			Nigéria			África do Sul ¹		
	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo
1970	43.311.000	37.300.000	6.011.000	110.151.000	271.508.992	-161.357.992	566.451.008	306.740.000	259.711.008
1971	44.464.000	22.472.000	21.992.000	141.398.000	255.127.000	-113.729.000	573.574.000	264.554.000	309.020.000
1972	47.684.000	33.831.000	13.853.000	163.866.000	547.081.024	-383.215.024	583.636.992	304.497.984	279.139.008
1973	69.100.000	56.704.000	12.396.000	224.595.008	772.780.992	-548.185.984	962.372.992	466.003.008	496.369.984
1974	89.788.000	124.744.000	-34.956.000	400.582.016	2.141.341.056	-1.740.759.040	1.574.622.976	597.241.024	977.381.952
1975	43.070.000	51.470.000	-8.400.000	761.460.992	1.891.636.992	-1.130.176.000	1.517.600.000	690.872.000	826.728.000
1976	29.102.000	21.088.000	8.014.000	982.590.976	1.888.050.944	-905.459.968	1.389.490.048	897.433.024	492.057.024
1977	89.475.000	11.478.000	77.997.000	1.449.031.040	1.108.882.944	340.148.096	1.276.424.960	993.011.008	283.413.952
1978	79.570.000	5.837.000	73.733.000	1.430.070.000	1.228.682.000	201.388.000	1.546.301.000	942.869.000	603.432.000
1979	79.441.000	5.452.000	73.989.000	1.144.644.000	2.376.590.000	-1.231.946.000	1.717.879.000	1.159.727.000	558.152.000
1980	101.822.000	2.825.000	98.997.000	1.771.790.976	3.029.875.968	-1.258.084.992	2.517.603.072	1.442.226.944	1.075.376.128
1981	79.968.000	21.452.000	58.516.000	1.818.617.984	1.550.477.056	268.140.928	2.718.571.008	1.114.081.024	1.604.489.984
1982	58.110.000	955.000	57.155.000	1.438.114.944	1.806.290.048	-368.175.104	2.525.600.000	1.109.176.064	1.416.423.936
1983	41.831.000	830.000	41.001.000	668.209.984	1.805.437.056	-1.137.227.072	1.937.778.048	908.760.000	1.029.018.048
1984	52.811.000	9.358.000	43.453.000	392.827.008	2.201.443.072	-1.808.616.064	2.337.472.000	905.107.008	1.432.364.992
1985	70.214.000	17.361.000	52.853.000	558.460.992	2.142.706.048	-1.584.245.056	1.681.547.008	966.608.000	714.939.008
1986	42.233.000	11.610.000	30.623.000	542.641.024	1.250.359.040	-707.718.016	1.919.008.000	1.210.982.016	708.025.984
1987	47.112.000	48.049.000	-937.000	495.108.992	765.113.984	-270.004.992	2.516.418.048	1.196.372.992	1.320.045.056
1988	67.401.000	252.755.000	-185.354.000	515.124.000	689.491.000	-174.367.000	3.340.728.000	1.397.659.000	1.943.069.000
1989	87.833.000	42.011.000	45.822.000	533.481.000	697.403.000	-163.922.000	3.272.901.000	1.608.579.000	1.664.322.000
1990	82.358.000	250.039.000	-167.681.000	719.676.000	1.261.981.000	-542.305.000	3.094.719.000	1.690.517.000	1.404.202.000
1991	72.385.000	191.752.000	-119.367.000	972.439.000	1.200.248.000	-227.809.000	2.877.309.000	1.782.753.000	1.094.556.000
1992	93.703.000	109.991.000	-16.288.000	1.029.945.000	1.454.540.000	-424.595.000	2.827.185.000	1.762.980.000	1.064.205.000
1993	29.563.000	93.596.000	-64.033.000	688.399.000	869.145.000	-180.746.000	2.636.584.000	1.424.317.000	1.212.267.000
1994	23.276.000	162.946.000	-139.670.000	493.798.000	951.100.000	-457.302.000	3.150.579.000	1.625.758.000	1.524.821.000
1995	28.351.000	255.178.000	-226.827.000	573.565.000	688.918.000	-115.353.000	4.056.574.000	1.840.726.000	2.215.848.000
1996	30.667.000	153.911.000	-123.244.000	654.832.000	706.842.000	-52.010.000	3.706.317.000	1.979.950.000	1.726.367.000
1997	46.434.040	32.878.404	13.555.636	702.210.240	878.780.992	-176.570.752	3.377.122.304	1.930.621.824	1.446.500.480
1998	46.024.000	66.036.000	-20.012.000	617.049.984	310.398.016	306.651.968	3.607.298.048	2.303.704.064	1.303.593.984
1999	27.712.440	104.367.672	-76.655.232	636.770.112	206.294.944	430.475.168	3.306.163.968	2.676.094.720	630.069.248
2000	28.580.000	96.148.000	-67.568.000	554.070.000	496.858.000	57.212.000	3.388.377.000	2.731.224.000	657.153.000

Nota: a partir de 1991, os dados referentes às trocas comerciais com os países africanos seleccionados passam a ser registados sob a autoridade da Alemanha Unificada.

Chamada: 1- Entre 1970 e 1999, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral (UAAA)*, congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

**Balança comercial de França - em US\$ a preços correntes - com relação a três países africanos seleccionados
1970-2000**

Ano	Angola			Nigéria			África do Sul ¹		
	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo
1970	17.288.558	6.815.907	10.472.651	29.523.636	119.872.192	-90.348.556	188.967.744	74.991.136	113.976.608
1971	19.524.260	10.875.299	8.648.961	49.486.052	280.097.120	-230.611.068	181.123.232	79.516.616	101.606.616
1972	21.314.920	20.047.760	1.267.160	75.959.168	346.606.112	-270.646.944	183.944.976	106.185.840	77.759.136
1973	34.338.200	20.817.688	13.520.512	108.076.944	414.427.744	-306.350.800	241.617.840	164.547.344	77.070.496
1974	42.198.528	35.844.456	6.354.072	173.486.976	913.703.360	-740.216.384	351.050.144	186.607.408	164.442.736
1975	36.711.440	19.374.874	17.336.566	463.378.432	858.176.640	-394.798.208	432.664.960	232.032.352	200.632.608
1976	9.412.227	11.781.112	-2.368.885	536.078.752	750.487.424	-214.408.672	492.862.240	293.904.672	198.957.568
1977	33.121.490	9.813.123	23.308.367	749.518.976	943.933.120	-194.414.144	496.936.096	482.402.720	14.533.376
1978	28.302.604	4.864.018	23.438.586	843.930.240	937.987.200	-94.056.960	606.229.440	704.750.400	-98.520.960
1979	48.257.604	3.969.024	44.288.580	763.777.216	1.449.101.184	-685.323.968	530.765.568	951.242.624	-420.477.056
1980	93.289.304	1.340.865	91.948.439	1.352.180.736	3.012.651.264	-1.660.470.528	964.857.088	1.162.316.544	-197.459.456
1981	165.321.696	355.274	164.966.422	1.706.249.216	1.544.058.368	162.190.848	1.081.743.872	1.001.754.624	79.989.248
1982	118.656.968	13.310.201	105.346.767	1.234.272.640	1.838.684.928	-604.412.288	631.283.456	739.077.632	-107.794.176
1983	84.197.584	1.030.556	83.167.028	921.772.672	1.977.350.400	-1.055.577.728	509.116.544	583.407.616	-74.291.072
1984	100.063.952	1.466.881	98.597.071	914.501.760	2.195.993.344	-1.281.491.584	507.371.072	659.698.112	-152.327.040
1985	136.440.960	78.430.728	58.010.232	554.295.936	1.711.762.816	-1.157.466.880	394.895.744	631.540.096	-236.644.352
1986	136.062.464	87.175.504	48.886.960	495.022.112	813.693.440	-318.671.328	408.540.736	472.918.176	-64.377.440
1987	122.667.000	99.555.464	23.111.536	404.204.352	575.336.640	-171.132.288	475.958.272	604.909.056	-128.950.784
1988	148.837.536	80.399.832	68.437.704	479.151.904	494.603.584	-15.451.680	612.564.608	757.406.976	-144.842.368
1989	175.104.304	41.657.588	133.446.716	410.733.504	477.006.304	-66.272.800	572.675.840	769.145.536	-196.469.696
1990	153.320.336	518.738.336	-365.418.000	535.871.264	642.732.032	-106.860.768	585.222.144	802.153.408	-216.931.264
1991	176.376.784	348.169.312	-171.792.528	633.887.552	682.638.208	-48.750.656	962.246.208	714.441.536	247.804.672
1992	160.277.232	258.423.936	-98.146.704	791.384.448	730.094.720	61.289.728	761.904.960	727.185.856	34.719.104
1993	96.167.072	135.559.936	-39.392.864	560.082.048	765.475.456	-205.393.408	633.348.736	486.541.120	146.807.616
1994	136.846.224	122.117.064	14.729.160	457.009.312	1.087.874.944	-630.865.632	865.485.184	588.685.312	276.799.872
1995	383.756.096	89.389.328	294.366.768	420.253.344	781.933.696	-361.680.352	1.061.752.448	702.129.984	359.622.464
1996	155.104.960	144.345.408	10.759.552	506.488.512	1.389.205.120	-882.716.608	926.709.632	753.345.600	173.364.032
1997	118.539.216	181.576.496	-63.037.280	458.063.616	711.216.000	-253.152.384	1.054.728.768	718.720.832	336.007.936
1998	117.833.952	112.569.368	5.264.584	568.620.736	741.933.056	-173.312.320	1.185.517.824	814.714.496	370.803.328
1999	144.307.456	92.946.168	51.361.288	570.548.992	752.487.616	-181.938.624	946.026.304	745.694.208	200.332.096
2000	114.468.418	375.057.642	-260.589.224	612.404.906	1.132.525.003	-520.120.097	1.056.102.177	755.244.215	300.857.962

Chamada: 1- Entre 1970 e 1999, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral (UAAA)*, congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

**Balança comercial do Brasil - em US\$ a preços correntes - com relação a três países africanos seleccionados
1970-2000**

Ano	Angola			Nigéria			África do Sul ¹		
	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo
1970	486.723	-	486.723	194.071	28.880.964	-28.686.893	16.245.370	2.294.129	13.951.241
1971	739.926	1.136.851	-396.925	458.491	31.191.720	-30.733.229	20.077.612	4.229.114	15.848.498
1972	1.807.340	728.081	1.079.259	1.000.813	23.808.754	-22.807.941	28.964.058	7.809.533	21.154.525
1973	4.520.979	3.058.685	1.462.294	3.526.210	6.481.266	-2.955.056	33.920.888	16.818.756	17.102.132
1974	5.876.743	1.344.161	4.532.582	11.982.486	192.344	11.790.142	45.359.864	33.131.866	12.227.998
1975	6.012.895	7.617.670	-1.604.775	57.184.068	89.973	57.094.095	36.316.792	30.109.700	6.207.092
1976	22.076.320	91.648	21.984.672	86.686.616	81.508.704	5.177.912	33.374.904	37.911.808	-4.536.904
1977	26.179.460	-	26.179.460	115.101.760	94.741.352	20.360.408	27.534.484	121.688.648	-94.154.164
1978	22.589.568	-	22.589.568	233.509.440	70.826.520	162.682.920	37.253.840	115.844.344	-78.590.504
1979	88.721.088	-	88.721.088	137.469.408	34.274.096	103.195.312	53.483.248	170.074.160	-116.590.912
1980	118.669.216	112.854.376	5.814.840	271.497.952	89.837.688	181.660.264	103.056.976	227.436.528	-124.379.552
1981	106.958.824	162.107.200	-55.148.376	770.228.672	755.721.920	14.506.752	131.995.216	103.526.952	28.468.264
1982	85.350.320	104.721.488	-19.371.168	244.154.720	237.473.568	6.681.152	104.549.000	85.491.304	19.057.696
1983	46.438.652	228.398.048	-181.959.396	195.430.848	87.425.536	108.005.312	141.062.528	25.086.484	115.976.044
1984	89.981.648	135.057.408	-45.075.760	653.704.960	1.019.198.592	-365.493.632	134.017.272	50.821.472	83.195.800
1985	128.859.416	157.732.864	-28.873.448	914.697.728	1.422.035.456	-507.337.728	56.111.496	21.501.550	34.609.946
1986	284.761.600	126.194.392	158.567.208	215.986.688	401.526.080	-185.539.392	60.595.216	63.400.164	-2.804.948
1987	234.879.520	112.668.424	122.211.096	218.630.928	223.257.200	-4.626.272	103.252.696	72.212.064	31.040.632
1988	234.294.320	236.884.208	-2.589.888	154.917.920	141.365.184	13.552.736	164.696.112	87.948.208	76.747.904
1989	199.010.704	60.553.616	138.457.088	131.948.760	136.910.048	-4.961.288	182.713.616	96.999.064	85.714.552
1990	83.124.504	127.517.400	-44.392.896	179.858.624	65.944.180	113.914.444	167.945.408	91.326.784	76.618.624
1991	68.944.472	164.313.600	-95.369.128	176.544.496	267.478.240	-90.933.744	178.732.192	72.740.320	105.991.872
1992	62.104.444	42.349.560	19.754.884	307.779.072	32.618.640	275.160.432	177.323.712	77.551.560	99.772.152
1993	37.545.192	30.457.112	7.088.080	239.847.360	140.944.704	98.902.656	194.627.360	122.658.528	71.968.832
1994	154.742.768	15.815.403	138.927.365	149.277.520	246.100.272	-96.822.752	226.734.624	245.432.704	-18.698.080
1995	20.594.038	43.265.592	-22.671.554	243.317.456	570.617.280	-327.299.824	261.926.560	296.211.648	-34.285.088
1996	34.862.048	148.253.088	-113.391.040	274.527.680	261.202.080	13.325.600	296.951.744	442.580.416	-145.628.672
1997	81.735.832	38.255.960	43.479.872	249.169.904	577.326.080	-328.156.176	331.816.576	392.611.648	-60.795.072
1998	120.108.272	22.666.906	97.441.366	328.023.488	647.947.968	-319.924.480	223.377.728	300.936.192	-77.558.464
1999	64.024.533	29.567.157	34.457.376	226.792.072	769.268.702	-542.476.630	238.304.651	186.233.029	52.071.622
2000	106.281.536	31.422.471	74.859.065	246.861.556	733.604.876	-486.743.320	302.226.889	227.762.569	74.464.320

Chamada: 1- Entre 1970 e 1999, os dados referentes à África do Sul respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

**Balança comercial da Argentina - em US\$ a preços correntes - com relação a três países africanos seleccionados
1970-2000**

Ano	Angola			Nigéria			África do Sul ¹		
	Exportações a	Importações de ²	Saldo	Exportações a	Importações de ³	Saldo	Exportações a	Importações de	Saldo
1970	82.597	202.333	-119.736	58.499	349.899	-291.400	3.949.681	7.173.682	-3.224.001
1971	103.608	-	103.608	105.073	2.264	102.809	2.634.322	3.311.328	-677.006
1972	525	1.110	-585	59.245	1.672	57.573	3.273.233	5.585.645	-2.312.412
1973	1.118.750	-	1.118.750	505.421	8.360	497.061	12.081.689	5.977.751	6.103.938
1974	1.279.891	-	1.279.891	3.052.801	15.470	3.037.331	18.727.360	9.350.458	9.376.902
1975	4.528.395	-	4.528.395	2.891.825	-	2.891.825	7.520.036	9.663.413	-2.143.377
1976	752.185	-	752.185	1.063.920	3.730	1.060.190	4.708.785	12.598.287	-7.889.502
1977	10.003.455	-	10.003.455	12.787.823	-	12.787.823	6.558.178	19.753.902	-13.195.724
1978	11.009.518	-	11.009.518	17.547.962	28.922.984	-11.375.022	10.032.681	21.429.432	-11.396.751
1979	26.703.592	70.905.664	-44.202.072	12.544.301	11.422.320	1.121.981	9.909.154	34.047.716	-24.138.562
1980	26.904.458	21.338.560	5.565.898	17.522.356	37.445.152	-19.922.796	15.558.641	53.395.240	-37.836.599
1981	31.478.842	-	31.478.842	21.926.704	66.688.160	-44.761.456	18.091.180	45.762.204	-27.671.024
1982	15.942.620	-	15.942.620	22.536.590	-	22.536.590	19.145.736	30.990.300	-11.844.564
1983	17.257.410	-	17.257.410	20.738.524	27.509	20.711.015	171.995.168	23.543.800	148.451.368
1984	20.583.136	-	20.583.136	6.414.043	75.454	6.338.589	122.654.688	16.445.208	106.209.480
1985	36.160.116	-	36.160.116	33.693.620	-	33.693.620	77.394.200	14.478.713	62.915.487
1986	9.373.113	-	9.373.113	6.604.533	-	6.604.533	48.506.092	31.042.296	17.463.796
1987	4.020.552	-	4.020.552	2.572.887	111.066	2.461.821	38.009.584	48.813.852	-10.804.268
1988	16.320.727	-	16.320.727	9.480.188	1.667.588	7.812.600	70.251.872	42.458.532	27.793.340
1989	29.835.620	-	29.835.620	7.214.729	965.410	6.249.319	74.928.984	18.953.680	55.975.304
1990	22.682.668	34.346	22.648.322	6.399.145	368.447	6.030.698	83.474.536	18.601.476	64.873.060
1991	19.970.237	26.714	19.943.523	22.301.870	37.959.721	-15.657.851	73.809.802	55.783.810	18.025.992
1992	14.924.856	-	14.924.856	48.594.064	3.889.842	44.704.222	226.008.224	88.991.912	137.016.312
1993	6.954.773	-	6.954.773	7.471.370	36.667	7.434.703	80.474.704	95.573.672	-15.098.968
1994	2.999.439	-	2.999.439	8.605.068	40.336.256	-31.731.188	184.755.488	99.572.960	85.182.528
1995	19.774.380	5.820.516	13.953.864	4.689.129	42.307.428	-37.618.299	339.961.472	124.511.352	215.450.120
1996	38.897.620	-	38.897.620	50.195.052	23.021.448	27.173.604	250.995.856	105.031.440	145.964.416
1997	4.175.389	5.656.630	-1.481.241	44.149.380	30.765.886	13.383.494	303.871.744	109.131.656	194.740.088
1998	6.207.000	-	6.207.000	30.900.644	5.029.147	25.871.497	240.154.976	110.637.720	129.517.256
1999	7.073.848	-	7.073.848	45.223.333	29.084.687	16.138.646	224.827.043	93.481.244	131.345.799
2000	11.930.544	15.365.512	-3.434.968	46.149.432	198.623.852	-152.474.420	216.492.162	85.142.134	131.350.028

Chamadas: 1- Entre 1970 e 1999, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia;

2- Os dados para os anos de 1970 e 1972 foram fornecidos pela autoridade angolana, sob a forma de "Exportações totais de Angola destinadas à Argentina";

3- Os dados para os anos de 1972, 1973, 1976, 1983 e 1984 foram fornecidos pela autoridade nigeriana sob a forma de "Exportações totais da Nigéria destinadas à Argentina".

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Apêndice C

Exportações e importações dos três países africanos seleccionados com relação à Rep. Fed. da Alemanha e ao Brasil (em 10 secções de produtos – *SITC Rev. 1*)

Distribuição das exportações da Nigéria - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - destinadas à Rep. Fed. da Alemanha - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	11.048.000	0	23.317.000	231.864.000	2.306.000	126.000	2.600.000	33.000	29.000	186.000	-8	271.508.992
1975	15.961.000	0	11.508.000	1.855.069.952	255.000	2.000	7.663.000	159.000	34.000	985.000	40	1.891.636.992
1980	80.614.000	0	17.446.000	2.923.891.968	1.242.000	806.000	3.748.000	1.927.000	172.000	29.000	0	3.029.875.968
1985	31.457.000	1.000	7.226.000	2.095.527.936	354.000	744.000	6.104.000	1.041.000	162.000	89.000	112	2.142.706.048
1990	45.966.000	141.056	13.805.000	1.188.882.944	52.000	4.262.000	3.374.000	1.680.000	230.000	3.593.000	0	1.261.986.000
1995	32.597.000	23.000	9.580.000	632.305.024	1.007.000	1.719.000	5.800.000	1.421.000	325.000	17.000	4.123.976	688.918.000
2000	11.734.000	113.000	8.452.000	467.725.000	2.110.000	420.000	4.363.000	1.180.000	743.000	18.000	0	496.858.000

Nota: a partir de 1995, consideram-se as exportações enviadas à Alemanha Unificada.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das importações da Nigéria - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - vindas da Rep. Fed. da Alemanha - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	1.112.000	63000	1.281.000	542.000	19.000	26.996.000	21.173.000	53.997.000	4.968.000	0	0	110.151.000
1975	13.699.000	37.347.000	11.153.000	5.188.000	529.000	132.466.000	166.435.008	357.120.992	27.847.000	9.676.000	-8	761.460.992
1980	138.975.008	2.015.000	11.548.000	9.689.000	71.623.000	223.592.992	288.760.000	958.611.968	66.861.000	115.000	8	1.771.790.976
1985	17.807.000	224.000	11.648.000	9.683.000	3.975.000	96.560.000	89.117.000	306.336.992	22.807.000	303.000	0	558.460.992
1990	13.426.000	2.727.000	9.281.000	9.388.000	892.000	114.033.000	150.356.000	362.731.008	34.901.000	18.835.000	3.105.992	719.676.000
1995	7.939.000	873.000	3.584.000	14.049.000	672.000	66.937.000	158.263.008	232.104.000	19.243.000	38.940.000	30.960.992	573.565.000
2000	14.121.000	1.828.000	3.013.000	10.592.000	944.000	62.468.000	70.221.000	261.691.000	80.769.000	48.423.000	0	554.070.000

Nota: a partir de 1995, consideram-se as importações vindas da Alemanha Unificada.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das exportações da Nigéria - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - destinadas ao Brasil - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	0	0	30.634	28.850.330	0	0	0	0	0	0	0	28.880.964
1975	0	0	89.973	0	0	0	0	0	0	0	0	89.973
1980	0	0	4.812.822	85.024.864	0	0	0	0	0	0	2	89.837.688
1985	0	0	0	1.421.934.336	0	0	0	100.000	1.082	0	38	1.422.035.456
1990	0	0	54.943	65.642.904	0	0	246.330	0	0	0	3	65.944.180
1995	1.405.159	0	199.748	568.897.728	0	10.701	94.727	597	8.584	0	36	570.617.280
2000	2.110.148	0	49.014	728.945.040	0	1.240	2.498.468	0	966	0	0	733.604.876

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database.*

Distribuição das importações da Nigéria - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - vindas do Brasil - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	0	0	0	0	0	0	111.545	66.442	16.084	0	0	194.071
1975	2.055.970	9.351	2.438.301	0	0	380.483	9.872.565	40.861.296	1.233.669	332.433	0	57.184.068
1980	23.560.684	197.492	924.526	8.417.784	1.128.604	3.307.378	97.943.704	134.899.840	1.117.936	0	4	271.497.952
1985	46.401.388	0	43.159.376	571.391.744	474.498	24.922.540	118.346.808	109.187.552	813.808	0	14	914.697.728
1990	43.272.948	313.751	2.577.301	8.320.769	0	5.915.569	77.698.768	40.890.504	869.013	0	1	179.858.624
1995	136.674.368	85.165	1.199.968	10.633.880	0	9.854.317	39.546.988	44.407.136	802.147	113.483	4	243.317.456
2000	113.455.071	156.875	6.013.143	16.170.808	12.804	13.617.424	36.540.096	59.217.054	1.327.690	350.591	0	246.861.556

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database.*

Distribuição das exportações de Angola - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - destinadas à Rep. Fed. da Alemanha - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	8.067.000	18000	28.257.000	0	198.000	9.000	595.000	0	32.000	124.000	0	37.300.000
1975	9.583.000	2.182.000	16.408.000	15.460.000	2.032.000	0	5.458.000	95.000	0	252.000	0	51.470.000
1980	2.079.000	0	468.000	0	0	0	0	278.000	0	0	0	2.825.000
1985	37.000	0	8.000	17.211.000	0	2.000	0	92.000	11.000	0	0	17.361.000
1990	57.000	0	31.000	249.838.000	0	0	0	46.000	30.000	26.000	11.000	250.039.000
1995	0	0	875.000	253.739.008	0	0	47.000	298.000	7.000	0	211.992	255.178.000
2000	11.000	15.000	788.000	92.945.000	0	0	1.000	2.366.000	22.000	0	0	96.148.000

Nota: a partir de 1995, consideram-se as exportações enviadas à Alemanha Unificada.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das importações de Angola - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - vindas da Rep. Fed. da Alemanha - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	757.000	0	555.000	79.000	14.000	11.574.000	4.421.000	22.851.000	3.059.000	1.000	0	43.311.000
1975	1.487.000	28.000	525.000	76.000	346.000	11.567.000	10.080.000	16.190.000	2.727.000	44.000	0	43.070.000
1980	3.913.000	821.000	1.246.000	75.000	14.493.000	37.436.000	15.789.000	24.265.000	3.784.000	0	0	101.822.000
1985	2.646.000	279.000	1.065.000	389.000	3.612.000	23.426.000	9.528.000	24.884.000	4.385.000	0	0	70.214.000
1990	2.698.000	9.117.000	879.000	167.000	446.000	15.893.000	14.226.000	30.102.000	7.772.000	951.000	107.000	82.358.000
1995	5.350.000	47.000	572.000	2.000	507.000	1.087.000	3.170.000	12.962.000	2.070.000	1.015.000	1.569.000	28.351.000
2000	2.373.000	248.000	797.000	21.000	7.000	1.043.000	4.776.000	16.153.000	1.948.000	1.214.000	0	28.580.000

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das exportações de Angola - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - destinadas ao Brasil - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1971	0	0	1.132.791	0	0	0	0	0	0	4.060	0	1.136.851
1975	0	0	38.128	0	0	14.462	6.149.451	1.373.477	42.152	0	0	7.617.670
1980	0	0	0	112.854.376	0	0	0	0	0	0	0	112.854.376
1985	0	0	0	157.732.864	0	0	0	0	0	0	0	157.732.864
1990	0	0	0	127.517.400	0	0	0	0	0	0	0	127.517.400
1995	0	0	0	43.226.648	0	0	0	38.947	0	0	-3	43.265.592
2000	0	0	0	31.421.830	0	0	44	597	0	0	0	31.422.471

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database.*

Distribuição das importações de Angola - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - vindas do Brasil - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1971	59.855	0	8.038	0	0	17.865	70.421	211.982	366.677	5.088	0	739.926
1975	0	0	0	0	0	35.768	3.713.528	1.173.540	1.086.671	3.388	0	6.012.895
1980	21.524.992	2.975.022	785.263	357.881	9.198.690	8.986.410	6.055.597	66.756.372	2.028.987	0	2	118.669.216
1985	8.892.973	3.481.987	2.191.977	3.452.530	24.416.568	3.245.573	16.645.194	59.296.716	7.168.772	67.121	5	128.859.416
1990	38.326.280	753.757	613.496	224.072	3.846.876	2.051.595	13.704.086	18.047.068	5.513.892	43.384	-2	83.124.504
1995	10.772.554	20.481	78.889	12.282	394.368	451.650	3.434.877	4.453.160	787.412	188.365	0	20.594.038
2000	45.699.382	1.732.823	122.131	115.538	706.072	5.262.428	18.317.055	28.545.595	4.468.206	1.312.306	0	106.281.536

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database.*

Distribuição das exportações da África do Sul - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - destinadas à Rep. Fed. da Alemanha - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	38.687.000	1779000	128.285.000	6.276.000	400.000	5.493.000	121.687.000	1.511.000	244.000	2.378.000	0	306.740.000
1975	179.983.008	2.532.000	250.359.008	20.290.000	3.218.000	6.622.000	218.115.008	1.721.000	2.127.000	5.905.000	-24	690.872.000
1980	270.073.984	3.389.000	483.372.992	78.544.000	613.000	56.369.000	365.096.992	12.451.000	25.217.000	147.100.000	0	1.442.226.968
1985	149.075.008	727.000	181.955.008	151.184.992	202.000	71.794.000	315.329.984	11.226.000	5.903.000	79.211.000	8	966.608.000
1990	296.800.000	3.356.000	375.731.008	229.978.000	550.000	56.362.000	556.232.000	65.014.000	75.004.000	224.936.992	-193.447.000	1.690.517.000
1995	318.355.008	14.825.000	213.971.008	201.283.008	412.000	74.210.000	498.041.984	191.750.000	283.324.992	1.064.000	43.489.000	1.840.726.000
2000	124.677.000	28.543.000	415.679.000	156.856.000	391.000	99.704.000	800.055.000	814.624.000	289.321.000	1.374.000	0	2.731.224.000

Notas: 1- A partir de 1995, consideram-se as exportações enviadas à Alemanha Unificada;

2- Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das importações da África do Sul - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - vindas da Rep. Fed. da Alemanha - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	1.830.000	421000	6.140.000	2.145.000	315.000	76.310.000	81.129.000	347.769.984	50.319.000	72.000	24	566.451.008
1975	8.809.000	1.235.000	11.902.000	12.226.000	834.000	172.100.992	276.363.008	935.411.008	93.477.000	5.242.000	-8	1.517.600.000
1980	9.535.000	962.000	22.485.000	12.573.000	1.363.000	262.498.000	277.392.000	1.807.773.952	122.301.000	720.000	120	2.517.603.072
1985	9.937.000	880.000	17.079.000	13.541.000	1.630.000	208.083.008	177.375.008	1.156.637.056	96.198.000	187.000	-64	1.681.547.008
1990	22.618.000	647.000	44.689.000	17.131.000	2.826.000	386.339.008	452.550.016	2.001.174.016	157.820.992	5.656.000	3.267.968	3.094.719.000
1995	47.949.000	2.570.000	36.529.000	18.921.000	4.233.000	481.943.008	509.132.992	2.124.866.048	254.888.000	514.643.008	60.898.944	4.056.574.000
2000	14.866.000	4.228.000	25.676.000	11.611.000	1.038.000	430.310.000	423.394.000	2.069.107.000	262.481.000	145.666.000	0	3.388.377.000

Notas: 1- A partir de 1995, consideram-se as exportações enviadas à Alemanha Unificada;

2- Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à *União Aduaneira da África Austral* (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das exportações da África do Sul - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - destinadas ao Brasil - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	63.330	0	1.102.958	42.714	0	640.719	395.272	33.550	15.032	554	0	2.294.129
1975	60.550	0	6.787.483	254.206	47.287	1.682.889	20.534.548	669.699	73.038	0	0	30.109.700
1980	6.629	3.862	10.021.860	334.105	0	158.502.752	57.613.816	917.369	36.141	0	-6	227.436.528
1985	0	0	6.721.794	365.285	0	4.535.167	9.330.266	428.182	120.856	0	0	21.501.550
1990	6.840.574	192.579	15.039.729	16.381.092	0	15.863.793	35.876.944	738.262	392.082	1.730	-1	91.326.784
1995	5.671.580	3.591.386	32.890.580	41.970.352	0	139.668.832	56.282.456	13.768.013	2.331.943	36.505	1	296.211.648
2000	214.252	1.040.333	14.813.394	31.444.914	5.426	58.616.189	110.610.497	10.210.871	806.693	0	0	227.762.569

Nota: Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à União Aduaneira da África Austral (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Distribuição das importações da África do Sul - em 10 secções de produtos e a US\$ correntes - vindas do Brasil - 1970-2000

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Missing value	Total
1970	3.260.394	153202	8.239.438	0	378.306	38.348	2.752.306	1.460.384	101.913	41.079	0	16.425.370
1975	3.118.972	3.648	4.227.501	126.048	1.646.901	1.121.970	9.750.864	14.586.100	1.656.917	77.873	-2	36.316.792
1980	12.602.478	2.553	22.697.238	63.192	2.182.991	8.292.418	21.837.194	33.540.860	1.838.054	0	-2	103.056.976
1985	14.936.935	0	2.831.298	0	1.536.160	13.830.302	7.451.849	12.281.677	3.242.421	853	1	56.111.496
1990	24.521.192	5.614.115	6.702.263	644	6.262.079	30.935.990	45.946.452	43.013.336	4.884.876	64.458	3	167.945.408
1995	18.097.908	7.885.702	13.702.882	468.492	3.481.883	69.333.856	62.064.096	79.282.472	6.547.958	1.061.297	14	261.926.560
2000	22.347.722	7.441.960	17.857.409	8.398.431	2.919.151	46.312.464	54.449.299	134.596.371	7.350.178	553.904	0	302.226.889

Nota: Entre 1970 e 1995, os dados referentes à África do Sul dizem respeito à União Aduaneira da África Austral (UAAA), congregada pela República da África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e pelo futuro território da Namíbia.

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database*.

Apêndice D

Volume de Investimento Estrangeiro Directo (IED), em milhões de US\$ a preços correntes, recebido pelas regiões e países seleccionados

1970-2000

Ano	Mundo	Econ. desenvolvidas da Europa	Reino Unido	Rep. Fed. da Alemanha ¹	França	Econ. em desenvolvimento da América do Sul	Brasil	Argentina	Econ. em desenvolvimento de África	Angola	Nigéria	África do Sul
1970	13.346	5.226	1.488	770	621	619	392	90	1.266	2	205	334
1971	14.282	5.976	1.771	1.091	526	968	449	126	841	2	286	260
1972	14.933	6.582	1.208	1.899	657	338	460	72	919	2	305	114
1973	20.646	9.716	2.723	2.045	1.125	1.402	1.181	100	764	8	373	27
1974	24.127	12.741	4.374	2.168	1.847	1.055	1.208	18	1.818	7	257	696
1975	26.567	10.052	3.319	671	1.456	2.033	1.203	56	906	0	470	188
1976	22.002	8.348	3.006	1.320	1.046	1.929	1.391	245	1.679	-1	339	18
1977	27.139	12.482	4.427	943	1.768	2.304	1.827	144	781	-	441	-122
1978	34.358	13.805	3.787	1.594	2.445	3.065	2.180	250	784	2	211	-109
1979	42.292	17.691	6.469	1.735	2.721	3.473	2.408	206	1.484	2	310	-485
1980	54.078	21.363	10.123	342	3.328	3.521	1.910	678	400	37	-739	-10
1981	69.570	16.863	5.879	329	2.426	4.578	2.522	837	1.953	49	542	65
1982	58.059	14.727	5.413	755	1.559	4.498	3.115	227	2.074	116	431	330
1983	50.268	15.433	5.179	1.711	1.631	2.659	1.326	185	1.323	104	364	71
1984	56.839	8.294	-347	534	2.197	1.561	1.501	268	1.885	67	189	420
1985	55.866	16.756	5.668	875	2.208	3.700	1.418	919	2.443	278	486	-448
1986	86.378	25.486	8.275	2.319	2.754	1.766	317	574	1.770	234	193	-50
1987	136.641	40.318	14.685	2.114	4.632	2.964	1.169	-19	2.443	119	611	-190
1988	164.023	60.469	20.567	1.163	7.197	5.940	2.805	1.147	3.032	131	379	162
1989	197.276	83.975	28.478	6.928	13.074	4.592	1.130	1.028	4.693	200	1.884	-207
1990	207.455	104.415	30.461	2.962	15.629	5.042	989	1.836	2.845	-335	1.003	-78
1991	154.073	82.760	14.846	4.727	15.188	5.444	1.102	2.439	3.535	665	1.124	248
1992	165.881	78.111	15.473	-2.089	17.900	10.535	2.061	4.431	3.800	288	1.157	4
1993	223.316	79.857	14.804	368	16.449	8.047	1.291	2.793	5.443	302	1.878	10
1994	256.000	88.823	9.253	7.135	15.575	14.977	2.150	3.635	6.105	170	2.287	380
1995	342.391	136.637	19.969	12.024	23.673	18.633	4.405	5.609	5.655	472	1.271	1.241
1996	388.555	131.517	24.435	6.573	21.961	32.651	10.792	6.949	6.038	181	2.191	818
1997	486.389	154.987	33.227	12.245	23.174	49.310	18.993	9.160	11.033	412	1.642	3.817
1998	707.584	296.534	74.321	24.593	30.983	52.683	28.856	7.291	9.953	1.474	1.210	561
1999	1.089.597	523.381	87.979	56.076	46.547	69.640	28.578	23.988	12.596	3.105	1.178	1.503
2000	1.402.680	724.934	118.764	198.277	43.252	57.060	32.779	10.418	10.967	2.174	1.310	887

Chamada: 1- A partir de 1990, consideram-se os fluxos de IED destinados à Alemanha Unificada.

Fonte: UNCTAD's Statistical Database (2011)

Anexo A

Relação classificatória de regiões seleccionadas

Unctad's Statistical Database (UNCTADSTAT)

Economias desenvolvidas da Europa

Andorra	Ilhas Faroé	Islândia	Portugal
Áustria	Finlândia	Itália	Roménia
Bélgica	França	Letónia	San Marino
Bulgária	(Antiga) República Democrática da Alemanha	Lituânia	Eslováquia
Chipre	(Antiga) República Federal da Alemanha	Luxemburgo	Eslovénia
República Checa	Gibraltar	Malta	Espanha
(Antiga) Checoslováquia	Grécia	Países Baixos	Suécia
Dinamarca	Santa Sé	Noruega	Reino Unido
Estónia	Hungria	Polónia	

Economias em desenvolvimento de África

Angola	Congo	Guiné-Bissau	Mayotte	São Tomé e Príncipe
Argélia	Costa do Marfim	Lesoto	Moçambique	Senegal
Bênin	Djibuti	Libéria	Namíbia	Serra Leoa
Botsuana	Egipto	Líbia	Níger	Seychelles
Burkina-Faso	Etiópia	Madagascar	Nigéria	Somália
Burundi	Gabão	Malawi	Quênia	Suazilândia
Cabo Verde	Gâmbia	Mali	Rep. da África do Sul	Sudão
Camarões	Gana	Marrocos	Rep. Dem. do Congo	Tanzânia
Chade	Guiné	Maurício	República Centro-Africana	Togo
Comores	Guiné Equatorial	Mauritânia	Ruanda	Tunísia
Zâmbia	Zimbabué	Uganda		

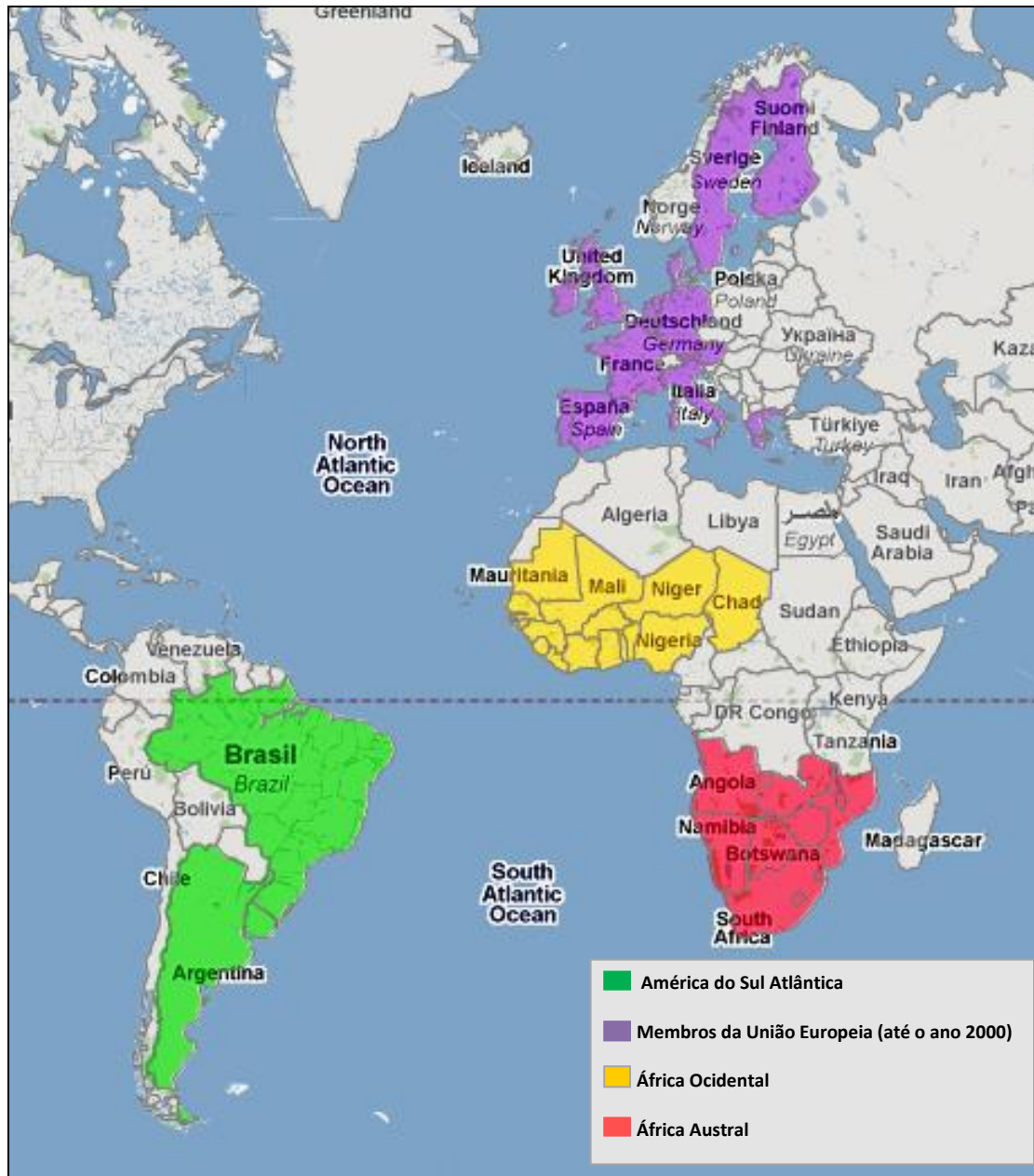
**Economias em Desenvolvimento da
América do Sul**

Argentina	Guiana
Bolívia	Paraguai
Brasil	Peru
Chile	Suriname
Colômbia	Uruguai
Equador	Venezuela

Fonte: *UNCTAD's Statistical Database*

Anexo B

Grandes regiões atlânticas



Nota: produzido mediante a utilização do acervo de mapas electrónicos *Google Maps* (<http://maps.google.com/>)

Anexo C

Estados signatários do Convénio de Yaoundé

CEE	EAMA		
Rep. Fed. da Alemanha	Alto Volta ¹	Daomé ³	Níger
Bélgica	Burundi	Gabão	Rep. Centro-Africana
França	Camarões	Ilhas Maurício ⁴	Ruanda
Itália	Chade	Madagascar	Senegal
Luxemburgo	Congo-Brazzaville	Mali	Somália
Países Baixos	Costa do Marfim	Mauritânia	Togo
	Zaire ²		

Chamadas:

1 - Actual *Burquina Fasso*;

2- Actual *República Democrática do Congo*;

3- Actual *Benin*;

4- Signatária de *Yaoundé II*.

Fonte: Rodríguez (2004: 52; *tradução nossa; com adaptações*)

Anexo D

Incorporação de Estados ACP ao Sistema Lomé

	Lomé I	Lomé II	Lomé III	Lomé IV
África				
África do Sul ¹				•
Angola				•
Benin	•			
Botsuana	•			
Burquina Fasso ²	•			
Burundi	•			
Cabo Verde		•		
Camarões	•			
Chade	•			
Comores		•		
Congo-Brazzaville	•			
Costa do Marfim	•			
Djibuti		•		
Eritreia	•			
Etiópia	•			
Gabão	•			
Gâmbia	•			
Gana	•			
Guiné	•			
Guiné-Bissau	•			
Guiné Equatorial	•			
Ilhas Maurício	•			
Quênia	•			
Lesoto	•			
Libéria	•			
Madagascar	•			
Malauí	•			
Mali	•			
Mauritânia	•			
Moçambique			•	
Namíbia				•
Níger	•			
Nigéria	•			
Rep. Centro-Africana	•			
Ruanda	•			

(Continuação)	Lomé I	Lomé II	Lomé III	Lomé IV
São Tomé e Príncipe		•		
Senegal	•			
Seicheles	•			
Serra Leoa	•			
Somália	•			
Sudão	•			
Suazilândia	•			
Tanzânia	•			
Togo	•			
Uganda	•			
Zaire	•			
Zâmbia	•			
Zimbábue		•		
Caraíbas				
Antígua e Barbuda		•		
Bahamas	•			
Barbados	•			
Belize		•		
Dominica		•		
Granada	•			
Guiana	•			
Haiti				•
Jamaica	•			
Rep. Dominicana				•
São Cristóvão e Nevis		•		
São Vicente e Granadinas		•		
Sanla Lúcia		•		
Suriname		•		
Trinidad e Tobago	•			
Pacífico				
Fiji	•			
Ilhas Salomão		•		
Kiribati		•		
Papua-Nova Guiné		•		
Samoa Ocidental	•			
Tonga	•			
Tuvalu		•		
Vanuatu		•		

Chamadas:

- 1- Incorporou-se ao *Sistema Lomé* em 24 de Abril de 1997, sem que lhe fossem aplicadas as disposições comerciais ou os recursos financeiros disponíveis por meio da Convenção;
- 2- O antigo Estado de *Alto Volta* passou a se denominar *Burquina Fasso* em 1984.

Fonte: Rodríguez (2004: 143-144; *tradução nossa; com adaptações*)

Anexo E

Produtos cobertos pelo STABEX no âmbito de Lomé I

<p>a. Produtos do amendoim</p> <p>aa) Amendoim com ou sem casca ab) Azeite de amendoim ac) Bagaço de amendoim</p> <p>b. Produtos do cacau</p> <p>ba) Cacau em favas bb) Pasta de cacau bc) Manteiga de cacau</p> <p>c. Produtos do café</p> <p>ca) Café verde ou torrado cb) Extractos ou essências de café</p> <p>d. Produtos do algodão</p> <p>da) Algodão em bloco db) Pelúcia de algodão</p> <p>e. Produtos do coco</p> <p>ea) Noz de coco eb) Copra ec) Azeite de coco ed) Bagaço de noz de coco</p>	<p>f. Produtos da palmeira e do palmito</p> <p>fa) Azeite de palma fb) Azeite de palmito fc) Bagaço de palmito fd) Noz de palmito</p> <p>g. Couros e peles</p> <p>ga) Peles brutas gb) Couros e peles de bovino gc) Peles de ovinos gd) Peles de caprinos</p> <p>h. Produtos de madeira</p> <p>ha) Madeiras brutas hb) Madeiras cortadas hc) Madeiras serradas longitudinalmente</p> <p>i. Bananas frescas</p> <p>k. Chá</p> <p>l. Sisal bruto</p> <p>m. Minério de ferro</p>
--	--

Notas:

Produtos incluídos ao longo de *Lomé I*: baunilha, cravo, lã, pêlo fino de cabra angorá, goma arábica, peritre, óleos essenciais de cravo, niaouli, *yLang-yLang* e grãos de sésamo;

Produtos incluídos ao longo de *Lomé II*: óleo de amêndoa, pimentas, camarão, calamares, grãos de algodão, bagaço de oleaginosas, borracha, ervilha, vagens e lentilhas;

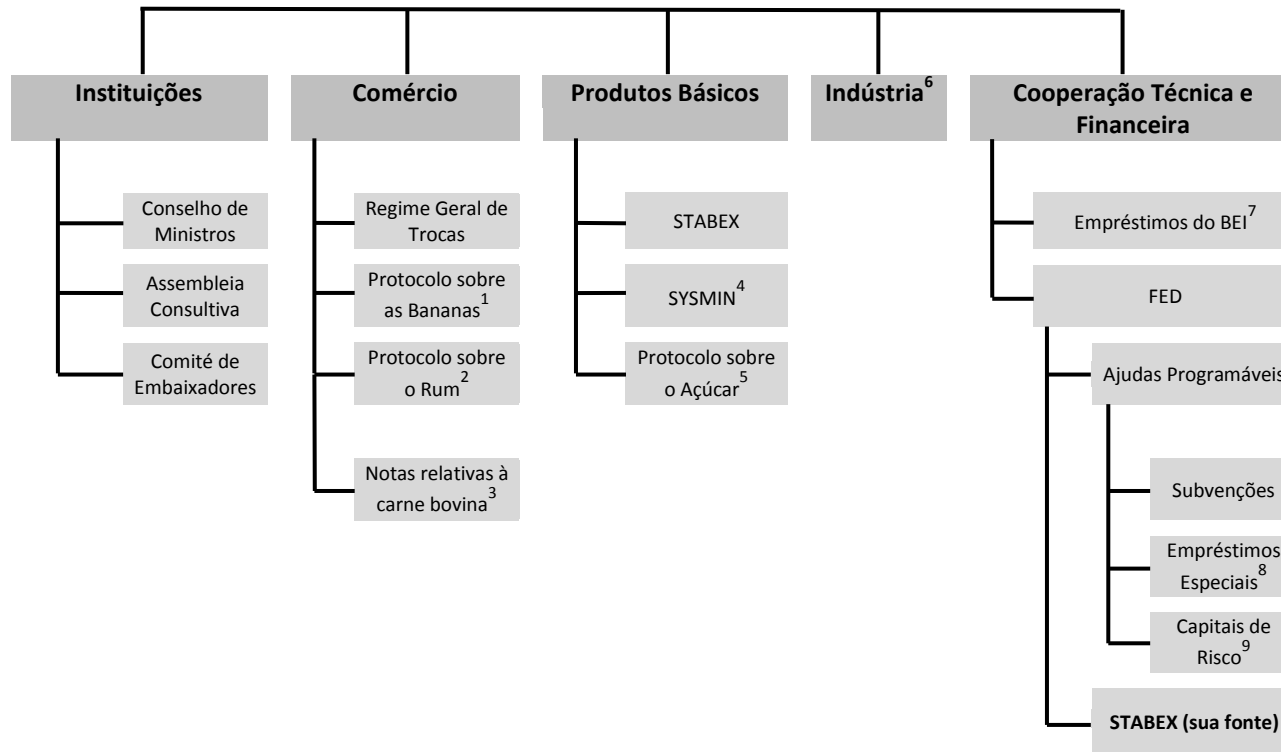
Produtos incluídos ao longo de *Lomé III*: noz moscada e macis, a amêndoa e o azeite de karité, mangas e bananas secas;

Produtos incluídos ao longo de *Lomé IV*: casca, pele e demais resíduos do cacau, cacau em pó, lagosta, gambas, polvo, sépia e grão-de-bico.

Fonte: Rodríguez (2004: 95 e 152; tradução nossa; com adaptações)

Anexo F

Principais âmbitos e instrumentos de cooperação estabelecidos pela *Convenção de Lomé*



Chamadas:

1- Garantia acesso especial da produção dos Estados ACP à CEE;

2- Assegurava e manutenção e o incremento das exportações do produto vindo dos ACP caribenhos destinados à CEE;

3- Otorgava acesso preferencial do produto vindo dos fornecedores tradicionais (redução de 90% dos direitos de importação sobre até 27,3 t de carne desossada): Botsuana, Quênia, Madagascar e Suazilândia;

4- Estabelecido a partir de *Lomé II*;

5- Garantia a importação - por parte da CEE e por tempo indeterminado - de quantidades determinadas de açúcar de cana, mascavo ou branco, originário de Estados ACP específicos a um preço mínimo garantido;

6- Comprometimento, por parte da CEE, do auxílio no desenvolvimento industrial dos Estados ACP por meio de isentivos à formação técnica, à diversificação de mercado e ao acesso a financiamento;

7- Disponha de recursos próprios para empréstimos ao investimento para períodos de pagamento não superiores a 25 anos, a taxas entre 3% a 8% a.a.

8- Destinados ao financiamento total ou parcial de projectos de desenvolvimento económico e social, com prazos de pagamento de até 40 anos, carências de 10 anos e taxas de juros de 1%;

9- Destinados a reforçar fundos de empresas do país beneficiário a fim de ajudar na execução de projectos industriais, de exploração mineral ou turística de interesse geral.

Fonte: Rodríguez (2004: 79; tradução nossa; com adaptações)

Anexo G

Classificação de produtos no âmbito da SITC Rev. 1

(10 secções e 60 capítulos)

Secção 0: Produtos alimentícios e animais vivos
00 - Animais vivos
01 - Carne e preparados de carne
02 - Laticínios e ovos
03 - Peixes e preparados de peixe
04 - Cereais e preparados de cereais
05 - Frutas e vegetais
06 - Açúcar, preparados de açúcar e mel
07 - Café, chá, cacau, especiarias e preparados do mesmo
08 - Preparações alimentícias diversas
Secção 1: Bebidas e tabaco
11 – Bebidas
12 - Tabaco e manufacturados do tabaco
Secção 2: Materiais crus não-comestíveis, excepto combustíveis
21 - Couro, peles e peles em bruto
22 - Sementes oleaginosas, óleos e amêndoas
23 - Borracha crua e sintética, incluída a recuperada
24 - Madeira bruta, serrada e cortiça
25 - Papel e celulose
26 - Fibras têxteis não-manufacturadas e seus resíduos
27 - Fertilizantes crus e minerais em bruto
28 - Minérios metálicos e sucata de metal
29 - Demais materiais crus, animais e vegetais
Secção 3: Combustíveis, lubrificantes minerais e produtos conexos
32 - Carvão, coque e briquetes
33 - Petróleo e derivados do petróleo
34 - Gás, natural ou manufacturado
35 - Energia eléctrica
Secção 4: Óleos e gorduras de origem animal e vegetal
41 - Óleos e gorduras animais
42 - Óleos vegetais
43 - Processados de óleos e gorduras animais e vegetais
Secção 5: Produtos químicos
51 - Elementos químicos e seus compostos
52 - Produtos químicos extraídos do petróleo, carvão e gás
53 - Produtos curtidores, tingidores e colorantes
54 - Produtos farmacêuticos e medicinais
55 - Perfumes, produtos higiénicos e sanitários
56 - Fertilizantes manufacturados
57 - Explosivos e produtos pirotécnicos
58 - Materiais plásticos
59 - Outros produtos químicos diversos

Secção 6: Artigos manufacturados classificados principalmente segundo o material
61 - Manufacturados e vestuários de couro
62 - Manufacturados de borracha
63 - Manufacturados de madeira e cortiça, excluído mobiliário
64 - Manufacturados de papel, papelão, cartão, etc.
65 - Fios têxteis, tecidos, tapeçarias, etc.
66 - Manufacturados de minerais não-metálicos (cimentados, cerâmica, vidros, cristais, pedras preciosas, etc.)
67 - Manufacturados de aço e ferro
68 - Manufacturados de metais não-ferrosos
69 - Demais manufacturados de metal
Secção 7: Maquinaria e equipamentos de transporte
71 - Maquinário (bens de capital) do sector industrial e agrícola, não-eléctricos
72 - Aparelhos eléctricos de uso industrial e doméstico
73 - Veículos de transporte terrestre, aéreo, marítimo e seus equipamentos
Secção 8: Artigos manufacturados diversos
81 - Equipamentos sanitários, de acondicionamento, canalização e iluminação
82 - Mobiliário
83 - Artigos de viagem, bolsas e seus semelhantes
84 - Vestuário
85 - Calçados
86 - Instrumentos médico-científicos e de precisão, fotográficos e cinematográficos, relógios
89 - Outros artigos manufacturados diversos
Secção 9: Mercadorias e transacções não-classificadas
91 - Encomendas postais não-classificadas
93 - Transacções especiais não-classificadas
94 - Animais domésticos e de cativeiro
95 - Equipamentos militares, armas de fogo e munições
96 - Moedas não-auríferas e sem curso legal

Fonte: *United Nations Commodity Trade Statistics Database.*